



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**PRISCILA CAXILÉ SOARES**

**O DISCURSO ARGUMENTATIVO EM ARTIGOS DE OPINIÃO PRODUZIDOS  
POR ALUNOS FINALISTAS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA  
ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS**

**FORTALEZA**

**2015**

PRISCILA CAXILÉ SOARES

O DISCURSO ARGUMENTATIVO EM ARTIGOS DE OPINIÃO PRODUZIDOS POR  
ALUNOS FINALISTAS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE  
À LUZ DA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da Universidade  
Federal do Ceará como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Linguística.  
Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof(a). Dra. Mônica de Souza  
Serafim

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- S676d Soares, Priscila Caxilé.  
O discurso argumentativo em artigos de opinião produzidos por alunos finalistas da olimpíada de língua portuguesa : uma análise à luz da teoria dos blocos semânticos / Priscila Caxilé Soares. – 2015.  
150 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.  
Área de Concentração: Linguística.  
Orientação: Profa. Dra. Monica de Souza Serafim.
1. Análise do discurso narrativo. 2. Linguagem e línguas – Aspectos sociais. I. Título.

PRISCILA CAXILÉ SOARES

O DISCURSO ARGUMENTATIVO EM ARTIGOS DE OPINIÃO PRODUZIDOS POR  
ALUNOS FINALISTAS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE  
À LUZ DA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da Universidade  
Federal do Ceará como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Linguística.  
Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof(a). Dra. Mônica de Souza  
Serafim

Aprovada em: 11/12/2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof(a). Dra. Mônica de Souza Serafim (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC)

---

Prof(a). Dra. Suelene Silva Oliveira Nascimento  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof(a). Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa  
Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC)

A Deus.

À minha mãe, Maria do Socorro Caxilé.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por proporcionar, segundo a Sua vontade, a minha perseverança em terminar mais esta etapa da minha vida acadêmica.

À professora Mônica de Souza Serafim, pela paciência e a aguçada prontidão em ajudar nos momentos de dúvida.

À minha mãe, Maria do Socorro, pelas alegrias que hoje sinto que também são delas, o seu amor e estímulo me ajudaram nesta conquista.

Ao Prof. Dr. Luciano Saramago da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi/é primordial nesta fase da minha vida, que me incentivou e incentiva de forma carinhosa e atenciosa sempre que necessário, com amor agradeço.

À Fundação de Apoio a Pesquisa- FUNCAP, pelo apoio financeiro no início da pesquisa.

À professora Maria Margarete Fernandes, quem ofereceu minha primeira oportunidade na vida acadêmica, quando me convidou para ser sua bolsista de iniciação científica, muitíssimo obrigada.

À professora Mônica Magalhães, pelas contribuições a esta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), que contribuíram de maneira direta e indireta para meus estudos.

Aos funcionários da secretaria do PPGL, Eduardo Xavier e Vanessa Marques, pelo apoio.

Aos meus amigos, que colaboraram nos dias difíceis com a leveza de suas companhias, em especial, aos amigos da turma de pós- graduação que compartilharam as alegrias e as angústias de uma vida de pós-graduando.

“Argumento provém da raiz *arg-*, que aparece também na palavra *argênteo* (=prateado) e que significa “cintilar”. Na origem, *argumento* era o que fazia cintilar uma ideia.”

José Luiz Fiorin

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar como se constrói o discurso argumentativo no gênero artigo de opinião produzido por alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa, ano 2014. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo- explicativo, cujo *corpus* foi coletado no sítio da Olimpíada de Língua Portuguesa e constitui-se de trinta e oito artigos de opinião, das cinco regiões do País, que falam sobre o tema “O lugar onde vivo”. Para análise desse *corpus* utilizamos procedimentos quantitativos e qualitativos e, dos pressupostos teóricos ducrotianos da Teoria da Argumentação na Língua-TAL (1980), especificamente sua atual fase, a Teoria dos Blocos Semânticos (1995), desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot. Em relação aos estudos sobre gênero textual, seguimos os pressupostos de Schneuwly e Dolz (2004). Propusemo-nos, em nossa pesquisa: a) identificar as marcas do discurso argumentativo nos artigos de opinião da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014; b) examinar, a partir dos enunciados e dos léxicos linguisticamente doxais, os aspectos normativo e transgressivo da teoria dos Blocos Semânticos e; c) analisar os aspectos socioculturais. A análise dos artigos de opinião nos permitiu concluir que as marcas do discurso argumentativo identificadas nos léxicos que as representam se direcionam semanticamente para elaboração dos blocos semânticos. Verificamos que grande parte dos enunciados e léxicos linguisticamente doxais presentes nos artigos de opinião são constituídos de aspectos normativos. Ao final, ao analisarmos os aspectos socioculturais, concluímos que o locutor, enquanto morador do lugar sobre o qual ele escreve, assume um papel socialmente situado, de cidadão local, de aluno, o que contribui para que ele relate sobre a situação do lugar onde vive, produzindo, desta forma, um discurso argumentativo que consegue influenciar no modo de pensar do interlocutor, convencendo-o sobre os argumentos utilizados nos artigos de opinião.

**Palavras-chave:** Argumentação. Artigo de Opinião. Olimpíada de Língua Portuguesa.



## ABSTRACT

This work's main objective is to examine how argumentative discourse is built in the genre opinion article produced by finalist students of the Portuguese Language Olympiad from 2014. It is, methodologically, an explanatory descriptive study, whose corpus was collected at the Portuguese Language Olympiad's website and consists of thirty eight articles of opinion, from the five regions of Brazil, discussing the topic "The place where I live." For the analysis of this corpus quantitative and qualitative procedures were used, and also ducrotian theoretical assumptions of the Argumentation Theory of Language-TAL (1980), specifically its current phase, the Theory of Semantic Blocks (1995), developed by Marion Carel and Oswald Ducrot. Regarding the studies of genre, we follow the assumptions of Schneuwly and Dolz (2004). In our research, we proposed to: a) identify the marks of argumentative discourse in opinion articles from the 2014 Portuguese Language Olympiad; b) examine, from the statements and linguistically doxal lexicons, the normative and transgressive aspects of the theory of Semantic blocks and; c) analyze the sociocultural aspects. The analysis of opinion articles allowed us to conclude that the argumentative discourse marks identified in lexicons that represent them are directed to the semantically preparation of semantic blocks. It was found that most of the statements and lexicons linguistically doxal present in the opinion articles are made of normative aspects. Finally, when analyzing the social and cultural aspects, it was concluded that the speaker, while resident of the place about which he writes, takes on a socially situated role, as local citizen and as student, which helps him to report on the situation of the place where he lives, therefore, producing an argumentative discourse that can influence the way the speaker thinks, convincing him about the arguments used in the opinion articles.

**Key-words:** Argumentation. Opinion Articles. Portuguese Language Olympiad.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AE- Argumentação Externa

AI- Argumentação Interna

EA- Enunciado Argumento

EC- Enunciado Conclusão

OLP- Olimpíada de Língua Portuguesa

TAL- Teoria da Argumentação na Língua

TT- Teoria dos *Topoi*

TBS- Teoria dos Blocos Semânticos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 PERSPECTIVAS SOBRE A ARGUMENTAÇÃO</b> .....	18
<b>2.1 Estudos Iniciais</b> .....	18
<b>2.2 Renovação dos Estudos</b> .....	20
2.2.1 <i>Chaim Perelman</i> .....	20
2.2.2 <i>Stephen E. Toulmin</i> .....	22
<b>2.3 Teoria da Argumentação na Língua- TAL</b> .....	23
2.3.1 <i>Bases da Teoria da Argumentação na Língua</i> .....	24
2.3.2 <i>Conceitos Fundamentais para TAL</i> .....	25
2.3.2.1 <i>Enunciação /Enunciado e Frase</i> .....	25
2.3.2.2 <i>Significação e Sentido</i> .....	26
2.3.2.3 <i>Locutor/ Enunciador e Polifonia</i> .....	27
<b>2.4 Fases da Teoria da Argumentação na Língua</b> .....	27
2.4.1 <i>A Fase Standard</i> .....	28
2.4.2 <i>A Fase da Teoria dos Topoi- TT</i> .....	29
2.4.3 <i>A Fase da Teoria dos Blocos Semânticos- TBS</i> .....	33
<b>2.5 Os gêneros textuais: instrumentos didático- pedagógicos</b> .....	37
2.5.1 <i>Gêneros de texto: instrumentos mediadores da atividade de linguagem</i> .....	38
2.5.2 <i>Modelo de sequência didática genebrino</i> .....	40
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	45
<b>3.1 O contexto de produção do gênero artigo de opinião na Olimpíada de Língua Portuguesa</b> .....	45

3.1.1 O que é a Olimpíada de Língua Portuguesa? .....	45
3.1.2 Tema “O lugar onde vivo” .....	47
3.1.3 Sequência didática proposta pela Olimpíada de Língua Portuguesa .....	49
3.1.4 O gênero artigo de opinião na Olimpíada de Língua Portuguesa.....	50
3.1.5 Artigo de Opinião .....	51
<b>3.2 Natureza e objeto da pesquisa .....</b>	<b>54</b>
<b>3.3 Corpus de análise (descrição).....</b>	<b>55</b>
<b>3.4 Procedimentos de análise dos dados .....</b>	<b>56</b>
3.4.1 As marcas do discurso argumentativo .....	57
3.4.2 Os aspectos normativos e transgressivos .....	57
3.4.3 Os aspectos socioculturais .....	58
<b>4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA 2014 .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Marcas do discurso argumentativo.....</b>	<b>60</b>
<b>4.2 Léxicos linguisticamente doxais e seus aspectos normativos e transgressivos .....</b>	<b>64</b>
<b>4.3 Aspectos socioculturais nos textos a partir dos papéis sociais e identidades culturais nos artigos de opinião.....</b>	<b>72</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

A argumentação é uma habilidade que se encontra presente diariamente em nossas vidas. Em textos escritos ou orais, a argumentação é o limiar para defender um ponto de vista.

Em nossa pesquisa, analisamos textos produzidos no ambiente escolar, para tanto utilizamos de uma teoria da argumentação, a Teoria da Argumentação na Língua, doravante TAL, que embora esteja voltada para um estudo teórico da argumentação na língua e não se preocupe com a produção textual em si, acreditamos que seus postulados nos fornecem elementos úteis para a produção textual ao nos mostrar possibilidades de escolhas linguísticas eficazes para conferir maior força argumentativa aos textos que são produzidos.

A partir da importância do discurso argumentativo e do estudo dos gêneros argumentativos, não somente no ambiente escolar, observamos que alguns estudos como Azevedo (2002, 2009), La Nuez (2007), Marques (2010) e Magalhães (2013), os quais discorreremos mais adiante em nosso trabalho, já analisaram textos por diferentes perspectivas teóricas sobre a argumentação, que vão desde a Retórica aristotélica até a mais Nova Retórica, assim chamada por seu fundador Chaïm Perelman.

Tais estudos sobre a argumentação têm ganhado bastante relevância, principalmente, com Oswald Ducrot, Patrick Charaudeau, Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca. Entre várias pesquisas já realizadas sobre a argumentação, este trabalho terá como escopo analisar como se constrói a argumentação em exemplares de artigo de opinião produzidos por alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa- (OLP), no ano 2014, sob o enfoque da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida pelos linguistas franceses Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot. Diferentemente do que pregam os estudiosos da Retórica, para quem a argumentação estaria na organização do discurso e na escolha dos enunciados, Anscombre e Ducrot (1988), consideram que a argumentação se dá pelas escolhas linguísticas. Nesse sentido, a argumentação é concebida como parte constituinte da língua e encontra-se marcada nas escolhas linguísticas do falante. Há, na língua, portanto, certas imposições que regem a apresentação dos enunciados e as conclusões a que eles conduzem, (CABRAL, 2010).

Para a presente pesquisa, nos propomos analisar como se constrói o discurso argumentativo em 38 textos produzidos pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014, com base na Teoria da Argumentação da Língua, mais especificamente com foco na terceira fase, a Teoria dos Blocos Semânticos. Utilizamos em nossa pesquisa os textos referentes ao gênero artigo de opinião, que foram produzidos por estudantes do 2º e 3º anos

do Ensino Médio de escolas públicas. Outro fator relevante nesta pesquisa foi evidenciar os enunciados e os léxicos linguisticamente doxais, a partir dos aspectos normativo e transgressivo do bloco semântico, apresentados pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014.

O interesse por tal pesquisa surgiu por já ter sido evidenciado em alguns estudos, como o de Azevedo (2009), que os gêneros argumentativos são de extrema relevância para o Ensino Médio, e que os estudantes deste nível possuem certas dificuldades ao produzirem textos desse gênero. Azevedo (2009) investigou os recursos discursivos-argumentativos presentes em textos produzidos no ENEM/2004 e identificou como as práticas discursivas se manifestam nas produções de jovens brasileiros que participaram da última etapa da educação básica. A pesquisa se valeu dos estudos de Foucault (1969/ 2004a, 2004b, 1987, 1970/1996) para interpretar a situação de produção de textos e para entender os processos de subjetivação aos quais os participantes da prova estão submetidos. Para analisar as estratégias argumentativas e persuasivas presentes nos textos, como também as formas de organização e articulação das ideias apresentadas, a pesquisadora recorreu, além de Foucault, aos estudos da Nova Retórica, Perelman (1997, 1993), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Meyer (2007, 1998, 1992), Maigueneau (1997, 2001, 2005, 1995/2008), Charolles (1998/2002) e Koch (2002, 1993, 1992). Este estudo constatou que, ao final do Ensino Médio, a maioria dos jovens domina os mesmos recursos já identificados em pesquisa anterior com textos infantis (AZEVEDO, 2002), revelando, assim, não haver evolução significativa na qualidade das produções textuais mesmo após um longo período de escolarização.

Outra pesquisa sobre argumentação foi a dissertação de La Nuez (2007), que analisou alguns recursos e estratégias que caracterizam a argumentação na proposta de produção do gênero carta argumentativa no vestibular da Unicamp/1993. Diferenciando-a da argumentação desenvolvida no tipo textual dissertação, esta pesquisa analisou a proposta da carta argumentativa do ano de 1993 e dez cartas produzidas por vestibulandos neste mesmo ano. O objetivo, da referida pesquisa, foi mostrar a ocorrência das estratégias e dos recursos sugeridos pela proposta na construção da argumentação das cartas e analisar como elas são em função da ficcionalização criada na proposta, caracterizando a argumentação desenvolvida nas cartas e confirmando a diferenciação entre a argumentação na carta e na dissertação. Contudo este trabalho não se deteve a analisar como se dá a construção deste discurso argumentativo nos textos produzidos pelos candidatos ao exame do vestibular, mas apenas propor uma diferenciação entre a argumentação do gênero textual carta argumentativa e do tipo textual dissertação.

Alguns estudiosos já investigaram como se apresenta a argumentação em textos escolares à luz das teorias retóricas, entre eles, Magalhães (2013), que pautou suas discussões nas orientações dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio – PCNEM e PCN+EM, na Matriz de referência da redação do ENEM 2013 e em subsídios teóricos da retórica aristotélica e da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisadora analisou alguns textos produzidos por alunos do Ensino Médio de diferentes edições do ENEM. Estes textos foram analisados sob a perspectiva teórica de algumas categorias argumentativas de Perelman (1997), como orador, auditório e finalidade; de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que falam sobre os lugares da argumentação e que consideram esses lugares como “ponto de partida das argumentações”. Sob a perspectiva da retórica aristotélica, a pesquisadora evidencia o quanto a teoria dos tópicos e a teoria da *stasis* se faz relevante no ensino da argumentação, pois, conforme Magalhães (2013), elas podem ajudar o aluno a descobrir o que dizer em sua argumentação, a buscar seus próprios argumentos para compor o seu texto na defesa de uma tese. O estudo concluiu que é possível que os alunos do Ensino Médio terminem esta etapa escolar com um bom nível argumentativo, mas que é preciso ensiná-los a buscar seus argumentos e que para isso os ensinamentos da retórica se apresentam como uma opção bastante produtora. Contudo, percebemos que tal estudo analisou textos produzidos por alunos do Ensino Médio de diferentes edições do ENEM sob a luz da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) utilizando somente algumas categorias como as de orador, auditório e finalidade. Portanto, observou o discurso argumentativo dos estudantes somente pela ótica destas categorias, não analisou as marcas do discurso argumentativo dos candidatos, nem as relações entre os argumentos e os posicionamentos discursivos e os aspectos socioculturais presentes nesses textos. Categorias de análise estas que são de extrema importância para o ensino da argumentação, pois evidenciariam quais as principais problemáticas encontradas durante o desenvolvimento do discurso argumentativo produzido pelos alunos neste nível de ensino.

Vale ressaltar que Azevedo (2009) e Magalhães (2013) analisaram a construção do discurso argumentativo em textos do ENEM, exame voltado para alunos de escolas públicas e particulares, que estão no Ensino Médio ou que já o concluíram, sob a perspectiva da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Em nossa pesquisa, iremos analisar a construção do discurso argumentativo no gênero artigo de opinião dos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa, ano 2014– produzidos por estudantes de escolas públicas do Ensino Médio de 2º e 3º anos– analisados sob o ponto de vista dos pressupostos ducrotianos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), visto que observamos que os estudos já citados

sobre argumentação não tiveram como foco a construção dos argumentos, mas outras categorias subjacentes ao desenvolvimento do texto argumentativo.

Alguns trabalhos já se propuseram a estudar o gênero artigo de opinião, mas não sob o enfoque de uma Teoria da Argumentação, como o de Marques (2010), que teve como objetivo relatar uma intervenção pedagógica, cuja proposta foi o estudo em sala de aula de um dos muitos gêneros textuais que circulam socialmente, o artigo de opinião. A implementação desta proposta foi direcionada para os alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola da rede estadual do Paraná. O desenvolvimento dessa intervenção pedagógica se deu através de uma sequência didática, na qual foram apresentadas atividades organizadas, voltadas para o desenvolvimento da competência comunicativa, envolvendo a leitura e a discussão de temas polêmicos de jornais locais e regionais, revistas e sites da internet, por fim a produção dos textos.

Nesse trabalho, Marques (2010) utilizou uma sequência didática com base em teóricos da Linguística Textual como Adam (2010), Antunes (2003) e Bronckart (2000) para chegar a seus objetivos, que eram a aprendizagem da leitura e da escrita desse gênero artigo de opinião na escola e o desenvolvimento da argumentação. Contudo, tal estudo não analisou como se constrói o discurso argumentativo desses estudantes em seus textos produzidos, mas deteve-se a ensinar o gênero artigo de opinião. O que nos faz acreditar ser ainda mais pertinente um estudo sobre a construção do discurso argumentativo em textos de alunos de Ensino Médio, visto que, em estudos como o de Marques (2010), são deixadas várias lacunas, entre elas, como se dá a construção dos enunciados argumentativos, quais os posicionamentos assumidos pelos alunos e quais os aspectos socioculturais presentes nos artigos de opinião, categorias relevantes para a análise da construção do discurso argumentativo e que iremos nos deter neste trabalho.

Já o estudo de Alves (2013) se propôs a analisar a argumentação em textos produzidos por estudantes do 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Fortaleza. Tal pesquisa se deteve a investigar o desenvolvimento do discurso argumentativo na escrita do gênero carta de reclamação. A pesquisadora utilizou como embasamento teórico para a análise dos dados os pressupostos ducrotianos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), a concepção de linguagem dialógica baktiniana, e, para a identificação e análise dos enunciadores presentes nas cartas produzidas, Koch (1992, 1997, 2003, 2006). Para o estudo das características do gênero carta de reclamação, utilizou-se dos pressupostos de Schneuwly e Dolz (2004), Barton; Hall (2000), e Bazerman (2005).



Neste estudo, primeiramente, analisaram-se os aspectos discursivos e argumentativos das cartas, em seguida, foram identificados o desenvolvimento do tema e a construção de sentido nas cartas de reclamação produzidas. Por fim, examinaram-se os aspectos socioculturais emergentes no *corpus*. A pesquisa comprovou que há, mesmo sendo em textos infantis, um desenvolvimento de um discurso argumentativo articulado e coerente.

Certamente, estes estudos citados anteriormente muito nos ajudarão em nossa pesquisa, no entanto, a partir de tais estudos, também, observamos a necessidade e relevância de uma pesquisa, no campo acadêmico e escolar, que contribuísse para o estudo da argumentação em textos escolares, numa perspectiva da Semântica Argumentativa, no caso, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), em sua atualização na Teoria dos Blocos Semânticos.

O objetivo geral deste estudo é *analisar como se constrói o discurso argumentativo, sob o enfoque da teoria dos blocos semânticos, no gênero artigo de opinião produzido pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014*. Os objetivos específicos que se desdobram a partir deste são:

- a) Identificar as marcas do discurso argumentativo no gênero artigo de opinião produzido pelos alunos finalistas das Olimpíadas de Língua Portuguesa 2014.
- b) Examinar, a partir dos enunciados e dos léxicos linguisticamente doxais, os aspectos normativo e transgressivo da teoria dos Blocos Semânticos em exemplares do gênero artigo de opinião apresentados pelos alunos finalistas da Olimpíada de língua Portuguesa 2014.
- c) Analisar os aspectos socioculturais presentes em exemplares do gênero artigo de opinião produzido pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014.

A partir destes objetivos, elencamos a seguir a problemática ou questão central que norteará nossa pesquisa: “Como se constrói o discurso argumentativo, em exemplares do gênero artigo de opinião, produzidos pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014?”.

Com esta questão norteadora, podemos realizar uma pesquisa acerca dos enunciados argumentativos dispostos nos textos e os posicionamentos assumidos pelos alunos, tendo em vista os mecanismos linguísticos e discursivos presentes nos artigos de opinião.

Duas questões norteadoras se derivam desta questão central. A primeira delas trata da Teoria dos Blocos Semânticos como fundamentação das categorias que orientam a análise

dos enunciados argumentativos e como estes são apresentados nos artigos de opinião: “A partir dos enunciados e dos léxicos linguisticamente doxais como são apresentados os aspectos normativo e transgressivo da Teoria dos Blocos Semânticos pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014?”.

A segunda e última questão norteadora, que parte da problemática central, refere-se aos aspectos socioculturais presentes nos textos dos alunos: “ De que forma os aspectos socioculturais estarão presentes nos textos produzidos pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014?”.

Precisamos deixar claro que, nesta pesquisa, abordamos o discurso argumentativo a partir de alguns aspectos, mas que há vários outros aspectos argumentativos presentes nos textos que podem ser explorados, o que nos abre a possibilidade de continuarmos investigando sobre estratégias utilizadas na construção do discurso argumentativo. Contudo, o presente estudo possibilitou a verificação da construção do discurso argumentativo de forma inovadora, pois nos debruçamos não sobre a produção textual em si, até por que o aporte teórico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, a TAL, não nos possibilitaria isto, mas constatamos que tal teoria mostra possibilidades de escolhas linguísticas eficazes para conferir maior força argumentativa nos textos, através das marcas argumentativas representadas por léxicos ou expressões argumentativas que direcionam para a construção do bloco semântico em cada texto.

Desta forma, acreditamos que a presente pesquisa oferecerá importantes contribuições para os estudos da argumentação em textos escolares, uma vez que observamos que quanto mais se analisa a construção do discurso argumentativo nos textos dos alunos, mais teremos aporte pedagógico para contribuir com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das habilidades de argumentar. Assim, teremos uma maior probabilidade de formar leitores críticos e produtores de textos eficientes.

Explicitaremos a seguir como está estruturada a presente dissertação: após a seção de introdução, apresentamos no capítulo dois a fundamentação teórica na qual discorreremos sobre as perspectivas que abordam o estudo da argumentação. Em seguida, no terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos, e discorreremos sobre o concurso Olimpíada de Língua Portuguesa e sobre as condições de produção textual do gênero artigo de opinião. E, por último, no quarto capítulo, tratamos das análises das marcas no discurso argumentativo, dos enunciados argumentativos e dos aspectos socioculturais presentes nos artigos de opinião produzidos pelos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2014.

## **2 PERSPECTIVAS SOBRE A ARGUMENTAÇÃO**

Primeiramente, apresentaremos os estudos iniciais sobre a argumentação, acerca da retórica aristotélica. Dissertaremos sobre tal assunto visto que tais estudos foram os fundadores e são, portanto, de extrema relevância para os estudos atuais sobre a argumentação. Em seguida, discutiremos o renascimento dos estudos retóricos, revisitados pelos teóricos Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) e Toulmin (1958). Por fim, retomaremos a Teoria da Argumentação na Língua e suas fases elaboradas por Ducrot (1972, 1984b/Anscombe e Ducrot (1988), e a mais recentemente proposta por Carel (2001, 2003; 2005) e Ducrot (2001; 2004).

### **2.1 Estudos iniciais**

A herança aristotélica foi importante para os estudos atuais da argumentação, como já fora dito anteriormente, pois ela sistematizou os estudos retóricos.

Foi Aristóteles (384-322 a. C.) quem sistematizou os estudos da retórica, escreveu dois tratados distintos em relação às questões discursivas: Retórica e Poética. A retórica aristotélica está voltada para dois sistemas bem distintos: por um lado, para os discursos da comunicação do dia a dia; por outro lado, para os discursos mais literários. Mais tarde, na Idade Média, houve uma fusão destes dois segmentos, as artes poéticas serão retóricas, e os grandes retóricos serão poetas.

A argumentação, conforme a linha de pensamento aristotélica, seria a utilização de um conjunto de premissas (razões, ideias, provas) que justificam uma dada conclusão. Podemos, através destas premissas, diferenciar aquilo que é do campo da argumentação, daquilo que é do campo da demonstração. Quem primeiro fez essa diferenciação foi Aristóteles, dando relevância ao estudo da argumentação em um de seus campos de estudo, realizado por ele, chamado de Retórica.

A diferenciação entre os dois campos, argumentação e demonstração, fazia-se através de uma Lógica Formal, a qual tratava das formas legítimas de se chegar a um argumento a partir de um conjunto de premissas. Aristóteles investigava as possibilidades de

construções estruturais do grego em que se pusessem em relação duas proposições iniciais (premissas) e uma terceira proposição que surgia a partir das primeiras (conclusão). Nessa relação entre premissas e conclusão há a diferença entre demonstração e argumentação.

No caso da demonstração, as premissas são verdadeiras e inquestionáveis, logo deduzimos a partir delas uma conclusão verdadeira e universal. Essa relação é chamada de “raciocínio lógico”, por Aristóteles.

No caso da argumentação, as premissas não são mais inquestionáveis, podendo levar a uma conclusão que não seja unânime. Tal conclusão é gerada a partir de um processo lógico e válido, porém, não obtém a concordância de todos. Logo, há por parte do orador marcas de subjetividade. Aristóteles chamou esse tipo de relação de “raciocínio dialético”.

Percebemos, assim, dois tipos de raciocínios apresentados por Aristóteles: o analítico e o dialético. Os primeiros são demonstrativos e impessoais, estão no campo da lógica formal; os segundos têm a intenção de persuadir e convencer, estando no campo das opiniões.

Depois de mostrar a diferença entre os campos da demonstração e da argumentação, Aristóteles apresenta a noção de persuasão, que, segundo ele, relacionava-se ao modo como o orador agia em relação ao seu ouvinte, tentando convencê-lo da verdade de suas teses, e utilizava-se de vários procedimentos desde gestos à linguagem. Aristóteles postula o discurso argumentativo através de elementos que o compõem o “logos”- aquilo que se quer defender; o “ethos”- aquilo que se refere ao orador; o “pathos”- aquilo que se refere ao auditório.

Os estudos aristotélicos têm influenciado bastante os estudos contemporâneos sobre a linguagem, sobretudo a argumentação. Estas influências aparecem nos estudos de Perelman, de Toulmin e de Ducrot.

Aristóteles influenciou os teóricos que tratam da argumentação na segunda metade do século XX, como Perelman, que analisa a persuasão ao fazer referência à noção do termo “auditório”, mas de forma diferente. Perelman (1988), em sua análise sobre a persuasão, visa às características sobre o auditório, percebendo dois tipos de argumentação: uma que visa persuadir, ligada a um auditório particular; e uma que visa convencer, ligada a um auditório geral.

Toulmin (1993) propõe a existência de dois tipos de raciocínio: o analítico e o substancial. Optou pelo segundo, pois o considera quase inexistente na língua e Ducrot, que busca quebrar esta dicotomia entre os raciocínios demonstrativos e argumentativos que foram apresentados por Aristóteles, propõe em sua teoria um estudo sobre a argumentação a partir da própria língua, pois considera que esta não apresenta um lado objetivo e é essencialmente argumentativa.

A seguir iremos fazer um percurso pelas pesquisas desses teóricos que debruçaram seus interesses nos estudos sobre a argumentação na segunda metade do século XX.

## **2.2 Renovação dos estudos**

Nesta fase, segunda metade do século XX, os teóricos Chaïm Perelman e Stephen Toulmin e mais adiante Oswald Ducrot dedicaram-se a reatualizar alguns preceitos aristotélicos e os estudos sobre a argumentação.

Veremos, nas subseções seguintes, como estes teóricos se posicionam em seus estudos.

### **2.2.1 Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca**

Em 1988, Chaïm Perelman, juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca lançam o livro *Traité de l' argumentation: la nouvelle rhétorique*. Nesta obra, buscam o retorno a uma concepção retórica bem próxima aos preceitos aristotélicos, baseando seus trabalhos, principalmente, nas lógicas não-formais.

Os autores em sua obra se distanciam dos teóricos clássicos em dois pontos: o primeiro é porque se preocupam em descrever técnicas argumentativas utilizadas em discursos escritos, ao contrário do que os antigos propunham, pois as trabalhavam em

discursos orais. O segundo ponto é em relação a condicionarem o auditório pelo discurso, sendo o objetivo da argumentação a adesão do auditório.

Perelman conserva a noção de auditório da retórica aristotélica, definindo-o como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Desta forma, o orador deve conhecer seu auditório, os valores e as teses que são admitidos por ele. Porém, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) não concordam com a retórica aristotélica quando diz respeito à exclusão de raciocínios que são formulados a partir de aspectos emocionais no estudo da argumentação, principalmente, os raciocínios de juízo de valor, e se propõem a estudá-los teorizando sobre uma lógica que há nesses julgamentos de valor.

Para Perelman e Olbrechts- Tyteca (2005) há três tipos de auditório: o *universal*, a partir do qual se elabora uma construção argumentativa adequada, como no caso de uma tomada de decisão em assembleias parlamentares; o *individual* e o *íntimo*, que fazem parte do auditório *particular*, e cujas reações são conhecidas previamente. A argumentação voltada para o auditório universal tem uma validade atemporal e absoluta, “deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua vaidade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 25). Já a argumentação do auditório particular implica uma adequação sócio-histórico-temporal e se diz persuasiva.

Como o propósito da argumentação é a adesão de um auditório a certas teses utilizadas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) apresentam técnicas argumentativas que visam a esta adesão do auditório. Para os teóricos, as teses são apresentadas sob dois aspectos diferentes: um positivo e outro negativo (CARNEIRO, 2006).

O primeiro aspecto, o positivo, diz respeito à solidariedade entre as teses, a esses tipos de argumentos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) os denominou de argumentos de ligação. Quanto ao segundo aspecto, o negativo, diz respeito ao rompimento da solidariedade constatada, logo são denominados de argumentos de dissociação.

Em seu Tratado da Argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca, no intuito de identificar, classificar e compreender melhor os argumentos classifica-os em três grupos: os *quase-lógicos*, os *baseados na estrutura do real* e aqueles que *se fundam na estrutura do real*.

Os primeiros constroem-se a partir dos princípios lógicos; os segundos se baseiam naquilo que o auditório toma como verdade, fatos e presunções, estes últimos constituem um tipo de argumentação que funciona por indução, estabelecendo generalizações e regularidades. Neste, são usados modelos, exemplos, ilustrações a partir de casos particulares.

Entre os vários postulados propostos por Perelman em sua “Nova Retórica”, podemos observar que houve várias influências diretas na Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot. A seguir, discorreremos sobre a teoria da argumentação de Toulmin, que é uma teoria alargada e filiada à lógica.

### **2.2.2 Stephen E. Toulmin**

Para Toulmin, a argumentação não deveria ser totalmente separada da lógica. Com sua publicação, em 1958, “Os usos do argumento”, o teórico busca uma concepção de linguagem, principalmente ligada ao silogismo analítico a partir de Aristóteles.

A argumentação para Toulmin tem início numa asserção, numa convicção, porém nem sempre a conclusão apresenta informações de que se tem certeza. No seu modelo de argumentação, os argumentos propostos se apresentam na forma de um encaixe organizado de “dados” (D); “garantia” (W); necessários para sustentar uma “conclusão” (C), caracterizando os raciocínios analíticos. Já os que apresentam um apoio (B) para a garantia (W) não são expressos de forma válida, sendo caracterizados como raciocínios substanciais.

Toulmin (1958) direciona suas críticas para os argumentos analíticos, afirmando que considera difícil estes, na prática, serem autenticamente analíticos. Contudo, seu modelo de argumentação leva em consideração tanto os argumentos analíticos quanto os substanciais.

O modelo de argumentação proposto por Toulmin tem certa influência sobre a teoria de Ducrot, pois é percebido que a “garantia” (W), elemento responsável pelos implícitos na teoria de Toulmin, e na qual a argumentação se dá por uma relação entre o explícito e o implícito, esta relação é encontrada na Teoria da Argumentação na Língua e está relacionada, também, ao *topos* de Ducrot. Lembrando que, para Ducrot, o *topos* é que garante a passagem do dado à conclusão. A diferença entre o *topos* e a “garantia” de Toulmin, é que o

*topos* é uma espécie de princípio que se encontra na língua, e a “garantia” de Toulmin pode estar centrada em elementos extralinguísticos.

Em seguida, explanaremos sobre as três fases que compõem a TAL e seus postulados.

### **2.3 Teoria da Argumentação na Língua- TAL**

O estudo da argumentação começou a ter uma autonomia com os trabalhos do teórico Oswald Ducrot e de seus colaboradores. Nas seguintes seções, discorreremos acerca do percurso das teorias fundadoras sobre a questão da argumentação na língua, numa abordagem pragmática e semântica, desenvolvida desde a década de 70 até os dias atuais, ressaltando as suas fases ao longo desses anos.

A Teoria da Argumentação na Língua- TAL- elaborada por Ducrot e Anscombe, propõe uma unificação dos aspectos subjetivos e intersubjetivos, reduzindo-os ao que chamaram de valor argumentativo dos enunciados, estes aspectos são considerados como o nível fundamental da descrição linguística. Para Ducrot e Anscombe, a língua não tem parte objetiva, o que se contrapõe aos estudos retóricos que diziam que a argumentação encontra-se na organização do discurso e nas escolhas dos argumentos.

Dentre os pressupostos que há na TAL destacamos: o de que a argumentação está na língua e o de que a estrutura básica argumentativa é o encadeamento argumentativo. Quando Ducrot (1983) firma que “a argumentação está na língua”, ele não quis dizer que todos os enunciados são argumentativos, mas que o processo argumentativo tem origem nos próprios elementos linguísticos “[...] a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.” (DUCROT, In: GUIMARÃES, 1989, p. 18).

Já a noção de encadeamento argumentativo tem sua origem na noção de “relação” apresentada por Saussure (1995). A diferença é que em Saussure a relação é tratada no âmbito dos signos, e na TAL é tratada no discurso.



Outros fenômenos linguísticos são observados na TAL e estão relacionados a aspectos tanto do discurso, quanto do léxico.

Nas subseções seguintes discorreremos sobre os pressupostos linguísticos que influenciaram a TAL e sobre conceitos fundamentais para compreensão da teoria ducrotiana.

### ***2.3.1 Bases da Teoria da Argumentação na Língua***

Dois linguistas influenciaram Ducrot em sua teoria, de um lado o estruturalista Saussure, e do outro, Benveniste e sua linguística da enunciação.

A influência dos estudos saussurianos sobre Ducrot se dá nos conceitos de “relação” e na dicotomia “língua e fala”. No “Curso de Linguística Geral”, o conceito de relação se estabelece no conceito de signo “a combinação do conceito e da imagem acústica” (SAUSSURE, 1995, p 81). Nesta relação arbitrária, Saussure diz que o signo assume um valor semântico na língua, e que o signo só assume este valor semântico por causa de sua relação com os outros signos, quer dizer, um termo pode modificar-se em seu valor, simplesmente pelo fato de um termo vizinho a ele ter sofrido alguma modificação.

Na TAL, de Ducrot, a noção de “relação” se encontra nas relações sintagmáticas que definem os encadeamentos discursivos, dentre estes são escolhidos os que são argumentativos.

A relação entre “língua” e “fala” nas teorias de Saussure e Ducrot tomam perspectivas diferentes. Em Saussure, o teórico toma como objeto de estudo a língua, já Ducrot insere em sua teoria o outro componente não abordado por Saussure, a fala.

Ducrot (1980) acredita que não há como fazer uma descrição semântica de uma língua sem buscar os aspectos da atividade linguística, ou seja, a fala.

Outra influência estruturalista que Ducrot sofre é a de Émile Benveniste, tanto nos aspectos relacionados ao estruturalismo como nos aspectos referentes à teoria da enunciação na linguagem. Tanto para Benveniste como para Ducrot, a “situação”, que teria um caráter linguístico, é criada no momento da enunciação e a partir dela.

Outro ponto semelhante entre estes dois teóricos é o “sujeito da enunciação”, para ambos, o sujeito não é empírico, é linguístico, pois ele representaria o(s) ser(es) que aparece(m) no enunciado e que é (são) identificado(s) por marcas linguísticas presentes no próprio sentido do enunciado.

### ***2.3.2 Conceitos Fundamentais para TAL***

Nesta seção apresentaremos alguns conceitos fundamentais para a Teoria da Argumentação na Língua. Tais conceitos serão de muita relevância para se compreender as diferentes fases da Teoria de Ducrot e de seus colaboradores.

#### ***2.3.2.1 Enunciação /Enunciado e Frase***

Os conceitos de Enunciação, Enunciado e Frase se fazem necessários, pois a Teoria da Argumentação na Língua é uma teoria de ordem semântica, e que se aplica por meio da análise de enunciados.

Primeiramente, definiremos *Enunciação*. Segundo Cabral (2010, p.28), a enunciação “constitui o processo pelo qual o indivíduo põe em uso o sistema linguístico”, quer dizer, é o ato de produzir o enunciado.

Para Benveniste (1991), a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso; nela, a língua se encontra empregada na expressão de certa relação com o mundo.

Para Ducrot (1989), a enunciação é o momento em que o discurso aparece. “Se digo duas vezes seguida uma coisa que é habitualmente transcrita ‘O tempo está bom’, produzo dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente.” (DUCROT, 1989, p. 13).

Já enunciado para Ducrot é um segmento do discurso. “Ele tem, pois, como discurso, um lugar, uma data, um produtor e (geralmente) um ou vários ouvintes. É um fenômeno empírico, um observável, e, a este título, não se repete.” (DUCROT, 1989, p. 13).

Cabral (2010) diz que a frase constitui um construto teórico, isto é, apenas a combinação de palavras para a construção de sequências linguísticas aceitáveis de uma língua. Uma frase pode resultar em diferentes enunciados, isto dependerá do contexto e dos objetos do produtor do enunciado. Além disso, a autora define, também, que frase é “uma estrutura que contempla um sintagma nominal e um sintagma verbal- SN + SV.” (CABRAL, 2010, p. 29)

Já Ducrot (1989, p. 14) define o termo frase como “uma estrutura abstrata, ou seja, algo absolutamente diferente de uma sequência de palavras escritas”. Na diferenciação entre o termo enunciado e frase, Ducrot, também, faz certa distinção aos valores semânticos, por convenção. O teórico chama de “sentido” o valor semântico do enunciado e de “significação” o da frase.

#### 2.3.2.2 *Significação e Sentido*

A diferença entre frase e enunciado nos leva a compreender significação e sentido. Para Ducrot (1989, p. 14), “a significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados.” Já no sentido, haveria tudo o que há na significação e mais um certo número de detalhes e especificações.

A partir das diferenças dos conceitos de significação e sentido, podemos perceber que uma frase só tem sentido dentro de um contexto, pois fora de um ela tem apenas significação resultante da interpretação das relações dos termos que a compõem. Logo, podemos perceber que somente o enunciado tem sentido, pois este é um fenômeno que envolve toda a situação de enunciação.

Percebemos que o sentido é construído a partir do ponto de vista dos enunciadores, isto corrobora para que a forma linguística dos enunciados torne possíveis algumas interpretações e compatibilizem outras. Desta forma, ligando-se ao princípio que garante a passagem do argumento para a conclusão (*topos*), é reforçada a ideia de Ducrot, na qual a argumentação encontra-se na língua.

### 2.3.2.3 Locutor/ Enunciador e Polifonia

A diferença entre os três termos se faz importante, pois a Teoria da Argumentação na Língua utiliza-se da enunciação na linguagem.

O locutor é o responsável pela enunciação, ou seja, é o sujeito que atribui a si a produção física do enunciado.

Já o enunciador engloba os seres que se exprimem por meio da enunciação, logo é o responsável por evocar diferentes pontos de vista expressos ou evocados no enunciado. Ressaltamos que o enunciador não são pessoas, mas pontos de vista abstratos.

Como foi dito, anteriormente, todo enunciado tem diversos pontos de vista, e os enunciadores são os responsáveis por estes diferentes pontos de vista presentes no enunciado. Contudo, o locutor do enunciado pode aproximar-se de um desses pontos de vista, como, também, pode manter-se distante de todos. Essa diversidade de pontos de vista que pode conter no enunciado é chamada de polifonia. Logo, polifonia é definida como a presença de vários enunciadores no enunciado.

Esclarecidos alguns conceitos que compõem a TAL, vejamos, na seção seguinte, sua primeira fase.

## 2.4 Fases da Teoria da Argumentação na Língua

A Teoria da Argumentação na Língua sofreu várias transformações ao longo de sua existência. Em seu surgimento, em 1983, com Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre, a primeira fase, denominada Standard, na qual Ducrot e Anscombre (1983), afirmam que a língua em si assume instruções que possibilitam um processo argumentativo de um argumento a uma conclusão. Em seguida, esta teoria sofre algumas reformulações e Ducrot e seus colaboradores (1984) acrescentam capítulos à obra “*L’ Argumentation dans la langue*” surgindo assim, a segunda fase da TAL, a Teoria dos *Topoi*, na qual acrescentam a noção de *topos* e de polifonia. Por fim, a última e atual fase da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos (1995).

Dissertaremos sobre as três fases nas subseções a seguir, ressaltando que nosso estudo baseia-se na terceira fase, a Teoria dos Blocos Semânticos.

#### **2.4.1 A Fase Standard**

Na primeira fase da TAL, a fase Standard, há uma reformulação teórica sobre a argumentação, pois até então, na concepção clássica, os encadeamentos argumentativos eram do tipo A.....} C, ou seja, o enunciado-argumento (A) deve exprimir um certo fato (F), sendo este fato uma representação da realidade que pode vir a ser verdadeira ou falsa, mas que deve sustentar a argumentação. Assim, é a partir de (F) que se faz a argumentação num sentido de um enunciado-conclusão (C). Desta forma, o movimento de (A) enunciado-argumentativo a (C) enunciado-conclusão é sustentado por um terceiro elemento (F), ou seja, um fato externo à língua, sendo a origem dos encadeamentos argumentativos meramente factual.

Vejamos um exemplo conforme a concepção tradicional de argumentação, segundo Ducrot (1989, p. 17-18):

- a- Pedro trabalhou pouco.
- b- Pedro trabalhou um pouco.

Se a argumentação é sustentada por um fato (F), representado pelo conteúdo factual comunicado, temos que os enunciados (a) e (b) expressam uma quantidade considerável de “trabalho”, na significação da frase. Logo, se o (a) é verdadeiro, o (b) também o é.

Ducrot (1989), defendendo a teoria de que a língua é essencialmente argumentativa, discorda da concepção tradicional que um fato (F) seja suficiente para a inferência de uma conclusão (C), pois o mesmo fato (F), em diversas línguas, num mesmo contexto, pode gerar diferentes conclusões. Desta forma, percebemos que é retirado o F (fato), e que em um encadeamento argumentativo enunciado-argumentativo (A) e enunciado-conclusão (C), A orienta para uma conclusão C, logo as escolhas linguísticas seriam os fatores que orientariam para uma conclusão. Sendo assim, nos enunciados (a) e (b), a inserção dos elementos “pouco” e “um pouco”, mesmo representando o mesmo fato, parecem promover

um orientação argumentativa diferente. Portanto, a argumentação está na própria língua, não sendo necessário recorrer a elementos extralinguísticos.

Destarte, Ducrot observou que a argumentação do tipo clássica A.....} C, não se dá com base em um fato F, e que o que possibilita o encadeamento entre o enunciado-argumentativo A e o enunciado-conclusão C está na própria língua, portanto, esta possui valores argumentativos.

Em suma, como a TAL é uma teoria semântica de interpretação de enunciados, a argumentação é entendida, nesta primeira fase, como um resultado da relação entre os segmentos enunciado-argumentativo (A) e enunciado-conclusão (C), que compõem um encadeamento argumentativo, sendo que estes dois segmentos são ligados por operadores de frases, que constituem o ato de argumentar, logo, esta fase observa as instruções contidas nos operadores argumentativos.

Ducrot (1988) prega a existência de uma espécie de garantia, que autoriza a passagem de um argumento (A) para uma conclusão (C), tendo em vista a construção de sentido pretendido pelo enunciador. Essa garantia que permite o encadeamento de (A) com (C) chama-se *topos*.

A partir desta lacuna encontrada na primeira fase da TAL, discutiremos, na seção seguinte, sobre a teoria que irá preencher esta lacuna, a Teoria dos *Topoi*.

#### **2.4.2 A Fase da Teoria dos Topoi- TT**

Em 1984, Ducrot e seus colaboradores realizaram a reformulação da Fase Standard da TAL, baseando-se na observação de que a alteração dos operadores argumentativos não fazia com que a classe das conclusões fosse diferente.

Exemplifiquemos nos enunciados propostos por Ducrot (1988, p. 42-94):

(7) São quase oito horas.

(8) São apenas oito horas.

(9) São oito horas.

Comparando os dois primeiros enunciados (7) e (8), que possuem operadores argumentativos, com o (9), que não possui, de acordo com a Fase Standard da TAL, deveríamos ter conclusões diferentes. Se encadeamos uma conclusão ao enunciado (7) como “é tarde”; e uma ao enunciado (8) “é cedo”, observaremos que é possível encadeamos ao enunciado (9) as mesmas conclusões que demos ao (7) e ao (8). Logo, esta evidência fez Ducrot e seus colaboradores perceberem que há uma restrição quanto à força dos operadores argumentativos. Desta forma, observaram que as conclusões possíveis não dependem somente destes operadores, mas dependem muito mais da intenção do locutor e do contexto do enunciado.

Sobre este problema na Fase Standard, Ducrot (1989, p. 21) diz que “O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação”.

Esta fase continua com o encadeamento argumentativo A.....} C, composto por um enunciado-argumentativo A e um enunciado-conclusão C, porém a argumentação passa a ser analisada nessas expressões que compõem estes segmentos semânticos, enunciado A que justifica uma certa conclusão C, não mais por operadores argumentativos, mas por um princípio argumentativo, *topos*.

Para reformular e resolver os problemas da Fase Standard da TAL, Ducrot (1988) acrescenta duas noções: a noção de *topos* e a noção de polifonia. O teórico, sob uma concepção estruturalista da linguagem, propõe um estruturalismo do discurso, levanta a hipótese de que a polifonia pode ser encontrada não apenas na análise do texto todo, mas na análise de enunciados isolados.

Segundo o teórico, é através da relação locutor/enunciador, na qual o locutor toma um posicionamento diante dos diferentes pontos de vista colocados em cena pelos enunciadores, que surge o sentido do enunciado.

Esses posicionamentos são apresentados por Ducrot (1988, p.66- 67), depois reelaborados por Barbisan (2002).

Para a autora, há quatro posicionamentos possíveis de serem assumidos pelo locutor:

1- aquele em que o locutor se identifica com um dos enunciadores, tentando impor um ponto de vista, como é o caso da asserção;

2- aquele em que o locutor o aprova, indicando que está de acordo com o enunciador, mesmo se seu enunciado não tem como objetivo admitir esse ponto de vista, como é o caso da pressuposição;

3- aquele em que há oposição entre locutor e enunciadores, como no humor, quando o locutor rechaça o ponto de vista absurdo, sem apresentar outro ponto de vista corrigindo o primeiro;

4- aquele em que há identificação de um enunciador com uma pessoa, como se vê na ironia.

Como já foi dito, outra noção foi acrescentada por Ducrot à teoria, *topos*. Para Ducrot e Anscombe (1988, p. 216- 233), “os encadeamentos dos segmentos A e C, em que A apresenta um segmento que justifica C, uma conclusão, diz que estes encadeamentos põem em jogo um terceiro termo que garante, que autoriza a passagem de A a C. O *Topos* é este terceiro elemento que garante a passagem de A a C”.

Para Barbisan (2002, p. 171), “*topos* é um princípio argumentativo, um lugar-comum argumentativo, que serve de intermediário entre o argumento e a conclusão. É a garantia que assegura a passagem do argumento à conclusão”.

Semelhante a Ducrot (1988) e a Barbisan (2002), Cabral (2010, p. 53) define *topos* “como sendo um instrumento linguístico que liga algumas palavras, organiza os discursos possíveis e define os discursos aceitáveis, coerentes numa comunidade”.

Na Teoria dos *Topoi*, o enunciado-argumentativo oferecerá conteúdo semântico que servirá para justificar a conclusão C e também uma orientação para se chegar a ela. Esta orientação é fundamentada pelo princípio argumentativo chamado *topos*.

Vejamos o exemplo de Ducrot (1989, p. 23):

O tempo está bom (E). Vamos passear (C).

O conteúdo semântico E “O tempo está bom”, dito por um locutor numa situação particular de enunciação, deve orientar para uma determinada conclusão. Esta orientação é justificada pela ideia consensual, pelo menos numa determinada comunidade social, de que “o



calor torna o passeio agradável”. É esta a ideia subjacente ao processo enunciativo que permite a conclusão C, a partir da enunciação de E.

Ducrot (1980) define, ainda, a gradação propriedade dos *topoi*, ou seja, o *topos* contido no enunciado coloca em relação à escala do *tempo bom* e a escala do *prazer*, quanto melhor o tempo, mais prazeroso o passeio.

Os operadores argumentativos indicam a direção dos enunciados para uma conclusão ou mais de uma; os enunciados que orientam para uma mesma conclusão, Ducrot (1989) os designou de classe argumentativa.

Percebemos que nesta segunda fase da TAL, Teoria dos *Topoi*, a argumentação se constrói a partir das noções de polifonia e de *topos*. O locutor do enunciado coloca em cena os enunciadores, concordando ou não com eles, mas centrando a argumentação em um ponto de vista, ou *topoi*.

A Teoria dos *Topoi* argumentativos traz princípios para o interno do enunciado, de forma que estes princípios são os responsáveis pela possibilidade de conclusões diferentes que podem ser extraídas de uma mesma frase, não seriam princípios externos à língua, mas princípios convocados pela própria frase: o *topos*.

Outra característica desta fase é a de que a argumentação é descrita a partir dos enunciadores. Procura, também, identificar o caráter argumentativo dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Os enunciados passam a depender da existência de um enunciador que argumenta, quer ele se identifique ou não como locutor.

Duas condições são apresentadas para que o ponto de vista de um enunciador possa ser considerado argumentativo. A primeira é que ele sirva para justificar uma determinada conclusão, que pode estar explícita ou implícita no enunciado e pode ser assumida ou não pelo locutor. A segunda condição postula a noção de *topos*, fundamental nessa fase da teoria.

Assim, *topos* seria o valor argumentativo que estaria na parte constitutiva do enunciado. Além de ser o responsável pela orientação do enunciado em direção à conclusão.

Ducrot (1988) afirma que os *topoi* têm três características: a) são tratados como **universais**, o que não significa que de fato o sejam, mas que são apresentados no enunciado como se fossem compartilhados por uma coletividade – são comuns pelo menos ao

enunciador e ao destinatário; b) são **gerais**, porque se aplicam a um grande número de situações, não apenas a do momento; c) são **graduais**, característica que permite a passagem para a conclusão e que quer dizer que os *topoi* relacionam duas escalas, tal que o movimento em uma delas implica movimento também na outra, e a direção do movimento de uma condiciona a direção do movimento da outra; isto é, se o valor apresentado em uma das escalas cresce, o valor presente na outra também crescerá; se ele decresce, o outro também decrescerá.

Na última fase, sobre a qual discutiremos na subseção seguinte, Ducrot juntamente com Marion Carel propõem uma revisão da noção de *topos* e reformulam a teoria chegando à terceira fase: a Teoria dos Blocos Semânticos.

#### **2.4.3 A Fase da Teoria dos Blocos Semânticos- TBS**

Marion Carel e Oswald Ducrot, em 1995, desenvolvem a Teoria da Argumentação na Língua em mais uma fase, a Teoria dos Blocos Semânticos-TBS. Nesta fase, a argumentação é definida como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector. Desse ponto de vista, a argumentação pode ser normativa ou transgressiva.

Segundo Cabral (2010, p. 118), argumentação normativa “é a argumentação cujos segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *logo*” e transgressiva “é a argumentação cujos segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *no entanto*”.

Carel (2002) considera estes dois tipos de discurso, normativo e transgressivo, como encadeamentos primitivos do mesmo bloco semântico, de modo que o A ne (no entanto) C não se fundamenta no A lg (logo) C. A argumentação transgressiva é um outro aspecto primitivo do mesmo bloco semântico da normativa. Esta é uma grande contribuição da TBS a TAL, visto que, nas duas versões anteriores, somente se observava o aspecto normativo A *logo* C. Desta forma, entende-se pela teoria que os encadeamentos argumentativos são produzidos em duas estruturas prototípicas: A lg C e A ne C, de modo que

nestas duas se estabelecem relações de causa e consequência entre os segmentos argumento e conclusão (FREITAS, 2007).

São exemplos de segmentos normativos:

(3) João é competente, *logo* conseguirá o emprego.

(3 a) João é competente, *então* conseguirá o emprego.

(3b) João conseguirá o emprego, *pois* é competente.

São exemplos de segmentos transgressivos:

(4) João é competente, *no entanto* não conseguirá o emprego.

(4 a) João é competente, *entretanto* não conseguirá emprego.

(4b) *Embora* João seja competente, não conseguirá emprego.

(4 c) *Mesmo que* João seja competente, não conseguirá o emprego.

Carel (2001) classificou como “aspecto” um conjunto de encadeamentos que realizam a mesma relação, sendo X lg Y, quando é normativo, e X ne Y, se transgressivo. O aspecto diz respeito à relação estabelecida entre X e Y.

Nesta teoria, o bloco semântico se constitui pelo ponto de vista que têm o aspecto normativo e o transgressivo.

Os autores postulam a existência de dois tipos de argumentação no encadeamento argumentativo, a externa e a interna.

Carel e Ducrot (1997) mostram como se dá a argumentação interna e externa em relação aos aspectos normativo e transgressivo: “Se a expressão estudada intervém em um dos encadeamentos do aspecto argumentativo que lhe é associado, se dirá que este aspecto deriva da ‘argumentação externa’. Se não, se dirá que ele deriva da sua ‘argumentação interna’”. Estes aspectos fundamentam as argumentações definidas acima. O aspecto normativo segue a fórmula X CON Y, leia-se X CONECTOR Y, enquanto o aspecto transgressivo segue a orientação X CON’ Y, leia-se X INVERSO DO CONECTOR Y (CAREL, 2001).

Para diferenciar ambas as argumentações Ducrot (2002, p. 9-10) diz que:

Chamar-se-á argumentação externa (AE) de uma entidade a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo. [...] Como AE, a AI é feita de aspectos, mas como se trata de uma espécie de reformulação, é feita de aspectos cuja entidade, desta vez, não é ela mesma um segmento.

Tomemos o exemplo de Cabral (2010, p. 122): o enunciado “João é prudente”, que pode ser parafraseado por “Se há perigo, João toma precauções”. A entidade que origina o encadeamento argumentativo é “prudente” que não faz parte do encadeamento, realizada pelo aspecto “perigo” portanto precauções. Logo, a principal diferença entre a AE e a AI é que nesta a entidade não faz parte do aspecto; enquanto naquela faz.

Na argumentação externa, Ducrot e Carel (2008) apresentam as concepções de aporte e suporte, referindo-se aos encadeamentos à “esquerda” e à “direita”, respectivamente. Tem-se como exemplo de argumentação externa à direita “João foi prudente, portanto não teve acidente”, e “João foi prudente, no entanto teve acidente”. Na argumentação externa à esquerda, temos os exemplos: “João foi prevenido do perigo, portanto, foi prudente” e “João não foi prevenido do perigo, no entanto, foi prudente”. O segmento principal nestas sequências argumentativas é “João foi prudente”, que em dado momento é suporte e em outro é aporte dos encadeamentos argumentativos (DUCROT; CAREL, 2008, p.10).

Cabral (2010, p. 122) sintetiza a relação dos aspectos na argumentação: “A argumentação interna de uma expressão linguística é aquela cujos aspectos não contêm essa expressão nem no interior de seu antecedente, nem no interior de seu consequente”. Carel (2002, p. 36) considera que “a argumentação interna a um enunciado não é necessariamente um elo entre dois termos do enunciado [...] é totalmente interior ao predicado deste enunciado”. Ducrot e Carel (2008, p. 10) definiram as argumentações internas como “encadeamentos que constituem equivalentes mais ou menos próximos dessa [mesma] expressão, eventualmente paráfrases ou reformulações”.

Ressaltamos que a argumentação externa (AE) apresenta os mesmos aspectos que se constam na expressão, no antecedente ou no consequente, além de possuir os aspectos normativo e transgressivo. Diferentemente, a argumentação interna (AI) possui apenas o aspecto normativo.

Nesta fase, os encadeamentos com “logo” e com “no entanto” exprimem blocos semânticos. Argumentar, então, parte do ato de convocar um bloco semântico de um dado enunciado. Este exercício não tem como objetivo justificar um eventual conteúdo da conclusão, como pretendia a Teoria dos *Topoi*.

Carel e Ducrot (1997a), na TBS, também propõem a noção de paradoxo linguístico, que não era contemplada na versão anterior da teoria, e, por isso, deixada ao esquecimento esta possibilidade que aparece no sistema linguístico. O paradoxo, ou “expressão socialmente paradoxal” (ESP), são expressões difíceis de aceitar, dentro das dimensões sociais e/ou culturais, como no exemplo: “Esta mala está leve, Jean não vai carregá-la” (CAREL; DUCROT, 1997a, p. 10). A crença social que circunscreve este enunciado é a de que uma mala pesada é difícil de carregar, enquanto a mala leve é fácil; o que não se concebe é uma mala leve não poder ser carregada por alguém.

Mais duas noções são propostas por Ducrot na TBS: a de encadeamento doxal e a de paradoxal. Um encadeamento é considerado linguisticamente doxal (LD) “se o aspecto ao qual ele pertence já está inscrito na significação estrutural de um segmento” (CAREL; DUCROT, 1997a). Já um encadeamento para ser considerado linguisticamente paradoxal (LP) deve cumprir duas exigências: 1. não ser linguisticamente doxal (a CON b); e 2. o mesmo encadeamento, com o inverso do seu conector, deve ser linguisticamente doxal (a CON' b).

Para analisarmos a construção do discurso argumentativo nos textos dos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa, ano 2014, utilizaremos como primeira categoria de análise a identificação das marcas do discurso argumentativo nos artigos de opinião, estas representadas por léxicos ou expressões mais recorrentes que dão ênfase à argumentação desenvolvida no texto e que formarão o bloco semântico, o qual depois de formado será analisado seus enunciados; como segunda categoria de análise para nossa pesquisa analisaremos os enunciados e os léxico doxais, verificando seus aspectos normativo e transgressivo. Como última categoria, analisaremos os aspectos socioculturais a partir dos papéis sociais e identidades culturais presentes nos textos.

A seguir, exporemos sobre o gênero artigo de opinião, escolhido como objeto de estudo em nossa pesquisa.

## 2.5 Os gêneros textuais: instrumentos didático-pedagógicos

Percebemos que, atualmente, o ensino de língua portuguesa com gêneros textuais possibilita a resolução de várias problemáticas que ocorriam no ensino tradicional, quando tal metodologia ainda não era utilizada, visto que a concepção de língua que se tem com o ensino dos gêneros integra os principais eixos do ensino: leitura, produção e análise linguística.

A seguir, elucidaremos sobre os estudos de um referencial teórico, a Escola de Genebra, que defende o trabalho baseado na teoria dos gêneros.

A Escola de Genebra propõe uma diversificação de textos centrada em seu contexto de produção, enfatizando os aspectos históricos e sociais. As unidades de análise são **os textos numa visão sócio-interacionista**<sup>1</sup>.

O Interacionismo Sócio-Discursivo é uma teoria desenvolvida na tentativa de modificar algumas práticas de ensino vistas como “tradicionalistas” para repensarmos sobre a questão da formação dos professores de língua materna, pois acreditamos que tais perspectivas teóricas contribuem para percebermos como se desenvolvem as etapas das oficinas de produção dos textos propostas no concurso da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Levando em consideração um ensino de língua materna baseado na socialização dos alunos, os pesquisadores – Jean-Paul Bronckart, Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz, A. Pasquier, Sylvie Haller, entre outros, da Universidade de Genebra- procuraram tornar relevante o que o aluno traz consigo, ou seja, seus conhecimentos iniciais e as diversidades de capacidades trazidas por eles para escola. Esse, entre outros problemas práticos, foi o que levou os estudiosos a buscarem uma base na Teoria da Enunciação (especialmente Bakhtin) e na Teoria da Aprendizagem vygotskiana, uma base teórica para o desenvolvimento (e funcionamento) da linguagem de cunho sócio-interacionista que pudesse ser utilizada com finalidades didáticas, colaborando, assim, para um conceito de gênero que contribuísse para uma articulação entre práticas sociais e objetos escolares.

---

<sup>1</sup> Segundo Bronckart (2000), são quando os textos são vistos como uma realização semiótica de uma ação de linguagem situada, que se efetua tomando um dos modelos de gêneros disponíveis no intertexto de uma determinada língua natural.

Procurou-se satisfazer a algumas questões sobre o ensino de gênero que até então não respondiam as seguintes exigências, que segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) são:

- Permitir o ensino da oralidade e da escrita, simultaneamente, de forma que ambos tenham a mesma importância;
- Propor algo que colabore para todas as disciplinas e não somente para as aulas de língua materna;
- Ter como foco principal as dimensões textuais das expressões oral e escrita;
- Expor textos, orais e escritos, que contribuam para as produções dos alunos;
- Articular os conteúdos de forma a promover uma maior diferenciação do ensino;
- Promover a elaboração de projetos de classe.

O postulado principal da escola genebrina é desenvolver um ensino de gêneros orais e escritos em que o aluno esteja capacitado para se comunicar em situações escolares e extraescolares e propor situações e diversas atividades para que o aluno desenvolva sua capacidade de se comunicar de forma oral e escrita.

A seguir veremos a concepção de gênero adotada por esses estudiosos para fundamentar o posicionamento pedagógico assumido por estes e que, como já foi dito, baseiam-se na concepção interacionista social- segundo a qual o indivíduo toma consciência de si e que sua construção está dependente da história de relações em que ele desenvolve com os outros indivíduos da sociedade e da utilização da linguagem- herdada de Vygotsky (1985).

### ***2.5.1 Gêneros de texto: instrumentos mediadores da atividade de linguagem***

Primeiramente, vale ressaltar que na perspectiva interacionista social, na qual se fundamenta esta escola o termo *instrumento* é um objeto socialmente elaborado, pois aquele se encontra entre o indivíduo que age e o objeto sobre o qual ou a situação na qual ele age. Os instrumentos ao se transformarem modificam as maneiras dos indivíduos se comportarem numa situação.

A partir daí, numa concepção ainda interacionista, as práticas de linguagem são aquisições acumuladas por grupos sociais ao longo da história e que são consideradas instrumentos utilizados para a interação social. Tais práticas cristalizam-se nos gêneros e são possíveis de modificação ao longo do tempo.

Os gêneros, na verdade, são ferramentas necessárias e imprescindíveis para o desenvolvimento de funções superiores do aluno e para sua prática em atividades sociais, logo para se comunicar devem se instrumentalizar. Destarte, o gênero é um instrumento semiótico constituído de signos organizados de maneira regular, este instrumento é complexo e compreende níveis diferentes, e é por isso que por vezes é chamado de “*mega-instrumento*”.

Segundo (SCHNEUWLY, 2004, p. 24):

Um instrumento media uma atividade, dá-lhe uma certa forma, mas esse mesmo instrumento representa também essa atividade, materializa-a. Dito de outra maneira: as atividades não mais se presentificam somente em sua execução. Elas existem, de uma certa maneira, independentemente desta, nos instrumentos que as representam e, logo, significam-nas.

Portanto, os gêneros são mediadores semióticos das ações discursivas que acontecem entre sujeitos, ou seja, são *mega-instrumentos* que mediam, dão forma e viabilizam a materialização de uma atividade de linguagem. Sendo assim, para aprender a ler e a escrever é necessário se utilizar desses instrumentos para se comunicar nas diversas situações comunicativas.

No ensino de gêneros surgem algumas dificuldades relacionadas à didática e ao planejamento pedagógico destes, como: (I) quais gêneros, já que eles são múltiplos e heterogêneos, devem ser objetos de ensino na escola? (II) como organizá-los em uma progressão que leve em conta o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos? (III) o que fazer com a tipologia clássica (narração, descrição, dissertação) que predomina na escola e já faz parte dos saberes escolares?

Outra questão teórica advém do fato de os gêneros, por serem referenciáveis e referenciados diariamente nas práticas de linguagem, sofre variações de descrição. Possuem características multiforme, flexível, logo, suas descrições são feitas sempre depois. Destarte, seu estudo deve ser feito sempre através do cotidiano, o que permite o reconhecimento do gênero nas diversas situações sociais. O ensino dos gêneros deve constituir a base do trabalho escolar, pois se eles são considerados os “instrumentos” da comunicação, não poderemos desenvolvê-la sem a presença deles.

A partir destes questionamentos, a escola genebrina elege por método o desenvolvimento de uma organização curricular baseada no ensino de gêneros escritos e orais. Assim, se faz necessário, tanto do ponto de vista linguístico quanto do pedagógico, recorrer a tipologias com unidades de análise que favoreçam uma maior sistematização do ponto de vista didático-pedagógico: **os tipos de discurso**. Eles e seus elementos constitutivos, como as



sequências textuais, podem proporcionar critérios mais claros para se pensar a progressão e a avaliação.

Para se atingir tais objetivos no trabalho com os gêneros em sala de aula devemos seguir uma sequência didática, pois conforme Schneuwly e Dolz (2004, p. 97), “esta tem a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor o gênero de texto, permitindo-lhe escrever ou falar de uma maneira mais apropriada numa dada situação comunicativa”. Assim, discorreremos a seguir como se dá a criação de um modelo didático sistemático desenvolvido por esta escola.

### ***2.5.2 Modelo de sequência didática genebrino***

Segundo Schneuwly e Dolz (2004), é através dos gêneros que as *práticas de linguagem*<sup>2</sup> materializam-se nas atividades dos aprendizes. Logo, para os falantes, os gêneros constituem-se como parâmetros sociais para a construção de seus enunciados (quem sou eu que falo, quem é meu interlocutor, qual o propósito da minha fala, etc.). Para o interlocutor, os gêneros funcionam como um horizonte de significação, pois dão “pistas” de como se processará a interação.

Os gêneros, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, são utilizados pelos interlocutores para afirmar e concretizar os significados sociais, as funções sociais, os valores; são eles que assumem a forma do dizer/escrever dos alunos:

Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, região. A funcionalidade dos discursos estipula o como e o que dizer. A linguagem verbal é dialógica e só podemos analisá-la em funcionamento, no ato comunicativo, considerando todos os elementos implicados nesse ato. (BRASIL, 1999, p.21)

---

<sup>2</sup> Conforme Schneuwly e Dolz (2004, p. 74), “as práticas de linguagem visam às dimensões particulares do funcionamento da linguagem em relação às práticas sociais em geral, tendo a linguagem uma função de mediação em relação a estas últimas”.

Percebemos que pelo contexto escolar atual, na missão de ensinar os alunos a ler, a escrever e a se comunicar, existem alguns problemas que surgem quanto à prática do trabalho com os gêneros na escola. Problemas estes que se constituem em: o gênero deixa-se de ser tratado como um objeto de comunicação e passa a ser considerado como uma ferramenta de ensino-aprendizagem que não é utilizada de forma real nas situações comunicativas em que o aluno participa; e em segundo, o aluno produz determinado gênero através de uma proposta fictícia de prática da linguagem.

Diante disto, sob o prisma de que a formação do aluno como futuro cidadão é uma das responsabilidades da escola, torna-se necessário equipar o aluno com ferramentas que lhe possibilite “ler o mundo” de forma competente para que venha a tornar-se um cidadão ativo em seu meio social.

Os problemas metodológicos surgidos ao longo da prática pedagógica para o ensino da produção textual trouxeram consequências ao aluno como o desinteresse pela escrita, a falta de oportunidade de conhecer diferentes gêneros de texto e suas funções e a capacidade de produzi-los em diferentes ambientes, além do escolar.

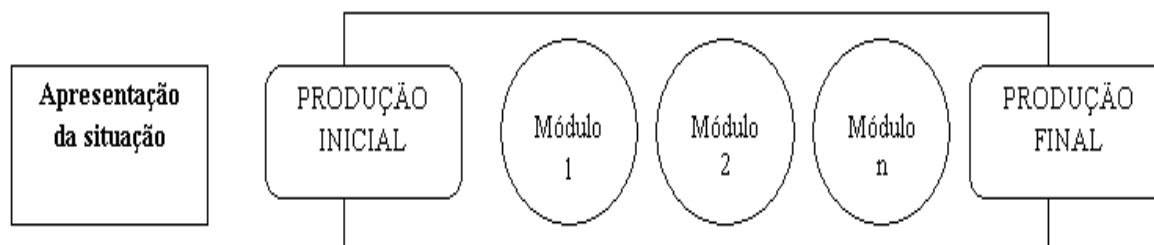
As práticas de ensino e as práticas de aprendizagem de Língua Materna devem ser consideradas processos ativos, visto que assim se pode trabalhar a concepção de linguagem como uma ação orientada por um propósito comunicativo específico, que se realiza em diferentes grupos. Essa ideia parte da concepção de texto como um construto social organizado dentro de um gênero determinado pela atividade social.

O interacionismo sociodiscursivo facilita essa tarefa, colocando a linguagem como instrumento de interação social, analisando a língua transformada em discurso, viabilizado pelos gêneros de texto. Essa abordagem privilegia o estudo do texto a serviço da interação social, em suas mais diversas esferas.

Para se iniciar um trabalho com os gêneros textuais em sala de aula devemos seguir uma sequência didática, pois, conforme Schneuwly e Dolz (2004, p. 97), “esta tem a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor o gênero de texto, permitindo-lhe escrever ou falar de uma maneira mais apropriada numa dada situação comunicativa”.

A apresentação básica de uma sequência didática deve ser composta pelas seguintes etapas: apresentação da situação, primeira produção, módulos, produção final, conforme, o esquema proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004):

Figura 1 – Esquema da Sequência Didática



Fonte: (Dolz & Schneuwly, 2004. p. 98)

As sequências didáticas, segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), podem ser entendidas como a **unidade de trabalho escolar** no sentido de que propõem um conjunto de atividades que apresentam um número limitado e preciso de objetivos com a finalidade de “melhorar uma determinada prática de linguagem”. A perspectiva utilizada na sequência didática é uma perspectiva textual, pois visa os diferentes níveis de elaboração da produção de texto.

No primeiro momento da sequência didática, a apresentação detalhada da situação comunicacional deve preparar o aluno para a produção do gênero em questão, deve-se explicar por que ele está escrevendo e quem vai ler o que está sendo escrito.

Para isso, deve-se adotar o seguinte procedimento, segundo Schneuwly; Dolz (2004):

- Apresentação de um modelo prototípico do gênero que pretende-se trabalhar;
- Esclarecimento a quem se destina a produção;
- Esclarecimento da forma que essa produção se concretizará;
- Delimitações de quais alunos participarão da produção e de que forma a mesma se realizará (individual ou em grupos).

Essa fase deve fornecer aos alunos, ainda segundo os autores, todas as informações necessárias para que eles conheçam tanto o **projeto comunicativo** quanto a **aprendizagem de linguagem** a ele relacionada.

Na produção inicial, os alunos são convidados a produzir um primeiro texto do gênero em questão. Essa produção inicial servirá como base para que o professor, através de uma avaliação, possa observar as capacidades e potencialidades dos alunos e, assim, propor novas atividades. Do ponto de vista do aluno, esse é o momento para que eles descubram o que já sabem fazer e conscientizem-se dos problemas existentes em relação à produção do gênero em questão. Esta fase deverá ter caráter avaliativo e servir como um regulador tanto para o professor, que poderá, pela observação dos primeiros resultados, avaliar as dificuldades encontradas, refinando os próximos passos da sequência, quanto para o próprio aluno, que poderá se autoavaliar quanto à competência, pelos resultados atingidos.

Os módulos, que darão continuidade, segundo os autores, têm justamente a função de trabalhar com os problemas observados na produção inicial dos alunos, dando-lhes “instrumentos necessários para superar” tais obstáculos. O professor seleciona, então, que dificuldades da expressão oral ou escrita serão abordadas e constrói módulos com atividades e estratégias diversas para trabalhar com cada problema. Neste momento, se faz necessário, também, ser apresentada ao aluno a linguagem a ser utilizada na produção de texto, desta forma facilita uma certa reflexão diante do gênero a ser produzido.

Na produção final, de caráter avaliativo, além de conseguirem por em prática os instrumentos e as noções apresentadas ao longo dos módulos, esta etapa tem por objetivo mostrar a evolução dos alunos que, além do professor, por uma autoavaliação, conseguirão perceber suas falhas iniciais e seu desenvolvimento no aprendizado durante a sequência didática.

Infelizmente, percebemos que ainda há uma resistência, por parte dos professores, em fazer intervenções com novos elementos que busquem uma construção passo a passo na tentativa de reorganizar as capacidades de linguagem dominantes nos alunos. Contudo, a proposta da Escola de Genebra procura buscar estes elementos para que haja transformações no ensino da linguagem: a seleção desses elementos, o agrupamento dos gêneros e a preparação das sequências didáticas requerem uma formação de professor de língua materna que tenha uma visão pedagógica, didática, psicológica e linguístico-discursiva bastante consolidada para desenvolver no aluno uma maior capacidade e autonomia na compreensão e na produção textual.

No capítulo seguinte, veremos os procedimentos metodológicos que utilizamos na presente pesquisa, além disso, discorreremos sobre o histórico da Olimpíada de Língua

Portuguesa e sobre o gênero artigo de opinião. Explanaremos, também, sobre a sequência didática seguida pelos professores durante as etapas do concurso.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 O contexto de produção do gênero artigo de opinião na Olimpíada de Língua Portuguesa

A seguir apresentaremos uma explanação sobre o projeto Olimpíada de Língua Portuguesa; sobre o tema proposto no concurso, “O lugar onde vivo”, e sobre a perspectiva teórica em que se pautam os professores em suas sequências didáticas para a produção dos textos em sala de aula.

##### 3.1.1 O que é a Olimpíada de Língua Portuguesa?

A Olimpíada de LP *Escrevendo o Futuro* é um concurso de textos produzidos por alunos brasileiros da rede pública e que promove atividades de formação continuada aos professores em torno de um referencial teórico-metodológico. Tem como objetivos principais: melhorar o desempenho dos alunos e inserir as oficinas propostas pela Olimpíada nas ações curriculares cotidianas das aulas de Língua Portuguesa ao propor uma metodologia de trabalho de ensino de LP com foco na escrita.

O programa tem caráter bienal e promove um concurso de produção de texto que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas municipais e estaduais. Os participantes são professores e alunos, estes do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), que participam da produção dos gêneros nas categorias: Poema, no 5º e 6º anos EF; Memórias, no 7º e 8º anos EF; Crônica, no 9º ano EF e 1º ano do EM; Artigo de opinião, no 2º e 3º anos do EM. Nos anos ímpares, o programa promove formações de professores, presencial e a distância, além da realização de estudos e pesquisas, elaboração e produção de recursos e materiais educativos.

A Olimpíada de Língua Portuguesa, se constitui como um programa de formação continuada de professores fundamentado na experiência da Fundação Itaú Social e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que

desenvolveram o Programa Escrevendo o Futuro. Este programa foi criado em 2002 com o intuito de contribuir para a melhoria da escrita dos estudantes de escolas públicas brasileiras.

No ano inicial, 2002, o programa era voltado para estudantes de 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental, tendo como tema “O lugar onde vivo”, cujos os gêneros trabalhados produzidos pelos alunos eram: Reportagem, Texto de Opinião e Poema.

O programa continuou sendo realizado em duas vertentes: o concurso, nos anos pares, e as ações de formação presenciais e a distância, nos anos ímpares. No ano de 2004, o gênero Reportagem foi substituído por Memórias Literárias.

A partir do ano de 2008, o programa recebeu o apoio do Ministério da Educação e ampliou a quantidade de séries, além do 5<sup>o</sup> e do 6<sup>o</sup> anos, foram incluídos os 8<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos do Ensino Fundamental e os 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> anos do Ensino Médio e também passou a ser considerado como uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação.

No ano de 2010, a Olimpíada enviou para as escolas que tinham um ou mais anos escolares entre o 5<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental e 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> anos do Ensino Médio um material que propunha uma metodologia de ensino de língua voltada para os gêneros textuais.

No ano de 2012, em sua 3<sup>a</sup> edição, a Olimpíada conseguiu a participação de todos os Estados brasileiros mais de 91% dos municípios e de mais de 100 mil professores. No mesmo ano, foi lançado o Caderno Virtual *Pontos de Vista* com a sequência didática do gênero Artigo de Opinião adaptada para o meio digital: áudios, vídeos e jogos.

A Olimpíada, em 2013, ofereceu mais turmas de cursos online e possibilitou encontros de formação presencial de professores promovidos pelas Secretarias de Educação municipais e estaduais. Também organizou o “Seminário Nacional Olimpíada em Rede”, neste encontro reuniu professores e especialistas envolvidos em políticas públicas voltadas para o ensino de Língua, e que atuam nas ações de formação presencial e a distância. Neste ano, ainda foi possível a criação de um novo curso, o *Caminhos da Escrita*, desenvolvido para professores de língua portuguesa em exercício na rede pública e que lecionem no Ensino Fundamental e Médio. Além disso, outra novidade foram os cadernos do professor -“Pontos de Vista” (artigo de opinião), “Poetas da Escola” (poema), “A ocasião faz o escritor” (crônica) e “Se bem me lembro...” (memórias literárias)- serem publicados em versões virtuais, no ano de 2013, colaborando ainda mais durante o desenvolvimento da sequência didática realizada pelo professor em sala de aula durante a produção dos textos.

No ano de 2014, o programa lança os *Cadernos Virtuais*, a grande diferença desta edição é que os cadernos não foram apenas digitalizados para poderem ser abertos e lidos na tela do computador, mas inteiramente reformulados, utilizando os recursos do mundo e da linguagem digital, o que inclui jogos e muita interatividade, com linguagem hipertextual e diversos recursos multimídia (áudios, textos para projeção, vídeos e jogos) proporcionando o acesso ainda maior a uma formação mais dinâmica e colaborativa para os professores de todo o país.

Veremos, a seguir, sobre o tema proposto pelo concurso.

### **3.1.2 Tema “O lugar onde vivo”**

O tema “O lugar onde vivo” busca despertar, tanto no educador quanto no educando, um olhar crítico sobre suas cidades. Ambos os sujeitos do processo de construção do texto avaliam as potencialidades e as carências locais, desta forma, o educando compartilha de seu impacto emocional da realidade em que vive para o leitor.

“O lugar onde vivo”, tema da OLP, conjuga a subjetividade de quem escreve à experiência da coletividade. Este tema não deve ser tomado ao pé da letra, mas pode ser visto como um mote — o assunto de onde os alunos partem, o “lugar” a respeito do qual falam ou o “motivo” do texto. É fundamental que os alunos possam escolher uma perspectiva pessoal para focalizar, no texto, um ponto de vista único e próprio que retrate a sua experiência de vida no lugar.

Os alunos precisam ser orientados sobre como conjugarem as experiências mais próximas à história e ao imaginário locais, numa perspectiva que interesse ao público de forma mais ampla possível.

A proposta do tema das Olimpíadas de Língua Portuguesa encontra-se de acordo com o que é sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, visto que nestes tanto as práticas de ensino quanto as práticas de aprendizagem da Língua Portuguesa devam ser vistas como um processo ativo e guiadas por um propósito comunicativo, ou seja, o tema propõe algo que é de fato vivenciado pelo educando, destarte, propicia a experiência ao



educando de partilhar uma realidade social, na qual ele está inserido, contribuindo para uma maior participação social no exercício da cidadania.

Essa ideia parte da concepção de texto como um construto social organizado dentro de um gênero determinado pela atividade social. Resumidamente, pode-se dizer que a vertente sociointeracionista é voltada para questões de ensino e aprendizagem, tal como é postulado por Vygotsky (1985), contribuindo para o entendimento de que a interação entre professor e aluno em sala de aula é imprescindível para o desenvolvimento da aprendizagem.

Além disto, a proposta da Olimpíada de Língua Portuguesa se desenvolve a partir de um pressuposto básico do ensino de língua materna em que o texto se desenvolve a partir da interação social, o que é visto a partir do tema escolhido pelo concurso “O lugar onde vivo”. A perspectiva de gêneros textuais desenvolvida pelo concurso se dá dentro de um prisma em que os diferentes gêneros produzidos, Poema, Crônica, Memórias Literárias e Artigo de Opinião, proporcionam o desenvolvimento de diversas atividades comunicativas, pois perpassam por gêneros de caráter literário e não-literário, fazendo os educandos perceberem a funcionalidade de cada um deles dentro de seus contextos sociais:

Gêneros são tão-somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que as pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar com vistas a seus propósitos práticos (BAZERMAN, 2005, p. 31).

Observamos que o desenvolvimento da aprendizagem, conforme a perspectiva do gênero como uma ação social, é de suma importância para “o que dizer” e o “como dizer” do educando. Portanto, observamos que o tema da OLP contribui, principalmente, para o desenvolvimento da proposta didática que é sugerida pelo concurso, e encontra-se de acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais, documentos que atualmente colaboram para um desenvolvimento de um ensino da Língua Portuguesa desvinculado do ensino de classificações gramaticais, prática comum no ensino tradicional da língua e ainda presente em algumas salas de aula. Além de estar em conformidade com perspectivas didáticas que corroboram para um ensino produtivo entre os sujeitos da aprendizagem.

A seguir veremos como se desenvolve a sequência didática proposta pela OLP.

### ***3.1.3 Sequência didática proposta pela Olimpíada de Língua Portuguesa***

O percurso didático adotado pelo concurso Olimpíada de Língua Portuguesa é desenvolvido através de oficinas que auxiliam como o professor deve agir em seu fazer pedagógico. As Oficinas foram criadas para oferecer material de apoio às reuniões pedagógicas na escola, na forma de sequências de atividades pedagógicas voltadas para a formação continuada do professor. Elas são roteiros de estudo e reflexão sobre o ensino da leitura e da escrita, para serem realizados presencialmente com grupos de professores.

O objetivo principal dessas oficinas é criar instrumentos para que coordenadores pedagógicos, diretores e professores possam organizar e coordenar grupos de estudo e reflexão, desenvolvendo sequências didáticas que disseminem uma prática sócio-interacionista do ensino da leitura e da escrita e que assim promovam uma reflexão teórica integrada à prática de sala de aula. Além disso, incentiva a produção de relatos de prática, análise de produções de alunos, elaboração de atividades e de sequências didáticas que possam ser publicadas na Comunidade Virtual.

A organização se desenvolve através de seis módulos, cada módulo entre 8 e 10 horas, divididos em oficinas com uma ou duas horas de duração.

Os módulos são compostos de seis atividades que têm objetivos gerais e propósitos semelhantes, variando somente quanto aos objetivos específicos e aos conteúdos. Vejamos os módulos no quadro a seguir:

Quadro 1– Sugestão de módulos para o gênero artigo de opinião.

Oficinas	Objetivos	Atividades
1. Lembranças dos tempos de aluno...	Possibilitar que o participante reflita sobre suas próprias experiências enquanto leitor e escritor. Possibilitar que o leitor identifique os próprios processos de aprendizagem da leitura e da escrita, criando uma identificação com a criança que aprende.	Atividade de sensibilização que resgata as experiências pessoais dos participantes, enquanto leitores e escritores.
2. Com a palavra	A partir da leitura de um texto que revele experiências, impressões e valores sobre a leitura e a escrita, refletir sobre os aspectos afetivos e volitivos da aprendizagem da leitura e da escrita e sobre diferentes formas de apropriação destes conteúdos relacionando-os com a prática da sala de aula.	Leitura de poemas, crônicas, contos, memórias, entrevistas de escritores, poetas, artistas, intelectuais e pessoas comuns, que revelem experiências, impressões, valores sobre a leitura e a escrita.
3. Reflexão teórica	Subsidiar teoricamente a reflexão sobre os conceitos abordados na oficina.	Leitura e discussão dirigidas de um texto teórico sobre os conceitos a serem trabalhados, articulando-os com a prática de sala de aula.
4. Análise de prática ou atividades	Analisar atividades propostas nos fascículos <i>do Kit Itaú de Criação de Textos</i> , ou no fascículo <i>Voz do Professor</i> , identificando os conceitos trabalhados nas oficinas anteriores.	Análise de oficinas dos fascículos: <i>Pontos de Vista, Poetas da Escola, Se Bem me Lembro</i> , ou das publicações <i>Voz do Professor</i> .
5. Análise de produções de alunos	Analisar produções de alunos, identificando o trabalho desenvolvido pelo professor à luz dos conceitos discutidos nas oficinas anteriores.	Análise de produções de alunos publicadas na <i>Comunidade Virtual</i> , no <i>Voz do Aluno</i> ou em "estudos de caso" de sala de aula.
6. Produção de conhecimento	Sintetizar os conceitos trabalhados, articulando-os com a realidade da escola que estão inseridos e com o dia-a-dia da sala de aula. Produzir textos para serem publicados na comunidade.	Produzir em grupo relatos de prática da sala de aula e das próprias oficinas pedagógicas, análise de textos de crianças, sugestão de atividades ou sequência didáticas.

Fonte: <https://www.escrevendoofuturo.org.br> (2014).

Os significados maiores de a escola e o professor se integrarem à proposta didática da OLP são: adotar uma forma de ensino de língua portuguesa com foco na escrita; tomar a escrita como princípio organizador do trabalho pedagógico; articular a proposta da OLP com os objetivos do trabalho já previsto com os eixos de ensino; trabalhar com leitura, oralidade e conhecimentos linguísticos com vistas a dar suporte à produção escrita.

Os professores devem analisar antecipadamente as oficinas, considerando as características da turma e os conteúdos de Língua Portuguesa que planejaram desenvolver para adequar as oficinas, propondo atividades complementares que articulem a produção do texto ao ensino de leitura, à prática da oralidade e à construção correlata dos conhecimentos linguísticos.

Destarte, observamos que o percurso didático adotado nas oficinas da Olimpíada de Língua Portuguesa tem por base a perspectiva sócio-interacionista que dispõe de estratégias que buscam promover o desenvolvimento da aprendizagem de Língua Portuguesa de forma que levem os professores não a realizarem uma única sequência, mas que se aprimorem progressivamente de uma proposta didática que é construída a partir de seu próprio ambiente escolar.

Portanto, as sequências devem funcionar como exemplos que estão à disposição do professor e não como receitas para serem seguidas. Devem se tornar, durante a formação inicial e continuada um estímulo para que o professor elabore, por conta própria, outras sequências.

Veremos adiante sobre o gênero artigo de opinião, o qual compõe o *corpus* de nossa pesquisa, a importância de sua produção no concurso da OLP.

### ***3.1.4 O gênero artigo de opinião na Olimpíada de Língua Portuguesa***

O gênero textual Artigo de Opinião pode ser considerado de importância primordial para o desenvolvimento e o aprimoramento da argumentatividade do aluno, principalmente, o do Ensino Médio, proporcionando-lhes, assim, melhores condições de leitura e escrita no nível escolar em que se encontram. Logo, por tal relevância, o gênero se faz presente na OLP.

O artigo de opinião é um gênero discursivo no qual se busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e de refutação de possíveis opiniões divergentes (BRÄKLING, 2000). Para a autora, é um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações, realizada por meio da apresentação de dados consistentes.

Conforme a proposta de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), cada ensino de gênero precisa de um ensino adaptado, pois os gêneros possuem características distintas, por isso devem ser agrupados em função de determinadas regularidades linguísticas. Os gêneros, segundo os autores citados, se dividem em cinco agrupamentos: os gêneros da ordem do narrar, os gêneros da ordem do relatar, os gêneros da ordem do argumentar, os gêneros da ordem do expor e os gêneros da ordem do descrever ações.

O gênero em questão pertence à ordem do argumentar, pois compete ao autor uma posição/sustentação diante de um assunto polêmico. Além disto, busca muitas vezes outras vozes para dar concretude ao seu ponto de vista, apoiando-se ainda em fatos que corroboram para seus argumentos. O discurso argumentativo presente no artigo de opinião tem como finalidade a persuasão ou o convencimento do interlocutor, com intenções de que ele compartilhe uma opinião ou realize uma determinada ação.

Na OLP, a prática pedagógica utilizada na produção textual do artigo de opinião permite desenvolver nos alunos: a capacidade de explorar os tipos de argumentos que foram construídos a partir de seus contextos sociais, econômicos, históricos e culturais e a capacidade de analisar problemas, assumir posições, refutar contra-argumentos e sustentar uma argumentação, e não meramente expor um problema (BRÄKLING, 2000, p. 226-227). As características do contexto de produção determinam a configuração do artigo de opinião.

Para apresentar a questão e os argumentos, o autor utiliza predominantemente o presente do indicativo, mas também pode fazer uso do pretérito em explicações ou apresentação de dados e evidências. É muito comum também o emprego de argumentos de autoridade, que consiste na citação de autores renomados ou de autoridades no assunto para comprovar uma ideia, uma tese ou um ponto de vista. Por isso, é importante o professor orientar o aluno a distinguir as diferentes vozes que aparecem no texto escrito com as de outros textos, manejar citações, alusões, comentários, paródias, referências e os diferentes tipos de discurso: direto, indireto e livre.

Normalmente, o artigo de opinião situa-se, nos jornais ou revistas, em seção destinada à emissão de opiniões, e sua publicação tem certa periodicidade (semanal, mensal, quinzenal). O espaço físico que ele ocupa é limitado, normalmente de meia a uma página, dependendo do veículo de publicação.

Quanto à linguagem, o autor pode optar por uma linguagem mais acessível ao leitor comum ou mesmo mais rebuscada. A escolha por um dos níveis depende do público a que se destina o texto. O uso dos operadores argumentativos e dos dêiticos, elementos que orientam a construção de sentido do discurso, é essencial para que se mantenha a coerência temática e a coesão do gênero.

Toda essa sistematização de conteúdos gramaticais e linguísticos adotada na didática proposta pela OLP aprimora a progressão da versão final da produção textual do gênero artigo de opinião.

### ***3.1.5 Artigo de opinião***

Normalmente, o artigo de opinião situa-se na seção destinada à emissão de opiniões, e sua publicação tem certa periodicidade (semanal, mensal, quinzenal). O espaço físico que ele ocupa é limitado, normalmente de meia a uma página, dependendo do veículo de publicação.

O artigo de opinião, gênero a ser analisado nesta pesquisa, possui elementos que constituem sua estrutura, porém, os elementos que iremos dispor aqui não são necessariamente obrigatórios aparecerem na estrutura de um artigo de opinião, ou mesmo, precisam seguir a ordem em que serão dispostos a seguir.

Para Perfeito (2006), neste gênero dispõem-se os seguintes elementos:

1. Contextualização e/ou apresentação da questão que está sendo discutida.
2. Explicitação do posicionamento assumido.
3. Utilização de argumentos para sustentar a posição assumida.

4. Consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida.
5. Utilização de argumentos que refutam a posição contrária.
6. Retomada da posição assumida.
7. Possibilidades de negociação.
8. Conclusão (ênfase ou retomada da tese ou posicionamento defendido).

Assim, o artigo de opinião pode ser disposto na seguinte ordem: situação-problema, discussão e solução-avaliação. Vejamos:

- a) Situação-problema: coloca a questão que irá ser abordada pelo autor do texto; nela fica evidente a posição que irá ser tomada pelo autor ao longo da argumentação que será desenvolvida, e é a parte na qual é desenvolvido o tema proposto.
- b) Discussão: Expõe os argumentos sobre a questão debatida. Costuma-se utilizar sequências de ordem narrativa, descritiva e expositiva, pois o autor elabora argumentos baseados muitas vezes em casos reais, com dados e exemplos.
- c) Solução-avaliação: É respondida a questão discutida ao longo do texto. Neste momento há uma reafirmação da solução já apresentada ou mesmo uma avaliação sobre o assunto.

A estrutura disposta, conforme dito anteriormente, não é algo fixo, os elementos e a ordem deles, que expomos acima, podem vir a constituir a estrutura do gênero ou não. Contudo, auxilia para uma produção mais fácil durante o processo de ensino-aprendizagem do artigo de opinião.

A seguir, exporemos sobre a natureza e o objeto de nossa pesquisa.

### **3.2 Natureza e objeto da pesquisa**

A pesquisa segue o método qualitativo, visto que é uma pesquisa de caráter linguístico-discursiva. Constitui-se em um estudo de natureza interpretativa em conformidade com a proposta de uma análise semântica. Desta forma, tem como características as seguintes:

1. voltar-se para um ambiente natural como fonte direta dos dados, no caso, os artigos de opinião produzidos por alunos finalistas da OLP 2014; 2. ser descritiva, especificamente, porque se propõe a uma análise do discurso argumentativo 3. conforme Gil (2008), adotar como metodologia de abordagem o método dedutivo, pois parte de uma teoria científica, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), especificamente, sua terceira fase, a Teoria dos Blocos Semânticos, para entender um fenômeno de ordem particular: a construção do discurso argumentativo no gênero artigo de opinião produzido por alunos finalistas da OLP 2014.

Tem como objeto de pesquisa o discurso argumentativo nos artigos de opinião dos alunos finalistas da OLP 2014, a ser analisado a partir das marcas argumentativas, dos léxicos e enunciados doxais e dos aspectos socioculturais presentes nos textos que abordam a temática “O lugar onde vivo”.

A análise se processa a partir de categorias de análise de texto, do enunciado e do léxico, elencadas da TBS. Buscamos analisar as marcas do discurso argumentativo nos textos produzidos e examinar a partir dos enunciados e dos léxicos linguisticamente doxais como são apresentados os aspectos normativo e transgressivo dos blocos semânticos nos artigos de opinião produzidos por alunos finalistas da OLP, ano 2014, à luz da Teoria dos Blocos Semânticos, de Oswald Ducrot e, a partir disso, compreender como se dá a construção do discurso argumentativo nesses textos, além de, examinarmos os aspectos socioculturais presentes nesses textos.

### **3.3 *Corpus* de análise (descrição)**

O *corpus* foi coletado da internet, no sítio da Olimpíada de Língua Portuguesa <<https://www.escrevendoofuturo.org.br>>, portanto de domínio público. Os artigos de opinião foram digitados e separados por regiões –Norte (N), Nordeste (NE), Centro- Oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S)– contudo, isto não interferiu nos procedimentos de análise.

Vale ressaltar que o sítio disponibiliza trinta e oito artigos de opinião, quatro da região Norte, onze da região Nordeste, cinco da região Centro – Oeste, onze da região Sudeste e sete da região Sul, que foram premiados na edição de 2014.

A Olimpíada de Língua Portuguesa tem caráter bienal e, em anos pares, como mencionado, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas, municipais e estaduais, de todo o País.



Em nossa pesquisa, utilizamos a edição 2014 da Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, para analisar os textos produzidos pelos alunos finalistas da OLP, mais especificamente exemplares do artigo de opinião produzido por estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Médio.

A Olimpíada adota como tema “O lugar onde vivo”, a partir do qual é possível que os estudantes resgatem histórias e vivências sobre a comunidade onde vivem.

Devemos destacar que dentre as quatro categorias que participam da Olimpíada: Poema (5º e 6º anos do Ensino Fundamental); Memórias literárias (7º e 8º anos do Ensino Fundamental); Crônica (1º ano do Ensino Médio); e Artigo de opinião (2º e 3º anos do Ensino Médio), optamos pelo artigo de opinião por se tratar de um gênero essencialmente argumentativo.

Para a análise propriamente dita, analisamos os trinta e oito artigos de opinião que se encontram disponíveis no sítio da Olimpíada. Utilizamos, para identificar os textos durante análise de dados, a seguinte codificação: N (Região Norte); NE (Região Nordeste); CO (Região Centro Oeste); SE (Região Sudeste); e S (Região Sul) seguida de numeração, por exemplo, (N01). A sequência numérica se deu a partir da ordem em que os artigos de opinião finalistas foram publicados no livro da OLP que contém os textos de todos os estudantes finalistas de 2014.

### **3.4 Procedimentos de análise dos dados**

Como pressuposto teórico utilizamos para a análise do *corpus* a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), que concebe a argumentação como parte constituinte da língua e marcada nas escolhas linguísticas do falante.

A análise dos trinta e oito artigos de opinião seguiu procedimentos quantitativos e qualitativos.

As categorias propostas para análise discursiva, nos artigos de opinião, fundamentadas na TBS, foram: 1. as marcas do discurso argumentativo; 2. de acordo com a perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) de Ducrot, os aspectos normativos e transgressivos do bloco semântico, nos léxicos e nos enunciados linguisticamente doxais e; 3. os aspectos socioculturais presentes nos textos. As categorias de análise são explicitadas nas subseções a seguir.

### 3.4.1 As marcas do discurso argumentativo

As marcas do discurso argumentativo presentes nos artigos de opinião se evidenciaram a partir dos léxicos ou enunciados linguisticamente doxais que dão ênfase à argumentação desenvolvida. Vejamos um exemplo no texto (NE01):

Particularmente, acredito que a Praça Portugal não seja só um **monumento histórico**. Sua definição vai além desse conceito, compreende um conjunto de formas, espaços e lembranças que se construíram ao longo dos anos.

A partir dos itens léxicais ou enunciados linguisticamente doxais que enfatizam a argumentação que seguimos para segunda categoria de análise: os aspectos normativos e transgressivos destes léxicos e enunciados doxais.

### 3.4.2 Os aspectos normativos e transgressivos

Tomemos como exemplo o seguinte enunciado A, ainda do texto (NE01):

A área central abriga um monumento denominado *Esfera armilar*, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos, componente **importante** da história de Fortaleza.

O vocábulo que iremos destacar é “importante”, isso porque a tônica deste, remonta aos aspectos contidos da argumentação “monumento histórico”.

Observamos a argumentação externa (AE) de **monumento histórico** que contém os seguintes aspectos:

Normativo: Monumento histórico LG importante.

Transgressivo: Monumento histórico NE NEG importante.

E em sua argumentação interna (AI) contém o aspecto:

Normativo: Importante LG preservado/conservado.

Tendo em vista o bloco semântico “monumento histórico- importante”, o enunciado A traz os seguintes enunciadores:

(E1): A Praça Portugal é mais que um monumento histórico, logo deve ser preservado.

(E2): A Praça Portugal é um monumento histórico, no entanto não deve ser preservado.

(E3): Mesmo a metrópole precisando de obras de intervenção urbana, é necessário que respeitem o patrimônio histórico da cidade.

Observou-se na análise deste enunciado linguisticamente doxal, a partir do bloco semântico “monumento histórico- importante”, que os enunciadores (E1) e (E3) escolhem os aspectos normativos da AE e da AI, respectivamente: “Monumento histórico, logo importante” e “Importante, logo preservado/ conservado”; já o (E2) segue o aspecto transgressivo da AE “Monumento histórico, no entanto não preservado”.

Vê-se, claramente, que a defesa do ponto de vista do locutor é uma asserção dos pontos de vista dos enunciadores (E1) e (E3). Portanto, constitui-se como aspecto normativo, pois em sua argumentação, é explícita a defesa da preservação deste monumento histórico, a Praça Portugal.

### 3.4.3 Os aspectos socioculturais

Como exemplo de aspectos socioculturais, vejamos os enunciados do texto (NE01):

A Praça Portugal representa o marco do desenvolvimento urbano de **minha cidade**.

Ao destruir **nosso** patrimônio popular, **estamos** não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania e **senso de pertencimento aos locais e aos grupos comunitários**.

É percebida uma identidade cultural marcada no fragmento “desenvolvimento urbano de minha cidade” e um papel social de cidadão que situa ao se colocar como parte de uma coletividade, que é evidente nos fragmentos: “Ao destruir nosso patrimônio popular” e em “estamos não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania e senso de pertencimento aos locais”.

Tais categorias orientaram a análise dos artigos de opinião da OLP 2014, conforme demonstrado no capítulo seguinte. Fizemos a análise de nosso *corpus*, que é composto de trinta e oito artigos de opinião, como já explicitado.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA 2014

A análise se organiza com base nas seguintes categorias: 1. Marcas do discurso argumentativo; 2. Léxicos linguisticamente doxais e seus aspectos normativos e transgressivos e; 3. Aspectos socioculturais nos textos a partir dos papéis sociais e identidades culturais nos artigos de opinião.

Nesta seção, os artigos de opinião foram analisados a partir da TBS.

Segundo Cabral (2010), a TBS não dá conta de todos os detalhes de um texto, até porque seria um trabalho desmedido levantar os blocos semânticos de todas as palavras contidas nele. Desta forma, quando utilizamos a TBS para analisar um texto, priorizamos algum aspecto. Em nossa análise, conforme já expresso na metodologia, priorizamos os enunciados e os itens lexicais linguisticamente doxais e verificamos seus aspectos normativos e transgressivos. Em seguida, analisaremos os aspectos socioculturais nos textos a partir dos papéis sociais e identidades culturais nos artigos de opinião.

Analisamos os artigos de opinião da OLP, produzidos em 2014, produzidos por alunos finalistas do concurso. Os participantes são alunos da rede pública de ensino das cinco regiões do País.

De modo geral, vimos que os 38 artigos se dividiam entre todas as regiões do país, como nos mostra a (TABELA 1).

Tabela 1– Quantitativo de artigos de opinião analisados e as regiões onde foram produzidos

<b>Região</b>	<b>Artigo de opinião</b>	<b>Total</b>
<b>Norte</b>	(N01); (N02); (N03); (N04)	4
<b>Nordeste</b>	(NE01); (NE02); (NE03); (NE04); (NE05); (NE06); (NE07); (NE08); (N09); (N10); (NE11); (NE12).	12
<b>Centro– Oeste</b>	(CO01); (CO02); (CO03); (CO04); (CO05).	5
<b>Sudeste</b>	(SE01); (SE02); (SE03); (SE04); (SE05); (SE06); (SE07); (SE08); (SE09); (SE10); (SE11).	11
<b>Sul</b>	(S01); (S02); (S03); (S04); (S05); (S06).	6
<b>Total</b>		38

Fonte: Desenvolvida pelo autor (2015).

Percebemos também que algumas temáticas abordadas nos artigos de opinião pelos alunos finalistas do concurso da OLP, ano 2014, costumam ser recorrentes, tais como: conservação do patrimônio histórico cultural, preservação do meio ambiente, progresso regional e outras temáticas, estas últimas abordam diversos assuntos de ordem econômica, política, social, entre outras.

A seguir analisaremos os itens lexicais mais preponderantes nos artigos de opinião.

#### 4.1 Marcas do discurso argumentativo

Concordamos com Cabral (2010) que a TBS serve para definir as palavras do léxico e que para seus fundadores, Carel e Ducrot, descrever semanticamente uma palavra é indicar os aspectos que constituem, de maneira estrutural, sua argumentação interna e externa, fazendo aparecer os encadeamentos argumentativos que a língua lhes associa, ou ainda, o seu potencial argumentativo.

A partir disso, iniciamos nossa análise em trechos dos artigos de opinião para identificarmos as marcas do discurso argumentativo da OLP 2014.

Iniciamos com o artigo de opinião da região Nordeste (NE01), intitulado, *Praça Portugal: um ícone histórico em ameaça* (p.83), o qual se insere na temática “**conservação do patrimônio histórico cultural**”, que questiona a possível destruição da Praça Portugal, localizada na cidade de Fortaleza. A possível destruição da praça se dá pela justificativa da melhoria da mobilidade urbana, pois onde se localiza a praça é considerado um dos trechos de maior congestionamento no trânsito da capital cearense. Contudo, não há um consenso entre alguns setores da sociedade e o poder público municipal para que a obra de mobilidade urbana planejada pela prefeitura seja efetivada. Assim, este artigo de opinião vem discutir sobre a importância de preservação desse ícone cultural da cidade cearense. O candidato faz a seguinte asserção sobre a importância da Praça Portugal:

*Construída em 1947, é formada pelo conjunto de cinco partes: uma área central e quatro ilhas laterais. A área central abriga um monumento denominado Esfera armilar, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos, é componente importante da história de Fortaleza.*

Observamos que as marcas do discurso argumentativo no texto (NE 01) se evidenciam a partir dos itens lexicais destacados nos seguintes trechos:

*A área central abriga um monumento denominado Esfera armilar, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos, é componente **importante** da história de Fortaleza.*

*Particularmente, acredito que a Praça Portugal não seja só um **monumento histórico**.*

*Tenho a convicção de que a Praça Portugal deve ser **preservada**.*

Observamos que as marcas do discurso presentes no artigo de opinião (NE01) é “monumento histórico” e “preservação”, estas marcas são os itens lexicais que mais se evidenciam ao longo do discurso argumentativo construído pelo candidato em seu texto. Percebemos que estas marcas colaboram para construção do bloco semântico verificado neste texto, que é o “monumento histórico – importante”.

No artigo intitulado *Rodoanel: antagonista de um enredo contraditório* (SE01) (p.85), o qual se insere no eixo temático “**preservação do meio ambiente**”, é relatada a situação de uma cidade da região metropolitana de São Paulo, Suzano, que discute sobre a construção de um rodoanel, ao qual não beneficiará toda a sociedade local, mas apenas uma parte dela.

O locutor argumenta sobre os “benefícios” que trará o rodoanel, tanto para uma parcela da população, como para questão ambiental do local.

No enunciado A do texto (SE01), observamos os seguintes trechos:

A execução desse projeto viário gera intermináveis questionamentos: o Rodoanel trará **benefícios** à maioria da população? É a melhor solução para o problema da mobilidade urbana?

A sociedade civil não acredita nos **benefícios** do Rodoanel.

Acredito que a vida é o que há de mais importante no mundo: a fauna, a flora e os seres humanos devem ser aplaudidos e respeitados, por isso eu sou contra a forma com que o Rodoanel é executado e também refuto seus **possíveis benefícios**.

O léxico “**benefícios**” evidencia as marcas argumentativas ao longo do texto, conforme destacado nos enunciados acima. A partir disso, formulamos o bloco semântico “benefício – favorável”.

No artigo de opinião da região Centro- Oeste (**CO01**), intitulado *Nem tão doce quanto parece* (p. 97), que se insere na temática “**progresso regional**”, discute a situação dos trabalhadores braçais da cidade de Goianésia, situada no Vale do São Patrício, que trabalham nas lavouras de cana-de-açúcar e que estão sendo substituídos pela mecanização do setor açucareiro, promovida pelos empresários que estão investindo cada vez mais em máquinas. Com isso, diversos tipos de polêmica têm surgido e vários benefícios e malefícios surgem com essa substituição do homem pela mecanização.

As marcas do discurso argumentativo encontradas ao longo do texto se refletem no item lexical **mecanização** e nas consequências que esta traz para a vida dos trabalhadores da atividade açucareira. Vejamos o enunciado A:

(...) visando aumentar a produção, os empresários do setor sucroalcooleiro investem cada vez mais na **mecanização**. Essa é a causa de grandes transtornos para os goianesienses. O assunto é alvo de tensas polêmicas, pois os prós e os contras são muito polarizados.

Observamos, agora, os aspectos contidos no item lexical **mecanização**, visto como o ato de mecanizar, sendo assim utilizaremos na análise o verbo **mecanizar**, a partir do qual elaboramos o bloco– semântico “mecanizar–produtivo”.

No artigo de opinião (**S01**), *Gêmeos: milagre, manipulação ou genética?*(p. 87), que se insere no eixo “**outras temáticas**”, pois trata de uma questão polêmica sobre a grande quantidade de nascimentos de gêmeos na cidade de Cândido Godói, situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A grande questão da polêmica gira em torno de como esse fenômeno teria ocorrido no município, o que gera algumas suposições sobre o assunto. Alguns acreditam ter sido ocasionado por um milagre, outros através de uma experiência científica ocorrida na década de 60 conduzida pelo médico alemão Josef Mengele Hitler e outros acreditam na ciência em um estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que confirmou a presença de um gene com fator preponderante nas mães de gêmeos do município trazido pelos primeiros imigrantes alemães à região e também pelos fatores ambientais que seriam favoráveis a gestações saudáveis, por exemplo, a boa qualidade da água da região.

Evidenciamos no texto (S01) que as marcas do discurso argumentativo apresentadas pelo locutor são evidenciadas a partir dos enunciados a seguir, nos quais se percebe que a argumentação se constrói a partir do item lexical “**estudo**”:

(...) depois de muitos comentários e opiniões, foi divulgado **um estudo** feito no município.

A pesquisa estudou 42 mães de gêmeos e 101 mães que tiveram gestação com um único filho. Creio que esse **estudo** avançado foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião.

O discurso argumentativo no texto (S01) se constrói a partir da dúvida gerada por esse fenômeno de muitos gêmeos na região, se seria causado por milagre, motivação ou genética? É percebido que o locutor do texto encaminha seus interlocutores para o ponto de vista que assume ao confirmar sua crença na genética e nos estudos que comprovam o fenômeno, que se afirma nos fragmentos “*Creio que esse estudo avançado foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião*”.

A partir disso, encaminhamos a análise para elaboração do bloco semântico “estudo – compreensível”.

As marcas do discurso argumentativo presentes nesses artigos de opinião se evidenciam a partir de um item lexical linguisticamente doxal que dá ênfase à argumentação desenvolvida no texto.

Comprovamos que os itens lexicais mais enfáticos verificados nos artigos de opinião são os que identificamos como marcas argumentativas presentes nos discursos dos locutores, em seus textos, e que a partir dessas marcas podemos elaborar os blocos semânticos que serão analisados em seus aspectos normativos e transgressivos, de acordo com os pressupostos ducrotianos aos quais nos propomos em nossa pesquisa, conforme mostramos na subseção seguinte.

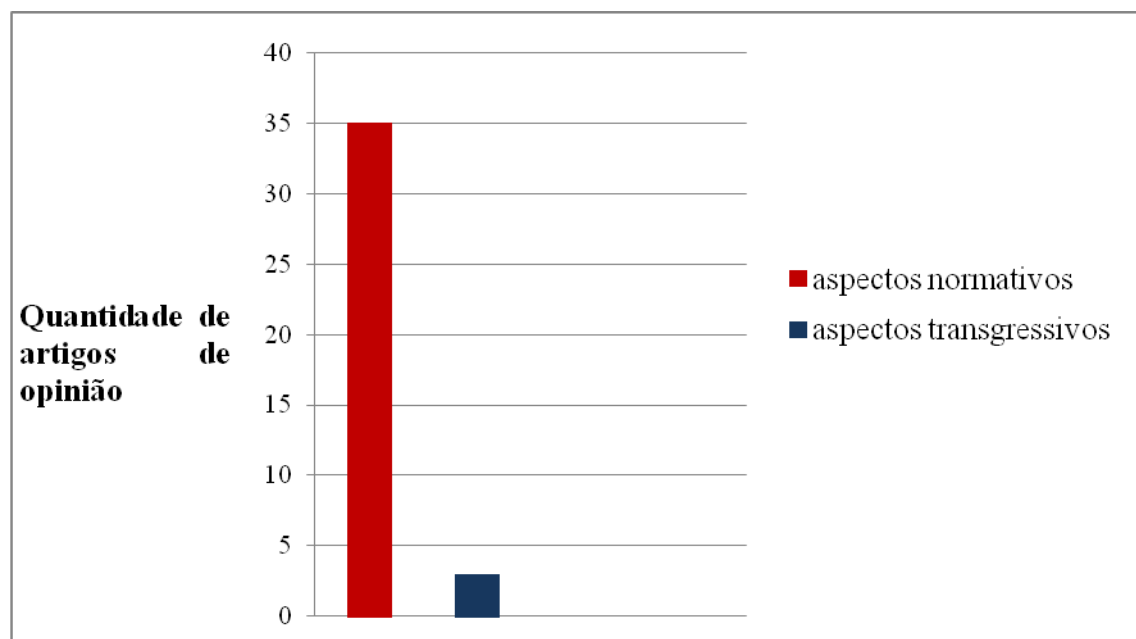


## 4.2 Léxicos linguisticamente doxais e seus aspectos normativos e transgressivos

De acordo com a abordagem da TBS, a argumentação é definida como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector. A partir disto, Carel (1995) propôs que a argumentação pode ser normativa ou transgressiva.

Analisamos os enunciados e os itens lexicais linguisticamente doxais nos artigos de opinião e verificamos os aspectos normativos e transgressivos presentes. No gráfico a seguir, temos um demonstrativo da quantidade de textos em que os enunciados e os itens lexicais linguisticamente doxais se mostram com aspecto normativo ou transgressivo. Conforme, podemos ver no gráfico 01:

Gráfico 1- Aspectos normativos e transgressivos



Fonte: Desenvolvido pelo autor (2015).

Verificamos que a maior parte dos artigos de opinião analisados, o total de trinta e oito, em seus enunciados e itens lexicais linguisticamente doxais prevalecem aspectos normativos na elaboração do discurso argumentativo. Conforme observamos no gráfico 01, foram identificados com aspectos normativos trinta e cinco textos e com aspectos transgressivos três textos.

Iniciamos com um texto de aspecto normativo, após a identificação das marcas argumentativas no texto (NE01), conforme vimos na subseção anterior, através dos itens lexicais destacados, partiremos para a análise dos que são mais enfáticos no texto e analisaremos os aspectos normativos e/ou transgressivos presentes nos enunciados.

Analisaremos, conforme já mencionado, que a análise dos aspectos normativos e transgressivos dos enunciados e itens lexicais linguisticamente doxais, se dará a partir dos trechos mais relevantes, dos enunciados que representam a ênfase do texto<sup>4</sup>. No enunciado A<sup>5</sup> do texto (NE01), pelo qual iniciamos a análise, analisamos os aspectos contidos na argumentação do enunciado **monumento histórico**:

*Construída em 1947, é formada pelo conjunto de cinco partes: uma área central e quatro ilhas laterais. A área central abriga um monumento denominado Esfera armilar, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos, é componente **importante** da história de Fortaleza.*

*Particularmente, acredito que a Praça Portugal não seja só um **monumento histórico**<sup>6</sup> (grifo meu). Sua definição vai além desse conceito, compreende um conjunto de formas, espaços e lembranças que se construíram ao longo dos anos(...) É notório que nossa metrópole precisa de obras de mobilidade e intervenções urbanas, mas desde que respeitem o patrimônio histórico da cidade. Tenho a convicção de que a Praça Portugal deve ser preservada.*

O vocábulo que iremos destacar para a análise é “importante”, isso, porque a tônica deste remonta aos aspectos contidos na argumentação **monumento histórico**. A argumentação externa (AE) de **monumento histórico** contém os seguintes aspectos:

Normativo: Monumento histórico LG importante.

Transgressivo: Monumento histórico LG NEG importante.

A argumentação interna (AI) de **monumento histórico** contém o aspecto:

Normativo: Importante LG preservado/conservado.

Tendo em vista o bloco semântico “monumento histórico – importante”, o enunciado A traz os seguintes enunciadores:

(E1)<sup>7</sup>: A Praça Portugal é mais que um monumento histórico, logo deve ser preservado.

<sup>4</sup> As análises dos demais textos seguirão a mesma metodologia de análise.

<sup>5</sup> Os enunciados seguirão uma sequência alfabética, em caixa alta, em cada texto analisado.

<sup>6</sup> Alguns itens lexicais dos textos serão destacados em negrito para facilitar a análise com as categorias da TBS.

<sup>7</sup> Utilizaremos a letra “e”, em caixa alta, para representarmos os enunciadores presentes nos enunciados analisados.

(E2): Mesmo a metrópole precisando de obras de intervenção urbana, é necessário que respeitem o patrimônio histórico da cidade.

Observou-se na análise deste enunciado linguisticamente doxal, a partir do bloco semântico “monumento histórico- importante”, que os enunciadores (E1) e (E2) escolhem os aspectos normativos da AE e da AI, respectivamente: “Monumento histórico, logo importante” e “Importante, logo preservado/conservado”; pois concordam com a defesa do ponto de vista do locutor do texto que deixa explícito, em sua argumentação, ser a favor da preservação deste monumento histórico, a Praça Portugal.

No artigo de opinião (**S01**), também identificado com aspectos normativos, verificamos o item lexical **estudo** como o mais enfático nos enunciados e observamos os seguintes aspectos que contém esse léxico em sua argumentação externa (AE):

Normativo: Estudo LG compreensível.

Transgressivo: Estudo NE NEG compreensível.

Na argumentação interna (AI) de **estudo** contém o aspecto:

Normativo: Analítico LG explicativo.

Identificamos no bloco semântico “estudo– compreensível” os seguintes enunciadores:

(E1): O estudo torna compreensível o fenômeno acerca do nascimento de muitos gêmeos na região.

(E2): O estudo não torna compreensível o fenômeno acerca do nascimento de muitos gêmeos na região.

(E3): O estudo é analítico, logo torna explicativo o fenômeno acerca do nascimento de muitos gêmeos na região.

A partir desse bloco semântico “estudo–compreensível”, observamos que os enunciadores (E1) e (E3) escolhem os aspectos normativos da AE e da AI, ou seja, “O estudo torna compreensível esse fenômeno”. E que o locutor do texto posiciona seu ponto de vista em consonância com o dos dois enunciadores, (E1) e (E3), o que se afirma no fragmento:

“Creio que esse estudo avançado foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião.” Desta forma, expõe uma explicação aceitável para este fenômeno que ocorre em sua cidade.

Outro artigo de opinião que analisamos do eixo “**outras temáticas**” foi o artigo de opinião da região Norte (**N01**), *Visita íntima em motel: uma questão de dignidade!* (p.114), neste texto, discute-se sobre um projeto de ampliação da Unidade Prisional Manoel Neri da Silva, de Cruzeiro do Sul, no Acre, que trouxe como inovação a construção de um motel para uso exclusivo dos presidiários em dias de visita íntima.

A maior parte da população e inclusive de alguns profissionais da segurança pública local são contra a construção do motel, pois acreditam que prioriza uma regalia em detrimento de necessidades reais as quais a unidade prisional estaria necessitando, por exemplo, a construção do muro do complexo penitenciário, que traria mais segurança para a unidade.

A partir disto, discute-se sobre a necessidade dos presidiários e de suas companheiras de poderem ter essas visitas íntimas, já que não são previstas em lei, mas que já se tornou costume nos presídios brasileiros.

Verificamos, no texto (**N01**), que o item lexical **necessidade** é uma marca argumentativa bastante recorrente ao longo da construção do discurso argumentativo do locutor, por isso vejamos os aspectos contidos na argumentação externa deste léxico:

Normativo: Necessidade LG essencial.

Transgressivo: Necessidade NE NEG essencial.

Em sua argumentação interna:

Normativo: Indispensável LG obrigatório.

Percebemos no bloco semântico “necessidade– essencial” os enunciadores:

(E1): Sexo é uma necessidade, logo é essencial para manter a dignidade humana dos presidiários.

(E2): Sexo é uma necessidade, no entanto não é essencial para manter a dignidade da humana dos presidiários.

(E3): Sexo é indispensável, logo obrigatório para manter a dignidade humana dos presidiários.

Os enunciadores (E1) e (E3) concordam com os aspectos normativos das argumentações externa e interna, e o (E2) vai de acordo com o aspecto transgressivo da AE. Observando a análise do enunciado A:

Precisamos compreender que sexo é uma **necessidade** fisiológica, básica, instintiva, e colabora para o bem-estar do homem. Sua falta pode provocar frustrações, agressividade e até mesmo depressões.

Constatamos que nesse enunciado A, linguisticamente doxal, com o bloco semântico “necessidade– essencial”, prevalece o aspecto normativo. Este ao qual o locutor se identifica ao longo do texto, considerando que o “sexo é uma necessidade”, ele defende o ponto de vista de que os presidiários devem ter o direito a visitas íntimas com suas companheiras e que o projeto de construção do motel na unidade prisional deva ser executado.

Partiremos para as análises dos textos, que constatamos possuírem aspectos transgressivos. Dos trinta e oito artigos de opinião analisados, identificamos como sendo os três artigos de opinião: (SE01), (CO01) e (CO04) os que contêm aspectos transgressivos em seus enunciados e itens lexicais linguisticamente doxais.

No texto intitulado *Rodoanel: antagonista de um enredo contraditório* (p. 85) (SE01) percebemos que o item lexical **benefícios** evidencia as marcas argumentativas ao longo do texto, e que este item contém os seguintes aspectos em sua argumentação externa:

Normativo: Benefício LG favorável.

Transgressivo: Benefício NE NEG favorável.

Em sua argumentação interna temos os aspectos:

Normativo: Privilégio LG vantajoso.

Tendo em vista o bloco semântico “benefício– favorável”, os enunciados trazem os seguintes enunciadores:

(E1): O rodoanel é um benefício, logo será favorável para toda a população da cidade.

(E2): O rodoanel é um benefício, no entanto não será favorável para toda a população da cidade.

(E3): O rodoanel é um privilégio, logo vantajoso para toda a população da cidade.

Observou-se a partir da análise do bloco semântico “benefício– favorável” que os enunciadores (E1) e (E3) concordam com os aspectos normativos da argumentação externa e interna, porém, o (E2) de aspecto transgressivo, é que reflete a opinião do locutor do texto, conforme indicado nesse fragmento “*por isso eu sou contra a forma com que o Rodoanel é executado e também refuto seus possíveis benefícios*”, assim, concordando com a argumentação expressa ao longo do texto que explicita o ponto de vista do locutor ao afirmar que a construção do rodoanel não trará, de fato, “benefícios” para toda a população da cidade de Suzano.

No segundo artigo de opinião, que também contém aspectos transgressivos, (CO01) (p. 97), percebemos como item lexical mais enfático “**mecanização**”, visto como o ato de mecanizar, sendo assim utilizaremos na análise o verbo **mecanizar**, que em sua argumentação externa contém os seguintes aspectos:

Normativo: Mecanizar LG produtivo.

Transgressivo: Mecanizar NE NEG produtivo.

Em sua argumentação interna:

Normativo: Tecnologia LG progresso/ evolução.

Observamos no bloco– semântico “mecanizar–produtivo” os seguintes enunciadores:

(E1): A mecanização é produtiva, logo trará benefícios para a vida dos trabalhadores açucareiros.

(E2): A mecanização é produtiva, no entanto não trará benefícios para a vida dos trabalhadores açucareiros.

(E3): A mecanização é tecnologia, logo trará progresso/evolução para a vida dos trabalhadores açucareiros.

Relembrando o enunciado A do artigo de opinião (CO01):

(...) visando aumentar a produção, os empresários do setor sucroalcooleiro investem cada vez mais na **mecanização**. Essa é a causa de grandes transtornos para os goianesienses. O assunto é alvo de tensas polêmicas, pois os prós e os contras são muito polarizados.

Observamos pela análise deste enunciado A, que o locutor do texto se identifica com o (E2), que está em conformidade com o aspecto transgressivo da AE “mecanizar no entanto não produtivo”. Podemos afirmar isto, a partir do enunciado B:

Como consequência do processo inovador, as máquinas substituem as mãos calejadas dos trabalhadores braçais.

O enunciado B confirma o ponto de vista do locutor do texto em relação ao processo de mecanização da lavoura açucareira, que para os trabalhadores não é produtivo, pois estes são substituídos por máquinas e, conseqüentemente, se tornam desempregados.

No enunciado linguisticamente doxal A, prevalece o aspecto transgressivo contido na argumentação externa do bloco semântico “mecanizar–produtivo”.

No artigo de opinião (CO04), o último identificado com aspectos transgressivos, que se insere na temática “**progresso regional**”, intitulado *Emancipação: decadência ou progresso?* (p. 147), é discutida a questão da emancipação do distrito de Capão Verde pertencente a cidade de Alto Paraguai localizada no Estado de Mato Grosso. Os moradores da sede da cidade não são favoráveis à emancipação do distrito, já os moradores de Capão Verde concordam com a emancipação, pois afirmam que o distrito possui estrutura para o desmembramento.

Observamos os aspectos contidos no item lexical “**emancipação**”, verificado como o mais enfático ao longo do discurso argumentativo, que o locutor argumenta ser contra a emancipação do distrito, pois acredita que esta emancipação trará conseqüências ruins para todo o município, e uma delas seria a diminuição dos repasses de verbas federais e estaduais.

Vejamos no enunciado A:

Diante de acirrada polêmica entre os moradores do distrito e os da sede, penso que a **emancipação** não seria uma boa opção para todo o município. Já somos uma pequena população e ainda vamos desagregar? Se isso ocorre, surgirão dois municípios tão pequenos que enfrentarão muito mais dificuldades do que enfrentamos no momento.

Consideramos “emancipação” uma ação de tornar algo independente. Assim, constatamos que na argumentação externa do léxico “emancipação” contém os seguintes aspectos:

Normativo: emancipação LG progresso.

Transgressivo: emancipação NE NEG progresso.

Em sua argumentação interna:

Normativo: avanço LG desenvolvimento.

Observamos no bloco semântico “emancipação- progresso” os seguintes enunciadores:

(E1): A emancipação gera independência, logo trará progresso para o distrito.

(E2): A emancipação gera independência, no entanto não trará progresso para o distrito.

(E3): A emancipação gera avanço, logo trará desenvolvimento para o distrito.

Observamos pelo enunciado A que o locutor se identifica com o (E2) que contém o aspecto transgressivo “emancipação no entanto não progresso”, podemos afirmar isto a partir do fragmento do enunciado A:

(...) penso que a **emancipação** não seria uma boa opção para todo o município. Já somos uma pequena população e ainda vamos desagregar? Se isso ocorre, surgirão dois municípios tão pequenos que enfrentarão muito mais dificuldades...

Portanto, observamos que a argumentação construída no texto (CO04) apresenta em seus enunciados linguisticamente doxais aspectos transgressivos.

Observamos que, diferentemente, do que ocorria na argumentação da segunda fase da TAL, teoria dos *Topoi*, em que a argumentação se encontrava em um encadeamento do tipo enunciado-conclusão, e que o terceiro elemento, o *topos*, que é o valor argumentativo constitutivo do enunciado; na TBS, a argumentação encontra-se no bloco semântico que contém o enunciado como um todo. Assim sendo, confirmamos que nos blocos-semânticos analisados nos enunciados dos trinta e oito textos, é onde se encontram os enunciadores evocados no discurso e que, a partir destes, o escritor assume um dos pontos de vista desses enunciadores.



Vimos que os textos analisados se constituem, em sua maioria, de enunciados e itens lexicais linguisticamente doxais com aspectos normativos, e que as marcas do discurso argumentativo, nestes textos, apresentam-se a partir do item lexical que se apresenta mais tônico na construção do discurso argumentativo que foi construído.

### 4.3 Aspectos socioculturais nos textos a partir dos papéis sociais e identidades culturais nos artigos de opinião

Percebemos que os aspectos socioculturais presentes nos artigos de opinião estão relacionados aos papéis sociais e as identidades culturais que assumem os locutores em seus textos.

Vejamos os aspectos socioculturais presentes no artigo de opinião (NE01), iremos analisá-los de acordo com a identidade cultural e o papel social que o locutor assume nos enunciados. Percebemos que os locutores buscam assumir uma posição entre os vários enunciadorees que aparecem no discurso, como vimos na análise dos enunciados doxais anteriormente do texto (NE01). Desta forma, analisando este artigo, observamos uma identidade cultural e um papel social assumidos pelo locutor do texto. Vejamos nos trechos:

A Praça Portugal representa o marco do desenvolvimento urbano de **minha cidade**. Ela é “um símbolo da capital cearense, dos vínculos estreitos que temos com Portugal, nossa referência urbana”, como bem relatou o colunista cearense Francisco Campelo.

Ao destruir **nosso patrimônio** popular, **estamos** não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania e senso de pertencimento aos locais e aos grupos comunitários.

É percebida uma identidade cultural “*desenvolvimento urbano de minha cidade*” e um papel social de cidadão que se situa ao se colocar como integrante de uma coletividade, que é evidente dos fragmentos: “*Ao destruir **nosso patrimônio** popular, **estamos** não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania*”.

Ao assumir um papel socialmente situado, notamos que o locutor atribui um papel aos seus interlocutores, no caso, os demais cidadãos fortalezenses e a atual gestão municipal, esta que elaborou o projeto de destruição da praça. Isso se comprova nos seguintes trechos:

Vale ressaltar que **a população deve ser consultada para a execução de uma ação radical como essa**, haja vista que a qualidade de vida das pessoas é diretamente afetada quando decisões são tomadas sem a reflexão e o encontro de um consenso

coletivo. Portanto, **a participação popular durante os projetos é primordial** para o crescimento digno de um local.

Ao contrário **do que atual gestão municipal sugere**, acho que uma boa maneira de melhorar o trânsito seria aprimorar seu entorno com descentralização do trânsito e semáforos sincronizados.

Percebemos a clara intenção do locutor em fazer com que seus interlocutores tomem conhecimento e que se manifestem diante daquela ação, que é lutar pela preservação de um patrimônio histórico da cidade.

No artigo de opinião (**S01**), há uma identidade cultural identificada no enunciado:

**E eu me sinto feliz por poder conhecer essa história.** Portanto, ressalto a importância de lembrar que a genética e os fatores favoráveis são os únicos envolvidos neste lindo e interessante fenômeno.

O locutor assume a posição de morador do local, ao evidenciar que conhece a história de sua cidade e que tem um ponto de vista formado acerca da dúvida gerada pelo fenômeno, conforme percebemos no fragmento *“foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião”*. Neste fragmento, também, observamos que se torna clara a imposição do locutor ao afirmar que é um ponto de vista não somente dele, mas pela parte de todos os outros moradores da região acreditar no estudo feito sobre o fenômeno.

No texto (**N01**) identificam-se os aspectos socioculturais nos enunciados em que há um papel socialmente situado, neste texto, o locutor assume o papel de cidadão preocupado com a dignidade humana dos presidiários. Percebemos que seu ponto de vista torna-se evidente em:

(...) não **podemos** deixar que nossa indignação com o sistema em geral nos torne insensíveis para as questões que envolvem a dignidade da pessoa humana.

**Precisamos compreender** que sexo é uma necessidade fisiológica, básica, instintiva, e colabora para o bem-estar do homem. Sua falta pode provocar frustrações, agressividade e até mesmo depressões. Seria justo e humano privar tanto os presidiários quanto suas parceiras de uma necessidade assim?

Nesses trechos podemos identificar a posição de cidadão que reconhece o direito do outro e que reflete sobre os direitos individuais de cada ser humano.

No artigo de opinião (**SE01**), que contém aspectos transgressivos, ao analisarmos os aspectos socioculturais, percebemos um locutor que assume um papel socialmente situado,

o de cidadão que reivindica uma melhor solução, em vez da construção do rodoanel, como observamos nos trechos a seguir:

**Acredito que** a vida é o que há de mais importante no mundo: a fauna, a flora e os seres humanos devem ser aplaudidos e respeitados, por isso eu sou contra a forma com que o Rodoanel é executado e também refuto seus possíveis benefícios.

**Concordo que** a mobilidade urbana precisa ser solucionada. **Ressalto que** não será com as construções de mais rodovias e viadutos que resolveremos o problema.

Nesses trechos, é percebida claramente a posição do locutor ao expor sua opinião contra a execução da obra ao afirmar “*Acredito que a vida é o que há de mais importante no mundo*” e no trecho “*Concordo que a mobilidade urbana precisa ser solucionada. Ressalto que não será com as construções de mais rodovias*”. Em outros trechos questiona-se a posição tomada pelo governo local, por um dos interlocutores do texto:

Em vez de privilegiar o transporte individual, o governo deveria investir na criação de outras soluções, como o uso da bicicleta, aumentar as ciclovias, colocar à disposição ônibus e pontos que recebam bicicletas para viagens de longa distância.

Os responsáveis pela obra devem mudar sua postura. Trata-se de uma questão ética: reavaliar os valores dos imóveis, ressarcir com urgência essa população que perdeu sua dignidade, sua identidade, sua história.

Observamos nos fragmentos “*o governo deveria investir na criação de outras soluções*” e em “*Os responsáveis pela obra devem mudar sua postura*”, que ao governo local é atribuído o papel de autoridade e, por isso, teria condições de propor outra solução para o problema.

Os aspectos socioculturais observados nos seguintes trechos do artigo de opinião (CO01), também de aspecto transgressivo, foram:

**De acordo com o meu professor** de biologia, Victor Sá, essa modalidade de corte também é lucrativa para a empresa.

Sem demissões, sem prejuízos para as empresas e sem maiores ou tantos danos ao meio ambiente, **todos nós** poderemos saborear sem culpa a doçura desse açúcar que “alimenta” a economia de minha cidade.

Nesses trechos observamos um papel social, de aluno, que busca informações sobre o assunto para justificar sua opinião contrária à prática de mecanização nas lavouras, além de uma identidade cultural, na qual o locutor do texto se insere em um todo social que

representa os moradores daquela cidade que estão preocupados com os danos ocasionados pela substituição do homem pela máquina, que se identifica no fragmento *“todos nós poderemos saborear sem culpa a doçura desse açúcar”*.

Percebemos que os aspectos socioculturais, no artigo de opinião (CO04), evidenciam-se nos seguintes segmentos:

**Já somos uma pequena população** e ainda vamos desagregar? Se isso ocorre, surgirão dois municípios tão pequenos que enfrentarão muito mais dificuldades do que enfrentamos no momento.

Penso deveria haver consenso entre distrito e município, **todos trabalhando em busca de um desenvolvimento mútuo, social e econômico, fortalecendo ainda mais esse povo rico em cultura, acolhedor e simples**; enfim, verdadeiros cidadãos.

O locutor que assume posições sociais situadas, a de morador e a de cidadão preocupado com o futuro destino do distrito e do município onde habita, caso seja aprovada a emancipação.

Percebemos, também, no fragmento *“todos trabalhando em busca de um desenvolvimento mútuo, social e econômico, fortalecendo ainda mais esse povo rico em cultura, acolhedor e simples”* que o locutor convoca os possíveis interlocutores de seu texto, os outros cidadãos e autoridades para trabalharem juntos para o desenvolvimento do distrito e do município.

Constatamos que os aspectos socioculturais aparecem em forma de papéis socialmente situados, como de estudante ou mesmo vítima do problema discutido. A identidade cultural, de cidadão do lugar, muitas vezes é assumida, pois mesmo sendo um ser individual, o locutor, se identifica como ser integrante de uma coletividade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A argumentação é algo que se faz presente na maioria dos nossos textos, sejam eles orais ou escritos. Acreditando nisto percebemos o quanto é necessário compreender como se dá a construção desse discurso argumentativo. A partir desta motivação que dirigiu a nossa pesquisa, concluímos que o estudo do texto argumentativo é de extrema relevância para o currículo escolar, já que, frequentemente, o aluno é colocado diante de situações que exigem que seu discurso argumentativo seja praticado, seja na tomada de posicionamentos sobre ideias, seja mesmo em situações comuns do cotidiano, como a venda de algo.

Destarte, acreditamos que a presença de textos do mundo do argumentar são as ferramentas essenciais para um dos objetivos que são propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN, que é de o aluno ser um cidadão ativo em seu meio social.

De acordo com Cabral (2010), acreditamos que, apesar de a TAL estar voltada para um estudo mais teórico da argumentação na língua e não se preocupar com a produção textual em si, seus postulados nos oferecem elementos úteis para a produção textual, pois nos mostram possibilidades de escolhas linguísticas que são eficazes para conceder uma maior força argumentativa nos textos.

Utilizando-se da abordagem da TBS, em que a argumentação é definida como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector, em que a argumentação contém aspectos normativos e/ou transgressivos, analisamos os enunciados e os léxicos linguisticamente doxais, verificamos os blocos semânticos nos léxicos mais enfáticos da argumentação e constatamos que a maior parte dos textos analisados, são constitutivos de aspectos normativos e que estes influenciam as escolhas lexicais feitas pelo locutor na elaboração do seu ponto de vista ao longo da argumentação do texto. Apenas três textos, dos trinta e oito analisados, têm seus léxicos constituídos de aspectos transgressivos, a partir disso, constatamos a prevalência da argumentação convencional expressa pelo aspecto normativo, aquele em que a interdependência semântica dos segmentos acontece pelo conectivo *logo*.

Ao identificarmos as marcas do discurso argumentativo nos artigos de opinião e percebermos que os itens lexicais que as representam se direcionam semanticamente para elaboração dos blocos semânticos, confirmamos que os estudos da TBS oferecem fundamentos para muitas pesquisas que tratam das possibilidades de escolhas linguísticas do locutor. Constatamos, assim, que as marcas argumentativas identificadas ao longo dos artigos

de opinião partem de uma escolha do locutor que as direciona para a construção do discurso argumentativo que pretende seguir em seu texto, desta forma, concordamos com Cabral (2010) que afirma que a “Teoria da Argumentação na Língua e seus desdobramentos podem oferecer contribuições à prática de leitura e escrita”, contribuições estas que constatamos ao analisar que os blocos semânticos, construídos ao longo da análise dos artigos de opinião, fazem parte da definição das palavras, ou seja, está prefigurado no significado da palavra, conforme explica Carel (2001). Assim, consideramos que essa Teoria dos Blocos Semânticos permite ao produtor do texto explorar o dicionário, utilizando-o como uma ferramenta útil tanto para compreensão do valor argumentativo das palavras na leitura, como para a escolha das palavras, de acordo com as intenções que o produtor pretende construir em seu discurso argumentativo.

Em relação ao último objetivo de nossa pesquisa, analisamos os aspectos socioculturais presentes nos artigos de opinião produzidos por alunos finalistas da OLP 2014. E para este fim, analisamos o papel social e a identidade cultural assumido pelos locutores nos artigos de opinião.

Verificamos que os candidatos assumem uma identidade cultural ao se colocarem como pertencentes aquele lugar, logo tendo conhecimento suficiente para relatar sobre o problema que discute em seu texto. Identificamos, também, o papel social que alguns produtores assumem, como o de cidadão local, de estudante de alguma escola citada no texto. Estes papéis sociais os tornam ainda mais situados socialmente dentro do contexto, sobre o qual escrevem o que contribui ainda mais para que ele relate sobre a situação/problemática que vivenciam.

Ao verificarmos como se constrói o discurso argumentativo nesses artigos de opinião produzidos por alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa, ano 2014, tendo por base a teoria ducrotiana - TAL, constatamos que o estudo do texto argumentativo na escola se faz primordial para o bom desenvolvimento do educando, que quanto mais se apropria das peculiaridades do discurso argumentativo, mais terá condições de se desenvolver como um leitor com posicionamentos críticos, além de desenvolver uma habilidade de produção textual que lhe permita utilizar de estratégias linguísticas argumentativas.

Por último, concluímos que a teoria dos Blocos Semânticos é muito útil no que diz respeito à análise da orientação argumentativa das palavras para a produção textual e para própria escolha das palavras para a produção textual.

Gostaríamos de indicar, ainda, que a partir da realização deste trabalho, há outros possíveis desdobramentos sobre o tema. Uma questão que se faz pertinente seria uma análise das avaliações feitas pelos avaliadores dos textos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa para verificar como as escolhas linguísticas nos textos contribuem ou não para uma boa avaliação do texto do candidato. Outro trabalho, possível, seria a elaboração de uma sequência didática para produção textual de um gênero argumentativo com as contribuições dos estudos teóricos da Teoria dos Blocos Semânticos.

Por fim, acreditamos que as possíveis lacunas, neste trabalho, corroboram para muitas reflexões ainda sobre o tema abordado, a construção do discurso argumentativo em textos da OLP, que é um tema propício para outros enfoques teóricos que não foram abordados com a teoria dos Blocos Semânticos e para outros que venham a complementar e aprofundar a discussão iniciada nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Martins. **O discurso argumentativo em cartas de reclamação produzidas por alunos do 4º ano do Ensino Fundamental**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ANSCOMBRE, Jean Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. 2 Ed. Trad. Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos, 1988.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de. **O lugar da argumentação na escrita infantil: análise discursiva e proposta metodológica**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Letras)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A argumentação no Exame Nacional do Ensino Médio/2004: os múltiplos percursos discursivos seguidos por jovens em processo de formação**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

BARBISAN, Leci Borges e TEIXEIRA, Marlene. Polifonia. Origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Revista Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRS. Porto Alegre, v. 16, n. 32 e 33, p. 161-180, abri. 2002.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais tipificação e Interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (orgs.). Revisão técnica Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 26-31.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino médio - Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: SEMTEC/MEC, 1999, p. 21.



BRONCKART, Jean-Paul. **O ensino dos discursos: da apropriação prática à maestria formal.**” (mimeo), 2000.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar.** São Paulo: Contexto, 2010.

CAREL, Marion. Trop: argumentation interne, argumentation externe et positive. In: ANSCOMBRE, Jean- Claude (org.). **Théorie des Topoi**, Paris: Kimé, 1995.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, São Paulo, Editora Pontes, n. 8, p. 7-32, 1997.

CAREL, Marion. O que é argumentar? **Revista de Retórica y Argumentación**. Ano 1, n. 1, jan. 2001, p. 75-80 (Trad. Telma Furlanetto Graeff). Disponível em: <[www.Associaciónlogo.org/revista\\_logo.htm](http://www.Associaciónlogo.org/revista_logo.htm)>. Acesso em: 15 de abri. de 2015.

\_\_\_\_\_. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. *Languages*, 142 (**Les discours intérieurs au lexique**). Paris: Larousse, p. 10-21, 2001.

\_\_\_\_\_. Argumentação interna aos enunciados. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 129, p. 27-43, set. 2002.

CARNEIRO, Waltersar José de Mesquita. **O encadeamento argumentativo na Teoria da Argumentação na Língua**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l’expression** .Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Ângela M. S. Correa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: Schneuwly, Bernard & Dolz, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DUCROT, Oswald. **Les enchelles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **Polifonia Y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. Argumentação e “topoi” argumentativo. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3 set. 2002. p. 7-26.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n.1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

FREITAS, Ernani Cesar de. **Semântica Argumentativa**: a construção do sentido no discurso. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 13-38.

LA NUEZ, Daniela Campos de. **A carta argumentativa é uma dissertação modificada? : um estudo sobre estratégias mobilizadas na argumentação da carta no Vestibular da UNICAMP**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, Mônica Moreira de. A argumentação em redações escolares. **Anais... do SILEL**. v. 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

MARQUES, Gislene Aparecida Ruiz. **O estudo do gênero artigo de opinião no Ensino Médio**: argumentar, uma ação inevitável nos dias de hoje. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. v. 1, Paraná: SEED- PR, 2010.

PERELMAN, Chaïm. OLBRECHT- TYTECA. **Traité de l'argumentatio**: la nouvelle rhétorique. 5. Ed. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1988.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação – A nova Retórica**. 2. ed. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERFEITO, Alba Maria. Artigo de opinião: análise linguística. In: CONALI–CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO. 1. 2006, Maringá. **Anais...** Maringá, 2007. p. 745-755.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: Schneuwly, Bernard & Dolz, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

TOULMIN, Stephen. **The Uses of Argument** (trad. Française Les Usages de l'argumentation, PUF, Paris, 1993/ Trad. Portuguesa Os usos do Argumento, Martins Fontes, São Paulo, 2001). Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. (1934). **Pensée et langage**. Paris: Editions Sociales, 1985.

## ANEXOS

Artigos de opinião produzidos pelos alunos finalistas da OLP\*

### **Codificação (NE01) –Praça Portugal: um ícone histórico em ameaça**

Aluno: Gleiton de Souza Vasconcelos Gomes

O lugar onde vivo é uma metrópole moderna, de povo alegre e hospitaleiro. Lugar para se viver, ouvir, sentir, guardar na lembrança e nunca mais esquecer. Aqui na capital cearense tudo é pensado e voltado para o turismo, onde a calma e o agito dialogam em total harmonia. Agregadas a essas particularidades, existem as características arquitetônicas da cidade. Ao longo da história, elas se tornaram locais de encontro de várias gerações, construindo e preservando a cultura do povo fortalezense.

Um desses espaços, a Praça Portugal, localizada no coração do bairro Aldeota, é um diferencial em nossa cidade. Seu contorno circular é único e se destaca pelo tamanho e simetria. Situa-se no centro das duas maiores e mais movimentadas avenidas do bairro, Dom Luiz e Desembargador Moreira. No seu entorno existem muitas lojas comerciais que contribuem de forma significativa para a economia local. Construída em 1947, é formada pelo conjunto de cinco partes: uma área central e quatro ilhas laterais. A área central abriga um monumento denominado *Esfera armilar*, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos. É componente importante da história de Fortaleza. No entanto, nos últimos meses, o espaço vive em meio a uma polêmica: a prefeitura anunciou um projeto que prevê a extinção desse ícone histórico, parte da memória de minha cidade.

Com justificativa de melhoria da mobilidade urbana, as autoridades apresentaram um novo modelo de cruzamento para o local, dividindo a praça em quatro partes. Porém, divisão maior está nas opiniões dos fortalezenses a respeito do assunto. O prefeito argumenta que a reestruturação do espaço promoverá uma melhoria da fluidez do tráfego dos meios de transporte. Evitando, dessa forma, os congestionamentos da região. Para ele, a demolição da

---

\*Textos digitados dos originais, que se encontram disponíveis no sítio [www.escrevendoofuturo.org.br](http://www.escrevendoofuturo.org.br).

praça foi preferível à construção de um túnel, em razão de custo e tempo de realização da obra.

Particularmente, acredito que a Praça Portugal não seja só um monumento histórico. Sua definição vai além desse conceito, compreende um conjunto de formas, espaços e lembranças que se construíram ao longo dos anos. Lugar de encontro de muitas gerações com ideologias opostas, mas que possuem o mesmo objetivo: se divertir. Conhecida por ser, todo ano, palco da mais alta e bela árvore de Natal da cidade, buscando sempre representar a identidade do povo fortalezense. A Praça Portugal representa o marco do desenvolvimento urbano de minha cidade. Ela é “um símbolo da capital cearense, dos vínculos estreitos que temos com Portugal, nossa referência urbana”, como bem relatou o colunista cearense Francisco Campelo.

É notório que nossa metrópole precisa de obras de mobilidade e intervenções urbanas, mas desde que respeitem o patrimônio histórico da cidade. Tenho a convicção de que a Praça Portugal deve ser preservada. É preciso ter a sensibilidade de levar em questão que um monumento público não pode ser extinto, pois a referência afetiva que toda uma população tem por ele não poderá ser preenchida, deixando um “vácuo” na memória da cidade. Ao contrário do que atual gestão municipal sugere, acho que uma boa maneira de melhorar o trânsito seria aprimorar seu entorno com descentralização do trânsito e semáforos sincronizados. Vale ressaltar que a população deve ser consultada para a execução de uma ação radical como essa, haja vista que a qualidade de vida das pessoas é diretamente afetada quando decisões são tomadas sem a reflexão e o encontro de um consenso coletivo. Portanto, a participação popular durante os projetos é primordial para o crescimento digno de um local. Ao destruir nosso patrimônio popular, estamos não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania e senso de pertencimento aos locais e aos grupos comunitários.

O ideal seria que o apego afetivo contagiasse a todos e que tivesse força suficiente para anular de vez ideia de extinção da praça, um espaço charmoso que promove um diálogo entre o passado e o presente do lugar onde vivo.

Professora: Clariany Ferreira Correia

Escola: E.E.E. P. Paulo VI- Fortaleza (CE)

## **Codificação (SE01)– Rodoanel: antagonista de um enredo contraditório**

Aluna: Juliana do Nascimento Pereira Orphão

A cidade onde vivo agrega belezas naturais, um povo hospitaleiro e bem-humorado. Situado na região metropolitana da grande São Paulo, é um município plano, como um palco de teatro. Entretanto, nos últimos anos os moradores deste tablado protagonizaram o enredo de uma peça trágica repleta de contradições.

O motivo da catástrofe é a construção do trecho leste do Rodoanel Mário Covas, administrado pela concessionária SPMar e autorizado pelo governador Geraldo Alckmin. Desde 2012, os susanenses convivem com um antagonista que promove o descaso com a natureza e assombra com a desapropriação de moradores, descartados como marionetes quebradas. São 140 famílias! A execução desse projeto viário gera intermináveis questionamentos: o Rodoanel trará benefícios à maioria da população? É a melhor solução para o problema da mobilidade urbana?

A sociedade civil não acredita nos benefícios do Rodoanel. Para eles esse rolo compressor viário é um paliativo e está no sentido contrário do progresso sustentável e beneficia apenas uma parcela da sociedade. Contudo, representantes do governo levantam bandeiras e com veemência defendem o projeto.

“Suzano, Poá, o BAC, Arujá, Guarulhos, Ferraz vão ficar na melhor esquina do Brasil que é o Rodoanel, com as autopistas que chegam a São Paulo, com o aeroporto e com o porto. Isso vai atrair muito as empresas para gerar emprego e desenvolvimento”, afirmou o governador Geraldo Alckmin à TV Diário, filiada da rede Globo, em visita ao município.

Não se pode aceitar tamanho desrespeito sob nenhum argumento progressista. É fácil ser a favor quando não se é afetado pela situação, quando a casa pela qual se batalhou tanto para comprar ou construir não está na lista negra de uma obra que não passa apenas por cima de casas, mas por cima de sonhos e conquistas.

Acredito que a vida é o que há de mais importante no mundo: a fauna, a flora e os seres humanos devem ser aplaudidos e respeitados, por isso eu sou contra a forma com que o Rodoanel é executado e também refuto seus possíveis benefícios.

Em outra reportagem, ao Diário de Suzano, moradores do jardim Monte Cristo denunciaram a situação calamitosa que estavam vivendo. Em um dos depoimentos, a dona de casa Antônia Maria da Silva, moradora há trinta anos do bairro, afirmou que a SPMar ofereceu cerca de 40% a menos do que o valor real do seu imóvel, mesmo com a documentação toda regularizada. Ser indiferente ao desespero dessas pessoas é desumano.

Os dom-quixotes de Suzano até que tentaram lutar pelos seus direitos violados: fizeram protestos em frente ao fórum, consultaram advogados, foram à imprensa, denunciaram os silvestres e mananciais afetados. Todavia, as cortinas desse espetáculo estavam fechadas.

Concordo que a modalidade urbana precisa ser solucionada. Ressalto que não será com as construções de mais rodovias e viadutos que resolveremos o problema. Para tanto, é preciso rever a estruturação do transporte público e sua articulação com a habitação, revitalizar e reabitar os centros urbanos. Em vez de privilegiar o transporte individual, o governo deveria investir na criação de outras soluções, como o uso da bicicleta, aumentar as ciclovias, colocar à disposição ônibus e pontos que recebam bicicletas para viagens de longa distância. Assim, proporcionar à população escolhas mais saudáveis e ecologicamente corretas.

Outra solução seria reaproveitar ferrovias abandonadas e investir no ferroanel. Essa ação contribuiria para acelerar e minimizar os custos com os transportes de carga e economizar com pedágios, combustível, tráfego e manutenção dos veículos, sem poluir o ar. Atitudes como essas resolveriam o problema de mobilidade sem destruir os cenários naturais e usurpar os sonhos das personagens que vivem nas extremidades do Rodoanel.

Os responsáveis pela obra devem mudar sua postura. Trata-se de uma questão ética: reavaliar os valores dos imóveis, ressarcir com urgência essa população que perdeu sua dignidade, sua identidade, sua história. E, claro, pedir mais um perdão à natureza!

Professora: Elaine Ferreira de Matos dos Santos

Escola: E.E. Professora Ieda Fernandes Lopes- Suzano (SP)

## **Codificação (S01)– Gêmeos: milagre, manipulação ou genética?**

Aluna: Débora Wappler

O lugar onde eu moro é um município que conta com sete mil habitantes e está localizado noroeste do estado do Rio grande do Sul. Cândido Godói é uma cidade conhecida como a capital mundial dos gêmeos, o que gerou várias polêmicas, reportagens e estudos. O fenômeno de nascimentos de gêmeos. Diante disso, todo aquele que tomasse daquela água, no caso milagrosa, teria a dádiva de gerar gêmeos.

Por causa desse fato, o município ganhou atenção do mundo inteiro. E a maioria buscava uma “explicação” para esse fenômeno. A primeira suposição é baseada numa lenda, gravada em um monumento na praça pública da cidade, que diz que um trabalhador desejava ter um filho e pediu fortemente em oração para Deus. As suas lágrimas de fervor se misturavam com a água da chuva naquele instante, que correu para um rio dessa comunidade. Então, o trabalhador teve seu desejo realizado por Deus, tendo gerado um par de gêmeos. Diante disso, todo aquele que tomasse daquela água, no caso milagrosa, teria a dádiva de gerar gêmeos.

Entretanto, surgiu uma explicação científica. Associou-se a alta taxa de nascimentos de gêmeos com supostas experiências conduzidas pelo médico alemão Hitler, Josef Mengele, que teria passado por Cândido Godói em 1963. Na maioria dos casos, as crianças nascem loiras e de olhos azuis, modelo considerado ideal por Hitler.

Creio que esse argumento não é suficientemente convincente. Com toda tecnologia existente hoje, não se consegue uma manipulação genética desse tipo; naquela época então as possibilidades seriam inexistentes. E muitas pessoas que viveram aqui antes e durante essa época nunca viram ou ouviram falar desse homem. Sendo uma cidade pequena, onde a maioria se conhece, algo teria sido comentado. Mas até hoje absolutamente nada.

Outra conjectura é que a maioria é descendente de alemães; então, as crianças tendem a nascer loiras de olhos claros, uma decorrência de suas origens e genética.

Enfim, depois de muitos comentários e opiniões, foi divulgado um estudo feito no município. Nem o médico nazista Josef Mengele, nem a suposta “água da fertilidade” e nem a mão de Deus teriam participação importante no fenômeno.



A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e um hospital de clínicas ligado ao Instituto Nacional de Genética Populacional declararam seus seguintes resultados: o fator preponderante é a presença significativa da forma “C” de um gene da família p53 nas mães de gêmeos do município, que teria sido trazido pelos primeiros imigrantes, quase todos alemães, à região. Esse gene oferece maior “proteção” à gravidez, o que favorece a gestação de gêmeos. Na Linha São Pedro, sendo pequena e com poucos moradores, o impacto foi grande: afinal, as famílias foram gerando seus descendentes e estes se envolveram com outras famílias na mesma localidade.

Também os fatores ambientais, como a boa qualidade da água, proporcionam gestações saudáveis para as mães. A pesquisa estudou 42 mães de gêmeos e 101 mães que tiveram gestação com um único filho. Creio que esse estudo avançado foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião.

Porém, a mãe de um casal de gêmeos relatou que não tem nenhum gêmeo na família e foi só chegar à Linha São Pedro para trabalhar que em três meses ficou grávida de gêmeos. Então, o mistério parece que continua. Alguns já têm ideia formada, outros não sabem o que pensar e outros ainda aguardam novas pesquisas.

Só espero que ninguém se deixe levar por ilusões. Cândido Godói, uma cidade muito tranquila de se viver e amada por todos os habitantes, carrega com muita honra a fama de ser a capital mundial dos gêmeos. E eu me sinto feliz por poder conhecer essa história. Portanto, ressalto a importância de lembrar que a genética e os fatores favoráveis são os únicos envolvidos neste lindo e interessante fenômeno.

Professora: Cátia Regina Damer

Escola: I. E.E. Cristo redentor- Cândido Godói (RS)

## **Codificação (SE02)– Tombamento: preservando um passado sempre contemporâneo**

Aluno: Fernando Max Alves Ferreira

Itaúna é uma bela cidade do centro-oeste de Minas Gerais, cuja origem data do começo do século XX. Desde então a cidade cresceu e ganhou importância, sem, no entanto, perder sua história, conservada através de edifícios e obras cujo estilo remonta à arte estética, e por meio de sua bela praça da matriz, com suas frondosas árvores centenárias. No entanto, o progresso se dá primeiramente pela preservação da história local, o que faz do tombamento um ato fundamental para o avanço almejado.

Determinadas obras fazem parte do cotidiano dos itaunenses, estando intimamente ligadas à sua história e à cultura da cidade. Penso que essas obras eternizam fatos que a cidade viveu e os preservam para as gerações futuras, concedendo a todos a chance de lembrar ou mesmo conhecer a bela história do lugar em que vivem.

Muitos dizem que o tombamento atrasa a economia e a urbanização e prejudica o dono do bem tombado. Porém, atualmente, o governo isenta diversos impostos do proprietário desses lugares e ele não se torna impedido de usufruir do bem conforme queira desde que o preserve. Além disso, o tombamento não é empecilho à economia e urbanização, mas aliado destas. Um bom exemplo é visto na Europa e na Índia, onde velhas residências se transformaram em hotéis de alta lucratividade, permitindo o avanço econômico.

Alguns artefatos tombados estão intimamente ligados à história de Itaúna e sua desvinculação já não é mais possível. A Praça da Matriz da cidade é um exemplo. Sendo local para diversos eventos e atuando como cartão-postal da cidade, a “pracinha” se tornou sua parte fundamental e o povo vincula sempre a cidade àquela praça e sua bela Igreja Matriz, também construída com elementos neoclássicos, sendo local de religiosidade de muitos. Cabe ressaltar também o papel das árvores daquele local, que, já tombadas, constituem a beleza natural e retêm grande parte da poluição do centro da cidade.

Além de garantirem a singularidade de Itaúna perante outras cidades vizinhas, os artefatos tombados asseguram um aquecimento no setor de turismo, uma vez que diversas pessoas se interessam em conhecer tais locais que remontam a belezas do passado e estão intimamente conectadas ao presente.

Então, percebe-se que o tombamento histórico é algo inevitável uma cidade consciente que preserva suas raízes, assim como a urbanização também o é. A conciliação entre esses dois fatores, como já é feito em diversas cidades, é a melhor opção para o avanço delas. Simples ações, como tombamento de bens que realmente preservem a história e o maciço investimento governamental, para que se tornem também atrativos turísticos, além da sua correta utilização por parte da comunidade, permitirão que a memória de diversos itaunenses seja preservada e a cidade progrida em plenitude.

Professora: Ana Cristina Meneses prado

Escola: E.E. Itaúna- Itaúna (MG)

### **Codificação (NE02) – O oxente e o ok**

Aluna: Joyce Maria Almeida Correia

Com a chegada do complexo industrial e portuário do Pecém, a nossa cidade, São Gonçalo do Amarante, recebe de todo o Brasil e até do exterior. Cada um traz consigo a cultura, o jeito de ser e falar. A mistura de sotaques e o uso de termos “estranhos” já são bem visíveis. O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os moradores acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam. Uma briga em que não há ganhadores, muito menos perdedores.

A língua falada não é estática, imóvel: ela é viva e bem dinâmica. A prova disso é que antes mesmo da colonização já havia variantes da fala do Brasil. Com a chegada dos portugueses, africanos e, posteriormente, outros povos, a variedade da nossa fala passou a ter dimensões nacionais. Por isso, eu penso que a polêmica sobre o certo e o errado acerca de como se deve falar aqui é uma discussão sem fundamento. O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: o linguístico. Ele diz ainda que a confusão se faz entre a língua e a gramática normativa, que não é língua, mas apenas uma descrição parcial dela. E que, se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social. Na minha opinião, a norma-

padrão deve ser ensinada, é uma competência importante para a cidadania, mas não deve dividir as pessoas em dois grupos: os que sabem e os que não sabem falar direito. Julgar uma pessoa pela forma como ela fala é uma atitude insensata.

Estima-se que o número de habitantes da nossa cidade será triplicado em uma década. Isso já é motivo suficiente para que todos compreendam que haverá outras maneiras de dizer, sem que ninguém seja melhor ou pior. Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos Anacés- primeiros habitantes de São Gonçalo do Amarante. As nossas cuias de guabiraba terão de conviver bem com as cuias de chimarrão. “Não troco o meu oxente pelo “ok” de ninguém”, disse o saudoso Ariano Suassuna, defendendo a sua fala regional. Mas ninguém precisa trocar nada. Ninguém precisa, nem deve abrir mão da sua variante linguística. Fazê-lo é hipocrisia, a fala é a história da nossa vida, do nosso tempo e do lugar onde vivemos.

O nosso município é um dos que mais crescem no Brasil, mas não queremos crescer apenas economicamente, não queremos ser um povo vazio de tolerância e de conhecimento no que diz respeito a esse misto de falantes, a essa riqueza imaterial. O nosso oxente é tão e maravilhoso quanto o “ok” de quem vier. Eu não vou deixar de ser eu mesma se alguém me chamar de menina ou guria. Além disso, quando se estigmatiza uma pessoa, prestigia-se outra, originando uma exclusão social.

Diante desse intenso movimento migratório que estamos vivendo, a decisão mais sábia é acatar todo “uai”, “oxente”, “tchê” e por que não o “ok”. Agora, somos todos são-gonçalenses, igualmente brasileiros.

Professora: Tárzia Maria Gomes Martins

Escola: E.E.E. Adelino Cunha Alcântara- São Gonçalo do Amarante (CE)

### **Codificação (S02)– A viagem só de ida**

Aluna: Bárbara Till

“O bom filho à casa torna”, certo? Baseada na realidade do município de Quevedos, é possível afirmar o contrário.

De alguns anos para cá tem-se notado certa anormalidade quando se trata da porcentagem de faixa etária jovem municipal. O que se vê é uma população escassa de jovens entre 19 e 29 anos e um contingente crescente de idosos. Esse é um fato que faz da realidade das cidades interioranas do Rio Grande do Sul, como aponta recente pesquisa do IBGE, que mostra que em 219 municípios rurais do interior do Estado tem havido evasão exponencial da juventude, causando o envelhecimento e estagnação da população.

O que venho abordar aqui é o porquê de isso estar ocorrendo. Por que os jovens de Quevedos não têm voltado a se estabelecer no município no período pós-ensino superior? A resposta para essas perguntas é só uma: uma perspectiva diferente de vida.

O senso comum denota que essa perspectiva diferenciada seria a econômica. Isso, em parte é verdade, pois os jovens de Quevedos têm uma dificuldade grandiosa de voltar a se estabelecer no município como profissionais. A cidade provê, em maior quantidade, a monocultura da soja como estilo de vida. Há outras áreas em que há potencialidade de emprego, saúde e educação; porém, levando em conta a demanda pelo número de habitantes, as possibilidades são praticamente nulas.

Mesmo que a perspectiva de economia melhor seja um argumento válido, nota-se que não é o maior motivo para esse abandono da juventude em relação ao município. A grande realidade é que somos apresentados a uma visão de metrópole, principalmente pela mídia, que a mostra como o estilo de vida e padrão mais desejável da sociedade. A vida frenética e desordenada, em que não se cai na rotina, é um atrativo extremo a um indivíduo que acaba de sair de uma cidade rural.

O que a juventude não tem levado em conta é que há benefícios diversos àqueles que têm a intenção de permanecer aqui. Seriam estes a baixíssima criminalidade, que faz com que a cidade seja daquelas na quais se pode “dormir de portas abertas”. Também é preciso lembrar que o custo de vida é deliberadamente menor que o de cidades com grande população, e os salários daqueles da vida agrícola, algumas vezes é até maior do que muitos empregos de base que geralmente compõem as opções mais disponíveis à maioria que se aventura em grandes metrópoles. E, além de tudo, claro, a nossa pacata cidadezinha também dispõe de menos criminalidade e mais contato com a natureza, mas isso pode não representar grande vantagem para muitos.

O que se pode ver é que esses jovens estão agindo como perfeitas mariposas, sendo atraídos para as luzes dos grandes holofotes e esquecendo que aqui, no lugar onde suas personalidades e mentes foram formadas, a luz das estrelas é que brilha mais forte. É preciso lembra-los de qual dessas luzes ficará brilhando por mais tempo.

Professora: Marcia Braz de Oliveira Galer

Escola: E.E.E. B. Dom Pedro I- Quevedos (RS)

### **Codificação (S03)– Represas: saciam ou afogam vidas?**

Aluna: Laís Suzana Sary

As represas, sejam para construção de usinas hidrelétricas, sejam como reservatórios para o consumo humano, encontram-se em elevado número na paisagem de nosso país graças à grande quantidade de rios desse extenso território. Infelizmente, um desses reservatórios poderá ser construído na bacia hidrográfica do rio Miringuava, em São José dos Pinhais, Paraná.

O projeto inicial dessa obra foi desenvolvido no Primeiro Plano Diretor de Curitiba, na década de 1960, e a partir de então, em decorrência da polêmica gerada, houve muitas modificações até a atual proposta: construir a represa com extensão de 30.000 hectares na Colônia Avencal. Essa área, na zona rural da cidade, foi desbravada pelas famílias polonesas, imigrantes que vieram para o Brasil a partir de 1878 devido ao incentivo do governo, trazendo a rica cultura e o modo de cultivar o solo, e com a convicção de que teriam terras e trabalho garantidos. As colônias foram crescendo através dos laços familiares, mantendo os costumes, a culinária e o amor pela terra. Mas, com a realização dessa obra, “mais de 57 famílias irão ser afetadas diretamente, tendo suas propriedades alagadas, além de 800 famílias que serão afetadas indiretamente, não podemos cultivar a terra”, conforme afirma Jaime Sary, membro da Associação dos Proprietários e Moradores da Bacia do Miringuava.

Estima-se que esse reservatório de água garantiria o abastecimento regular de São José dos Pinhais e Curitiba por quinze anos, mas causaria uma grande redução na produção de hortaliças e leite, pois a área rural da cidade é uma das maiores e mais importantes produtoras da região. Com a Área de Preservação Ambiental (APA) resultante da implementação do projeto, os agricultores não poderão aplicar as mesmas formas de cultivo hoje utilizadas e

tampouco contarão como auxílio de programas de incentivo para que possam migrar para a agricultura orgânica. Então, como única saída, eles teriam que deixar suas terras e buscar novos lugares para viver. Porém, para agravar a situação, as indenizações oferecidas estão muito aquém do valor de mercado e, conseqüentemente, não seria possível comprar uma propriedade equivalente na região. “O valor foi estipulado em 2008 e nós recebemos, se reajustes, em 2013”, declara a moradora afetada Clari Terezinha Klavilhuka. Portanto, além de perderem as terras, eles irão também perder a principal fonte de renda.

Outro fator de grande importância são as extensas áreas de vegetação que serão perdidas. A Mata Atlântica tem um significativo domínio na área de alagamento prevista. Como principal exemplo desse bioma, temos a *Araucaria angustifolia*, árvore símbolo do Paraná, que está na lista de espécies ameaçadas de extinção. De acordo com União Internacional para a Conservação da natureza, a árvore já perdeu 97% de sua área original, que cobria aproximadamente 200.000 quilômetros quadrados. Além de ser uma espécie sensível, no inverno ela produz semente, o pinhão, e este é um dos poucos alimentos para animais silvestres de várias espécies, como também complemento da renda de muitas famílias.

Também não se podem desconsiderar as conseqüências da alteração do fluxo natural de um curso de água. A transformação de qualquer rio para um meio lântico causa muitos impactos, como a perda do equilíbrio climático, mudanças na fauna, interrompendo a migração de peixes, ou até causando a morte deles e motivando o deslocamento de inúmeras espécies de animais terrestres.

Desse modo, a construção de uma represa não é o ideal para esse contexto, visto o número de danos causados ao meio ambiente e às pessoas. Uma forma alternativa de abastecimento poderia ser o uso das águas subterrâneas, que somam 22,4% de toda a água doce do planeta. Como o Brasil possui 70% da área do Aquífero Guarani, o maior manancial de água doce subterrânea do mundo, este poderia ser explorado de forma consciente para abastecer a população, como já é feito, por exemplo, na cidade de Ibiporã, Paraná. Afinal, precisamos aplicar a sustentabilidade, o que implica bem-estar social e ambiental, respeito ao ser humano e conservação da fauna e flora nativas.

Professor: Vinícius Moreli Tavares

Escola: C.E.E.F.M. Colônia Murici- São José dos Pinhais (PR)

### **Codificação (SE03)– Itaoca Offshore: progresso *versus* impacto ambiental**

Aluna: Letícia Barboza Marvila

Moro em Itapemirim, um município localizado no sul do Estado do Espírito Santo, Há alguns anos, seus moradores tinham apenas como principal fonte de renda a pesca e a usina de cana-de-açúcar, mas notícia da chegada da Itaoca Offshore (empresa que presta apoio logístico à exploração de petróleo e gás no Brasil) tem criado muitas controvérsias. Ela irá proporcionar benefícios, principalmente quanto à geração de empregos, e atrair novos investimentos; entretanto, muitos moradores se preocupam com as modificações das vias de acesso e os impactos ambientais que poderão ocorrer.

O município á sofre as consequências, pois quiosques próximos à obra já estão sendo destruídos, cabendo aos donos uma singela indenização. Mas a causa de grande preocupação são três nascentes localizadas justamente onde será construída uma das rodovias de apoio à área portuária da Gamboa. Todos os dias, moradores e turistas vão à fonte que é abastecida pelas nascentes a fim de encher galões de água para o consumo próprio. O morador Celino Bento, de 89 anos, afirmou que mora na região desde os 28 anos, viu sua geração bebendo dessa fonte e agora teme que tudo possa acabar. Os moradores esperam que seja feito um desvio para a construção do asfalto a fim de preservar as nascentes.

A pesca, não só da região como de todo o litoral capixaba, corre o risco de ser afetada por causa da dragagem durante a obra. No passado a empresa Samarco Mineradora fez uma grande dragagem no porto de Ubu e, mesmo com várias famílias de pescadores sendo indenizadas durante os meses que durou a obra, robalos e lagostas, que eram pescados com frequência em áreas próximas, simplesmente desapareceram. Os moradores não descartam que isso possa ocorrer com a chegada da Itaoca Offshore.

Por outro lado, serão investidos 450 milhões de reais no projeto, gerando 500 postos de trabalho durante a construção e 1.000 depois que entrar em funcionamento, trazendo assim uma nova fonte de renda e garantindo aos moradores qualificação de mão de obra. De acordo com Bruno Bendinelle, diretor da Itaoca Offshore, trata-se de uma região estratégica, próximo das duas maiores bacias petrolíferas do Brasil, responsáveis por mais de 95% das reservas provadas do país. Ele ainda afirma que até 2020 a produção de óleo e gás



dobrará seu valor “A cidade está precisando de emprego. Fora a pesca, emprego aqui é ruim”, diz o pescador Ricardo Feiras.

Penso que, com a obra, a tendência será mudar toda a dinâmica e rotina dos moradores da região, por isso é necessário um estudo criterioso dos impactos na vida da população. Com a perda dos quiosques, muitos “quiosqueiros” irão reconstruir sua fonte de sustento depois da mudança da via. Em minha opinião, esse tempo poderia ser investido em qualificação, não apenas para os donos dos quiosques, mas para toda a população. Afinal, com a chegada de uma empresa de grande porte, é necessário mão de obra qualificada, e, a meu ver, deve-se investir na própria população, sem a necessidade de contratação de trabalhadores de outros Estados.

Além disso, a saída viável para que não possam ocorrer os impactos ambientais consistirá na busca de novas alternativas de monitorar as áreas que serão afetadas, contratando equipes ou mesmo projetos que possam acompanhar principalmente a água, a fim de evitar que ela seja poluída, o que contribui para preservar também a vida marinha. Enfim, tenho plena convicção de que muitos benefícios serão trazidos para o Estado e de que, futuramente, nós, jovens, precisaremos de uma empresa desse porte para nos estabilizarmos financeiramente. Porém, é necessário que o progresso e o meio ambiente caminhem juntos, pois pensar em futuro é ter um olhar voltado para as questões ambientais; afinal, “se não for sustentável, não há futuro”. Agindo de forma consciente e preventiva, será possível que meio ambiente e progresso caminhem lado a lado rumo ao desenvolvimento do meu município, Estado e país.

Professora: Angelica Estevão da Silva

Escola: E.E.E.F.M. Washington Pinheiro Meirelles- Itapemirim (ES)

## **Codificação (CO01)– Nem tão doce quanto parece**

Aluna: Jaqueline Ferreira da Silva

A pacata cidade de Goianésia, situada no Vale do São Patrício, é carinhosamente chamada de “Princesinha do Vale”, por ser considerado um lugar jovem, bonito e organizado. O setor primário é o motor da economia, pois além da produção de leite, milho, sorgo e seringueira, destaca-se na atividade canavieira. A cana-de-açúcar é o nosso ouro verde e gera emprego e renda para a população. Entretanto, visando aumentar a produção, os empresários do setor sucroalcooleiro investem cada vez mais na mecanização. Essa é a causa de grandes transtornos para os goianesienses. O assunto é alvo de tensas polêmicas, pois os prós e os contras são muito polarizados.

Como consequência do processo inovador, as máquinas substituem as mãos calejadas dos trabalhadores braçais, tornando o doce da cana um amargo fel para as suas vidas. Acredito que isso não deve acontecer, uma vez que é a jornada desses labutadores, em meio aos quilométricos canaviais, que garantem o “doce açúcar” de cada dia.

A oferta de serviços para os “boias-frias” diminuiu consideravelmente, por isso aqueles que permanecem no emprego, geralmente com baixa ou sem nenhuma escolaridade, se sujeitam a qualquer condição de trabalho. Por pior que seja, não podem perder o pouco que ganham. É evidente a desvalorização destes profissionais, que ficam escondidos entre os “jussás” da cana.

Um rurícola que trabalha há mais de 26 anos em uma indústria local alega que seu salário, assim como o de seus colegas, caiu drasticamente nos últimos anos. Segundo ele, os trabalhadores com menos tempo de serviço são os primeiros da lista de demissão; já aqueles que estão na firma há longo período são pressionados a pedirem as contas. Essa é uma política que reduz os custos para a empresa, mas é simplesmente vergonhosa e lastimável.

Cabe ressaltar que o desemprego que se alastrou por Goianésia, em decorrência desse processo, gerou um surto de vendedores ambulantes, os mascates. Eles estão à mercê do trabalho informal; logo, se encontram desprotegidos e desamparados pela legislação trabalhista.

A mecanização é estimulada por lei, pois reduz as incinerações, uma vez que as máquinas fazem a colheita sem a necessidade de queimar os canaviais. Os donos das empresas utilizam-se desse artifício de sustentabilidade ambiental a fim de justificar a demissão dos boias-frias. E o sangue e suor dão derramados durante anos por esses guerreiros entre as canas não conta? É possível preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo zelar pelo ofício desses colaboradores; portanto, uma desculpa como essa é ridícula.

Uma solução viável seria adaptá-lo para a colheita da cana “crua”, que, por ser mais dificultosa, requer melhor remuneração. De acordo com o meu professor de biologia, Victor Sá, essa modalidade de corte também é lucrativa para a empresa. Ele acrescenta que as queimadas só servem para aumentar o desempenho de cada trabalhador, serventia que se torna insignificante se comparada aos impactos gerados.

Outra questão levantada pelos donos das empresas é que o lucro gerado pela mão de obra dos boias-frias é bem menor que o proporcionado pela mecanização, pois, segundo dados da edição nº 88, da revista *Dinheiro rural*, uma máquina faz o trabalho de até 100 rurícolas. Concordo plenamente com eles, mas isso não é justificativa para demiti-los, já que necessitam desse árduo trabalho para sobreviverem. Quero que meu grito represente o choro desses batalhadores reprimidos pela opressão dos gerentes do agronegócio. Portanto, lanço minha voz em prol dessa causa nobre, pois tenho sede de mudança.

O correto seria investir em projetos de capacitação profissional, para que os boias-frias possam ser admitidos em outros cargos e trabalhem em melhores condições. É importante priorizar o bem-estar do trabalhador-estudante, visto que as duas profissões acarretam um grande desgaste físico-mental.

Nesse âmbito, medidas como reduzir a jornada de trabalho, bonificação salarial, folgas em dias de avaliações, entre outras, seriam eficazes. Com essa ascensão profissional, tanto os rurícolas quanto os empresários tendem a ganhar. Sem demissões, sem prejuízos para as empresas e sem maiores ou tantos danos ao meio ambiente, todos nós poderemos saborear sem culpa a doçura desse açúcar que “alimenta” a economia de minha cidade.

Professora: Patrícia Nara da Fonseca

Escola: C.E. Jalles Machado- Goianésia (GO)

### **Codificação (NE03)– Entre sabores e dissabores**

Aluna: Camila Gomes Conceição

Sou moradora da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”. Entretanto, na contramão do indiscutível sabor encontra-se um problema que pode ameaçar o nosso produto de firmar-se como referência nacional: a falta de higienização das casas de farinha.

No ano de 2011, a Universidade Federal do Estado (UFBA), a fim de contribuir para a Iniciação Geográfica (IG) desse produto agrícola, iniciou na região, juntamente com alguns parceiros, um projeto do qual eu fiz parte como de Iniciação Tecnológica (IT), tendo a função de colaborar para o mapeamento de informações acerca do processo de produção da farinha.

À medida que as pesquisas avançavam, foi possível constatar a negligência com a higiene durante a fabricação do produto, em decorrência de fatores como: a estrutura das casas de farinha não impede a circulação de animais durante a raspagem, moenda e torrefação da mandioca; no geral, as raízes não são lavadas; os trabalhadores não usam camisas, luvas, toucas ou máscaras, facilitando o contágio do produto com bactérias e vírus; sem contar que, na maioria dos casos, os locais para o armazenamento após a torragem da farinha são inadequados.

Quando questionados a respeito dos problemas supracitados, os donos de casas de farinha alegaram não ter condições de melhorar esses aspectos diante da falta de recursos financeiros para as reformas necessárias e do excessivo calor, que dificulta sobremaneira o uso de vestimentas e acessórios apropriados.

Compreendo as dificuldades dos produtores; todavia, como atribuir o selo IG a um produto que está em desacordo com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)? E ainda: onde fica o zelo pela saúde do consumidor?

Segundo o nutricionista Ícaro Cazumbá (também membro da equipe de pesquisa), embora haja ressalvas no que se refere aos métodos de produção da farinha, essa não é a questão mais preocupante- em virtude de a alta temperatura do forno eliminar toda impureza-

mas a sua conservação até chegar à mesa do consumidor. Diante de tantos fatores negativos, preferi não arriscar e aboli a farinha do meu cardápio.

Que fique claro eu não estou fazendo nenhuma campanha contra a nossa farinha, apenas defendo o direito do consumidor à informação acerca do produto que irá comprar. Espero um dia voltar a me deliciar com a saborosa iguaria da minha terra; antes, porém, preciso sentir-me segura de que as condições mínimas de higiene estão sendo respeitadas.

Como cidadã nazarena e apaixonada por esta terra cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade excelência.

Professora: Márcia Jesus de Almeida

Escola: E.E. Governador Luiz Viana Filho- Nazaré (BA)

#### **Codificação (SE04)– Eu voto “sim”**

Aluna: Tayná Alícia Lourenço

Campinas é um município de São Paulo de cerca 1.100.000 habitantes, de acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). A cidade foi fundada em 1774 e sua atividade econômica está no setor terciário e abriga também mais de 10.000 empresas de médio e grande portes, muitas das quais estão entre as 1.000 maiores e melhores do país segundo a revista *Exame*. Apesar de ser motivo de orgulho para os campineiros, nem todos estão plenamente satisfeitos com a cidade. Temos quatro distritos: Souzas, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Barão Geraldo, neste último localiza-se a entrada do *campus* de uma das melhores universidades e hospitais do Brasil, Unicamp.

Entretanto, se o desejo de progredir prevalecer, não serão quatro distritos por muito tempo, pois os moradores de Campinas votarão em um plebiscito para decidir sobre a criação de dois novos. Campo Grande e Ouro Verde são os nomes das regiões que farão parte

da pesquisa. Juntas, elas abrigam cerca de 400.000 habitantes, distribuídos em 230 bairros, e só de escolas são 82, com 27.000 alunos. Mas isso não quer dizer que a situação seja ótima. Pelo contrário, eles sofrem com problemas de falta de acesso a direitos básicos, como saúde e educação satisfatórias, e também deficiências sérias com o transporte e atendimento público. Os moradores acreditam que com a descentralização do poder municipal tempos melhores virão.

Enquanto os brasileiros estarão votando no dia 5 de outubro para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual, os campineiros estarão também decidindo sobre a criação dos distritos. De acordo com as regras definidas pela Justiça Eleitoral, vereadores poderiam criar frentes favoráveis e contrárias sobre a questão, porém formou-se apenas uma frente única favorável.

Por que os vereadores que se opõem à ideia aceitaram essa frente única? Para mim, resposta é óbvia. Se eles se opusessem, estariam sujeitos a não receberem votos em uma próxima eleição; afinal, as duas regiões, devido ao número de eleitores, têm grande força política. Isso é muito negativo, pois a criação de uma frente contra traria à tona um debate em que os vereadores esclareceriam os pontos positivos e negativos da proposta, ajudando o eleitor a votar conscientemente.

“Nós somos 50% da população de Campinas e a distribuição de recursos, infelizmente, não acompanha essa proporção. O distrito seria um primeiro passo para começarmos a batalhar por melhorias nas duas regiões”, afirmou o vice-presidente do Conselho Regional de Associações de Moradores do Campo Grande, Issac Martins da Silva. Diante disso, acredito que a voz da população deve ser ouvida e atendida, pois se ele, sendo a voz da população que lá vive, acredita que com a criação terão melhorias, por que não nós que estamos de fora não acreditamos também e votamos “sim”? Embora haja quem pense que isso pode gerar prejuízo para a cidade, pois, com a construção da subprefeitura, novos funcionários serão contratados, ou seja, mais dinheiro do povo será gasto com a infraestrutura necessária.

Sou plenamente a favor da criação dos distritos de Campo Grande e Ouro Verde. Acredito que, com a criação das subprefeituras, grande parte das necessidades serão atendidas e muitos problemas serão resolvidos com maior agilidade. Além do mais, bairros que hoje são tidos como perigosos e abandonados se tornarão, amanhã, exemplos de locais melhores para se viver. As pessoas que votarem a favor verão que foi o correto, porque é nossa obrigação

saber a situação da cidade e ajudá-la com o que estiver ao nosso alcance para podermos evoluir. E essa é uma excelente oportunidade de mostrar que estamos caminhando para a evolução do lugar onde vivemos.

Professor: Gilberto Freire de Souza

Escola: E.E. Professor Milton de Tolosa- Campinas (SP)

### **Codificação (SE05) –(Re) criar ou abandonar?**

Aluna: Ana Amália Rodrigues Luna

O grafiteiro Anderson Ferreira Lemes, mais conhecido como Alemão, grafitou a fachada da Estação Ferroviária de Assis. Algumas pessoas reclamaram e outras elogiaram a arte. A questão gerou muita polêmica e foi parar no Ministério Público, além de se tornar notícia na TV TEM (emissora regional, afiliada à rede Globo).

O artista acredita que seu trabalho poderá chamar a atenção das pessoas para algo que foi abandonado e perdido no tempo. O que é extremamente importante, pois ninguém olhava para o prédio com os olhos de pessoas encantadas e interessadas pela história da estação, há tanto tempo abandonada, com os mesmo olhos que a veem agora, com grafite.

Considerando um prédio significativo para Assis, Por ter feito parte do crescimento e da desenvolvimento da cidade, quando a vida cultural e econômica girava em torno da estação e da estrada de ferro, o espaço está se deteriorando cada vez mais.

Segundo Elisabeth Gelli, representante do conselho curador da Fundação Assiense de Cultura (FAC), “O Alemão tem uma gabarito para fazer uma obra como essa, é reconhecido mundialmente.” Suas obras já foram expostas no Museu do Louvre, em Paris, além de participar de exposições na Alemanha e na Itália. Com isso, podemos perceber que não se trata de qualquer pichação, mas sim de uma obra de arte, feita com grafite.

Há ainda aqueles que se recusam a aceitar o grafite na estação. Além de não terem gostado das cores usadas, para eles a pintura descaracterizou o prédio. Para o arquiteto César

Abreu, “o material aplicado foi passado por cima de uma superfície já deteriorada, tudo terá que ser novamente restaurado”. Isso, no entanto, tem solução: a arte foi feita exclusivamente para dar foco à estação. Quando a estrada de ferro foi privatizada, grande parte do patrimônio da antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) ficou abandonada, assando a servir como beco, onde usuários de drogas se escondem.

Agora a arte colocou a estação em foco. Se o poder público tomar a iniciativa de fazer reforma e tomar o lugar, como deve ser feito, é só apagar o grafite e efetuar a restauração. Assim como o Alemão cita na entrevista à TV TEM, foi necessário o grafite no prédio para que as pessoas o percebessem, mesmo que isso tenha ocorrido por meio das críticas feitas à arte.

Portanto, tenho certeza de que o grafite na abandonada estação ferroviária, tão importante para o desenvolvimento da cidade de Assis, além de transformá-la em ponto de referência regional do Vale do Paranapanema, vai chamar a atenção para a sua importância histórica. A estação, que trouxe imigrantes italianos, libaneses e alemães para Assis e ajudou a elevar a localidade à condição de município, tornou-se uma grande obra de arte a céu aberto. Além de ter sido uma brilhante ideia para chamar a atenção das autoridades públicas, ganhamos um atrativo turístico para a cidade, assim como o Beco do Batman em São Paulo e tantos outros lugares grafitados pelo mundo.

Professora: Telma Aparecida Luciano Alves

Escola: E.E. Professora Leny Barros da Silva- Assis (SP)

#### **Codificação (NE04) –Que rufem os tambores, não os tratores!**

Aluno: Carlos Iury Holanda da Silva

Enquanto na antiga Grécia as praças eram lugares onde as grandes decisões eram tomadas- as famosas ágoras-, em Fortaleza é em gabinetes fechados que se decide o destino da Praça Portugal, cartão-postal de nossa cidade.

A substituição da praça por um cruzamento está previsto do Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito (Paitt), apresentado pela prefeitura de Fortaleza. Já na



primeira intervenção feita em nome do Paitt, mais de duzentas árvores os canteiros centrais das avenidas Dom Luiz e Santos Dumont foram removidas, sob o argumento de que a eliminação dos canteiros irá melhorar a fluidez do tráfego naquela região. A cidade, que já assistiu a alguns descasos relacionados à preservação do patrimônio histórico e cultural, entre eles a paulatina substituição dos casarões da Avenida Santos Dumont por modernos prédios comerciais, inquieta-se. Agora é a vez de a Praça deixar de existir. Na tentativa de impedir que isso aconteça, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entrou com um pedido de tombamento da praça como patrimônio municipal, o qual foi prontamente negado pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic), numa clara demonstração de contradição às suas principais funções: preservação e manutenção da cultura e da história da cidade. O projeto também é criticado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Contudo, as pessoas que veem a praça apenas como uma rotatória concordam que ela deixe de existir para dar lugar a um cruzamento. Modelos de rotatórias semelhantes à da Praça Portugal são facilmente encontrados em países do Primeiro Mundo. Podemos citar o Arco do Triunfo, em Paris, e a Praça de Tetuan, em Barcelona, o que torna inaceitável a tese de que a Praça Portugal é um impasse ao trânsito de Fortaleza.

Sabemos que enfrentar o trânsito em nossa cidade é um verdadeiro teste de paciência. Em horário de pico, fileiras de carros, motos e transportes coletivos se formam pelas principais ruas da cidade, e chegar ao destino desejado virou um desafio. Não acredito que sacrificar a praça seja a única forma de solucionar esse problema, mesmo porque a construção de túneis também foi cogitada e, certamente, evitaria toda essa polêmica. Para o ambientalista José Sales, não é a praça que influencia o trânsito, mas uma série de fatores, como a falta de fiscalização e os estacionamentos irregulares.

O juiz Manoel de Jesus da Silva Rosa concedeu liminar impedindo que a prefeitura inicie as intervenções na Praça Portugal; entretanto, o prefeito já anunciou o início das obras para a primeira quinzena de setembro. É preocupante perceber que ainda há grandes chances de esse projeto seguir adiante.

Demolir praças, derrubar árvores... será mesmo a solução? Assim como o pedestre deve vir antes do carro e o trânsito público antes do privado, os espaços públicos devem ir antes de obras de trânsito. Sou contra intervenções que atropelem memória de uma cidade em nome do moderno, do novo. Dessa forma, precisamos exigir uma ampla discussão a respeito das ações que estão sendo implementadas na atual administração municipal.

Assim, pensar, discutir e debater o futuro da cidade é necessário. Não podemos permitir que gestores temporários, em nome da modalidade urbana e do “desenvolvimento”, apaguem a memória da cidade. Não podemos fechar os olhos ao que acontece ao nosso redor sob pena de, na calada da noite, sermos acordados pelo “rufar” dos tratores a derrubar a praça e de nos lembrar que, em um dia não muito distante, já amanhecemos sem as árvores. Que a sexagenária Praça Portugal possa permanecer no coração do bairro Aldeota, com sua simbologia, sua beleza, sua história.

Professora: Maria Helena Mesquita Martins

Escola: E.E.F.M. Renato Braga- Fortaleza (CE)

### **Codificação (NE05)–Há lagoas?**

Aluno: Pedro Henrique Santos Barros Araújo

Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara formam uma trinca difícil de bater. Por consequência disso o maior patrimônio de nossa cidade a lagoa Mundaú (o nome certo é laguna já que a mesma tem ligação com o mar) é a cada dia mais vilipendiada pela população e governo maceioense que subestima seu potencial turístico e econômico. Como fomos deixar o lugar que, segundo estudo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), já foi o hectare mais rico em proteína animal do planeta, mal conseguir sustentar famílias de pescadores que ainda dependem dela?

Após um estudo realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pesquisadores chegaram à conclusão que no decorrer dos próximos cem anos, a Mundaú deixará de ser habitada por peixes moluscos e crustáceos e passará a abrigar pequenos répteis e espécies de aves, pois com o contínuo depósito de sedimentos em seu leito o corpo d’água se tornará um pântano. O principal causador da aceleração desse processo que é natural, é o homem. O desmatamento das matas ciliares da bacia hidrográfica do principal afluente (e que dá nome à laguna)- o rio Mundáu- é de total responsabilidade das cidades e fazendas ribeirinhas que põem abaixo essa barreira natural de sedimentos, e que ajuda também a conter enchentes como as do ano de 2010 que arrasaram toda essa região deixando milhares de desalojados e cerca de vinte e quatro mortos. Mesmo com o perigo constante de a tragédia se

repetir, os moradores dos municípios ribeirinhos se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.

Com cerca de vinte e sete quilômetros quadrados de extensão a laguna Mundaú banha vários municípios, inclusive o de Maceió onde nove bairros a margeiam. Cresci num desses bairros, o bairro histórico de Bebedouro. Desde pequeno sempre ouvi minha família falar na decadência da produção de peixes e principalmente de sururu, molusco extremamente vinculado á identidade do alagoano e que antigamente era retirado em abundância de suas águas. Tal molusco precisa de certo nível de salinidade da água para poder se desenvolver, porém a água da laguna, que é naturalmente salobra, está ficando cada vez mais doce devido a obstrução de seus canais por causa do assoreamento, que impede assim a ligação dela com o mar. Além disso, existe outro fator para a diminuição da qualidade da água e consequentemente a queda na produção de peixes, crustáceos e moluscos, a poluição, tendo em vista que as cidades que margeiam tanto a lagoa quanto o rio Mundaú não estão 100% cobertas pela rede de coleta e tratamento de esgoto e uma quantidade considerável desses dejetos é despejada diretamente no próprio rio e consequentemente vão parar na laguna, agravando ainda mais a sua situação, que além disso, ainda recebe esgoto de Maceió e cidades vizinhas.

O Governo Estadual adota medidas de cunho emergencial. Entretanto, a dragagem feita nos canais não passa de uma medida de efeito temporário. Uma alternativa viável para sanar por completo esse problema, seria a constante dragagem de toda a lagoa em conjunto com a retirada dos ribeirinhos das áreas de várzea, para proporcionar o reflorestamento das matas ciliares do rio Mundaú. Infelizmente a falta de vontade política é o maior entrave para que isso aconteça tendo em vista que o nosso Estado é dominado política e economicamente por usineiros e fazendeiros, que seriam os principais maleficiados se o reflorestamento viesse a acontecer já que perderiam milhares de hectares de plantio da cana e pasto, para as novas matas.

Promover o reflorestamento e a conscientização da população e do governo quanto à poluição, é de suma importância para manutenção da vida desse complexo estuário que é um dos mais importantes do país, porém com o resultado da eleições apontando o filho de um representante da elite como o próximo governador do Estado, minha esperança de um

dia ver a lagoa Mundaú que meus avós me falavam se esvai como as águas corriam para o mar.

Professora: Silvaneide Mendonça dos Santos

Escola: E.E. Rosalvo Ribeiro- Maceió (AL)

### **Codificação (SE06)–Terra de fartura**

Aluna: Eduarda Facina

Estima-se que entre 1870 e 1920 em torno de 1,5 milhão de italianos emigraram para diversas cidades do Brasil. Cândido Mota, uma cidade interiorana do Estado de São Paulo, foi um dos destinos desses emigrantes, o que possibilitou o desenvolvimento da agricultura, tornou-se esteio da economia e a principal fonte de renda e empregos da região.

Desde então alguns temas que envolvem a agricultura, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, preocupa não só ambientalistas, mas também agricultores. Alguns grupos de opositores manifestam suas ideias nos meios de comunicação, como, por exemplo, nas redes sociais e em *sites*.

Em uma dessas manifestações, durante uma entrevista publicada no *site* [www.viomundo.com.br](http://www.viomundo.com.br), a professora e pesquisadora Raquel Rigotto, do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, contesta o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil e diz que “o uso de agrotóxico não significa produção de alimentos, significa concentração de terra, contaminação do meio ambiente e do ser humano”, e prevê que para a população restará a “herança maldita” do agronegócio: doenças e terra degradada.

No entanto, nem todos concordam com esse pensamento. O que pensam os profissionais da área agrícola?

Meu pai, o agricultor José Carlos Facina, descendente dos imigrantes italianos, é contrário às ideias apresentadas anteriormente. Ele afirma que nos dias atuais uma produção agrícola em larga escala sem agrotóxicos é utópica e que a adoção do sistema de plantio direto e o desenvolvimento das sementes transgênicas foram um grande passo para diminuir o uso

dos agrotóxicos, porém sem eles seria praticamente impossível as grandes produções, necessárias para alimentar a população mundial, que se encontra em processo de crescimento acelerado, já que os transgênicos não produzem tanto quanto as sementes convencionais. Conforme previsão dos cientistas, em 2050 essa população poderá atingir cerca de 9,6 bilhões de pessoas.

Mas como suprir a demanda alimentícia sem prejudicar os proprietários e a população?

Não se trata de um problema fácil de resolver, mas é indiscutível a necessidade de buscar alternativas a médio e longo prazo, pois não é possível que, com o avanço da tecnologia e das descobertas científicas, o homem ainda não sabe resolver a questão da fome de maneira sustentável e ecologicamente correta. Enquanto isso não ocorrer, sou adepta do uso controlado de fungicidas, inseticidas, herbicidas, entre outros defensivos. Por ser filha de agricultor, sei da importância dessa medida de proteção para os plantios, que geram sustento para a família desses trabalhadores e de muitos outros.

Como o ministro da Agricultura Neri Geller disse, “se banirmos os agrotóxicos, vamos, simplesmente, banir a agricultura”. Devemos, então, ter um cuidado redobrado com os defensivos agrícolas e não bani-los como uma maneira drástica de melhorar a vida humana, pois a agricultura sem eles seria como a medicina sem os medicamentos, ouse já, não seria possível acabar com as pragas e doenças existentes.

É preciso que haja bom senso de todos os envolvidos de todos nessa questão e que busquemos resolver os problemas que afligem a população, para que Cândido Mota continue sendo cantada como nos conhecidos versos da dupla sertaneja Jacó e Jacozinho, que não ficou indiferente diante da riqueza desta terra vermelha e fértil: “Terra de fartura, campeã do estado em agricultura”.

Professora: Marta Aparecida de Castro

Escola: E. T. E. Professor Luiz Pires Barbosa- Cândido Mota (SP)

## **Codificação (NE06)–O progresso pelo progresso e a destruição da memória do povo**

Aluno: Gustavo Ítalo Freire Martins

Ficamos muito felizes, nos últimos anos, com os avanços que vêm ocorrendo em nossa cidade. No interior do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros cresce num ritmo gradual e progressivo, crescimento que toma forma nas obras espalhadas ao redor da cidade, que se apresentam onde antes não havia nada e em outras que estão sendo erguidas sobre construções públicas antigas. Contudo, é importante entender que esses locais mais antigos são fruto da construção histórica e cultural do nosso povo e, como tal, não devem ser esquecidos em prol do progresso utilitário.

De acordo com o art. 1º do decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, constitui patrimônio histórico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, devido ao seu valor histórico. Assim, só se configura como patrimônio aquilo que vale a pena ser preservado, ou seja, aquilo que é tombado. Entretanto, acredito que praças e construções arquitetônicas que não foram reconhecidas através do tombamento são igualmente importantes para a preservação da memória, por serem locais de interação entre pessoas e produção histórica.

Recentemente, a famosa “praça do N”, que costumava abrigar casais enamorados, e onde “todo mundo tinha uma história”, foi derrubada para dar espaço à construção de uma nova, num modelo que existe em todos os bairros do município: praça com academia comunitária. É importante que existam locais assim para o povo; todavia, transformar uma construção antiga sem atentar-se para permanências de caráter memorial é negar tudo aquilo que já aconteceu lá, contribuindo para a criação de uma cidade sem identidade, sem símbolos da história do povo.

A historiadora Maria Estella Bresciani nos diz que “a cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais”. Isso significa que a cidade é um operador de memorização, porque, a partir do contato e da convivência entre as pessoas, criam-se laços e relações que se refletem na própria estrutura dela: suas construções públicas e privadas, seus bairros e suas áreas de socialização. Progressistas mais ferrenhos dizem que esses locais “obsoletos” devem ser substituídos por

outros mais modernos e que a praça já havia se tornado um local perigoso de práticas ilícitas. Porém, nenhuma prática ilícita sobrevive a uma boa e certa política de segurança.

O que torna o problema ainda mais preocupante é que a “Praça do N” não foi a primeira vítima do progresso, e aparentemente não será a última. O antigo Ginásio de Esportes, palco de vários campeonatos poliesportivos durante muitos anos, foi demolido sem substituição, sob o pretexto de que estava condenado. Ora, se o ginásio estava condenado, seria pertinente a construção de outro, no mesmo lugar e com o mesmo nome. Também a igreja matriz da cidade estava com o forro condenado e ameaçava desabar, mas o trabalho dos engenheiros recuperou-a preservando sua arquitetura.

Temos como outro exemplo a antiga Praça da Matriz, construída em 1972, que servia como ponto de encontro da população e tinha um palanque com a inscrição “A praça é do povo como o céu é do condor”, de Castro Alves. Lá eram realizados comícios e discursos de sindicalistas, trabalho de um prefeito abertamente opositor ao regime militar e que foi destruído, cedendo espaço a uma nova, completamente diferente.

Piorando essa situação, surgiu um projeto que pretende reformar o antigo mercado Público, um dos pontos mais movimentados de Pau dos ferros no século passado, para transformá-lo num *shopping* popular sem respeitar características históricas, como a fachada arquitetônica do lugar. Essa construção beneficiaria, e muito, a nossa comunidade, mas deve ser feita pensando naqueles que ajudaram a construir nossa cidade e gerar todo esse progresso, perpetuando suas histórias.

Por fim, não sou antiprogressista; pelo contrário, acredito que é possível construirmos juntos um Pau dos Ferros bela, segura, cheia de histórias do povo e de sentimentos expressos em construções, monumentos e fachadas que lembrem nossas lutas e que nos falem sobre aqueles que nos antecederam; afinal, ainda citando Bresciani, “a cidade fala e solicita nossa afetividade.”

Professor: Evandro Gonçalves Leite

Escola: I. F.E. C.T. do Rio Grande do Norte- Campus Pau dos Ferros- Pau dos Ferros  
(RN)

## **Codificação (SE07)–A polêmica das galinhas**

Aluna: Fernanda Maria Cintra

O lugar onde eu vivo ultimamente ganhou destaque nacional ao proibir a criação de galinhas e outras espécies de aves no perímetro urbano da cidade.

A vigilância sanitária do município divulgou comunicado a todas as famílias de Muzambinho informando sobre a proibição legal da criação de galinhas em seus quintais, seja para vender, seja para consumo próprio, notícia que acabou causando certa rejeição e espanto aos moradores.

As famílias terão um prazo de 90 dias para as aves dos quintais e levá-las para outro local que não seja dentro da zona urbana da cidade. O não cumprimento dessa lei por parte dos proprietários de aves lhes acarretará multas no valor de 120 reais.

O sr. Hélio Neto, chefe do setor de vigilância sanitária do município, esclareceu que a proibição não foi iniciativa desse órgão, mas ocorre em cumprimento à legislação. Além disso, diariamente eles recebem denúncias e cobranças a esse respeito. Segundo o profissional, mesmo diante do trabalho de orientação por parte da vigilância aos criadores de aves, a criação de galinhas gera situações complexas e indesejáveis.

O cheiro forte da ração é um fator de proliferação de moscas, risco à saúde dos proprietários dos animais e aos vizinhos.

Houve diante do fato opiniões diversas. Moradores se manifestaram de diferentes formas.

Alguns reclamaram da grande quantidade de cães soltos pelas ruas, situação que também gera outros problemas. Outros consideraram a proibição absurda. Uma moradora concordou com a necessidade de providência; porém, pensa que outras questões dentro do município merecem maior preocupação, como o esgoto a céu aberto na cidade, opinião com a qual concordo plenamente: com certeza, há assuntos realmente mais plausíveis e importantes a serem tratados com mais urgência.

Em depoimento ao jornal da cidade, um vereador do município manifestou entendimento de que a proibição não deve ser para todos. Entende que apenas os casos que



geram problemas devem ser fiscalizados e cobrados pela vigilância sanitária. Esclareceu o prefeito que providências são necessárias mediante denúncia e cobranças a respeito disso.

Entendo que os criadores de galinhas de nossa cidade deveriam ser respeitados. Essa prática já faz parte da vida deles. É um costume de muitas cidades do interior do Brasil, um fator cultural de muitas pessoas de pequenas cidades.

Faço a leitura de que a vigilância sanitária e algum órgão competente deveriam orientar e fiscalizar esses criadores de galinhas quanto à saúde e manejo delas e higienização do local, uma vez que as galinhas, de certa forma, ajudam na limpeza dos quintais, combatem insetos e até mesmo escorpiões.

Assim sendo, a polêmica da proibição de galinhas em Muzambinho atravessou limites. Modificou o cenário da pacata cidade. A cidade ganhou manchetes em vários programas e jornais de televisão, como *Globo Rural*, *EPTV*, *Fantástico*, entre outros.

Professora: Odilma Aparecida Gonçalves Couto

Escola: E. E. Professor Salatiel de Almeida- Muzambinho (MG)

### **Codificação (NE07)–A pedra que não canta mais**

Aluna: Iara Maria Fonseca da Silva

O pai de “Chicó” e “João Grilo”, o nordestino “cabra da peste”, Ariano Suassuna, sempre fez questão de alertar nosso povo para se orgulhar, preservar e propagar a riqueza da cultura popular brasileira. Porém, no lugar onde vivo, a cultura parece sucumbir ao descaso e ao abandono.

Itamaracá é uma pequena e encantadora ilha do litoral norte de Pernambuco. Os índios a chamaram de “pedra que canta” devido ao som produzido pelo encontro das águas do mar com as pedras. Foi a menina dos olhos do saudoso cantor Reginaldo Rossi e é o reino da pedra preciosa que canta ciranda, a rainha Lia. Embora sejam parte da cultura da ilha, Lia e as rodas de ciranda têm sido cada vez mais raras em festas da cidade. Esse fato tem gerado muitas divergências de opinião entre os nativos do lugar.

Os mais antigos não se cansam de contar histórias sobre os anos de ouro da ciranda e seus festivais que atraíam multidões para a praia de Itamaracá.

Segundo dona Maria, representante do grupo da terceira idade, a cultura de Lia faz parte do tesouro da ilha e não pode ser esquecida. Ela ainda conta que, nas raras apresentações da ciranda, sempre faz questão de colocar sua saia rodada e se entregar ao balanço e ao ritmo que a acompanha desde que nasceu.

Já a maioria da população jovem posiciona-se contra a presença da ciranda nas festas da cidade. O estudante Higor Silva argumenta que ritmos como o *rock*, o *brega* e o *funk* não dão espaço para que a dança cultivada por seus pais e avós conquiste sua geração. Para ele, a globalização e o avanço tecnológico abriram um leque de possibilidades para que outras preferências musicais despontassem. Com isso, o que se vê é um processo de aculturação, causando a perda da verdadeira essência ilhéu.

Segundo Maria Lúcia e Maria Helena no livro *Filosofando*, “cultura é o sentido de ser, pertencer a um determinado grupo, região. Mas a identidade cultural da ilha vem sendo dominada por outros ritmos musicais, especialmente por alguns bregas com linguagem pejorativa e sem a mínima coerência e, a meu ver, não colaboram em nada para a nossa história cultural. Porém, não podemos apenas culpar os jovens por esse assassinato cultural, pois parte de nossa própria administração municipal há muito tempo vem tratando esse assunto com descaso.

A própria Lia, em uma entrevista ao jornal Diário de Pernambuco, disse que é preciso buscar quem valoriza sua arte, pois, “se ficar na ilha, vai ficar a ver navios”.

Infelizmente, carregar o nome da ilha mundo afora não tem sido mais um motivo para a rainha cirandeira ser reconhecida. Há algum tempo as apresentações cirandeiras resistiam nas noites de sábado em um local humilde à beira-mar. Porém, a fragilidade da estrutura não suportou o último inverno e veio a desabar, colocando um fim melancólico e revoltante ao balanço de mãos e corpos guiados pela voz forte da rainha, sob a luz da lua e testemunhado pelo vai e vem das ondas do mar.

Assim, sou filha da ilha e dói-me ver a verdadeira pedra que canta e encanta sendo silenciada pelo desprezo. Meu maior medo, como diz a canção, é que “nossas raízes e matrizes morram por falta de irrigação”. A ciranda não tem prazo de validade nem indicação para determinada faixa etária. Defendo a ideia da implantação de projetos nas escolas para

que, desde pequenos, os ilhéus cresçam com a semente da ciranda plantada em seus corações. Amo essa dança, que, para mim, é um verbo que conjugamos juntos, de mãos dadas, a cada passo marcado pelos tambores, e se emoldura como minha identidade cultural. É preciso aprender a valorizá-la para evitar que nossa rainha morra e seu legado seja esquecido pelas futuras gerações. Como diz o poeta Azuir Filho, no blog *Giramundo*, “a ciranda de Lia ajuda a libertar os humanos da pequenez e os leva à condição de igualdade e de irmandade para construírem em união e comunhão o entendimento e a felicidade das comunidades humanas”.

Professora: Tatiana Cipriano de Oliveira

Escola: E. R. E. M. Alberto Augusto de Moraes Pradines- Ilha de Itamaracá (PE)

### **Codificação (N01)–Visita íntima em motel: uma questão de dignidade!**

Aluna: Eduarda Moura Pinheiro

O projeto de ampliação da Unidade Prisional Manoel Neri da Silva, de Cruzeiro do Sul, no Acre, trouxe como inovação a construção de um motel para uso exclusivo dos presidiários em dias de visita íntima. O conhecimento do fato pela população cruzeirense reacendeu a discussão sobre a regalia das visitas sexuais concedida aos detentos e ampliou ainda mais o debate: Não estaríamos dando muitos privilégios a quem merece apenas os rigores da lei?

Diante da questão, há os se posicionam tanto contra a visita íntima quanto contra a construção do motel, pois dizem se tratar de mordomias excessivas para quem infringiu as leis e que, portanto, não deveria ter as mesmas vantagens de quando livres. Alegam ainda que os presidiários são mantidos com o dinheiro público e não poderiam se dar ao luxo de acrescentar mais essa despesa ao bolso do contribuinte.

Para alguns profissionais da segurança pública local, a construção do motel prioriza uma regalia em detrimento de necessidades reais, a exemplo da construção do muro do complexo penitenciário, que traria mais segurança para a unidade. Consideram também que tais privilégios incentivam a criminalidade e que as prisões devam cumprir seu papel

reeducador com rigidez de normas, sem benefícios, obrigando o preso tanto a almejar a liberdade quanto a se esforçar para obtê-la.

Por outro lado, Marquiones Santos de Moura, diretor do presídio, entende que a visita íntima deve mesmo existir, pois colabora consideravelmente para favorecer a reintegração social do interno e para manter a disciplina carcerária. Pensando assim, frisa que, se o Decreto Federal nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, em seu parágrafo único, proíbe a visita íntima nas celas de convivência dos presos, a construção do motel se justifica.

É certo que a visita íntima não é um direito expressamente previsto em lei, mas já se tornou “cultura” nos presídios brasileiros. É até mesmo recomendada aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou congêneres pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário, através da Resolução nº 1, de 30 de março de 1999.

Também o art. 95 do Decreto Federal nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, praticamente a autorizou no âmbito federal, afirmando que a visita íntima tem por finalidade fortalecer as relações familiares do preso e será regulamentada pelo Ministério da Justiça.

Pessoalmente, entendo que a população em geral tem motivos para se indignar dos fatos, uma vez que, às nossas leis, já consideradas brandas, são adicionadas mordomias que tornam a cadeia não tão punitiva quanto se deseja.

Sei também que construir o muro da penitenciária é uma necessidade real, pois isso evitaria as fugas que não só colocam em risco a vida da população, mas também expõem os agentes de segurança aos injustos comentários de que são facilitadores delas.

Todavia, não podemos deixar que nossa indignação com o sistema em geral nos torne insensíveis para as questões que envolvem a dignidade da pessoa humana. Precisamos compreender que sexo é uma necessidade fisiológica, básica, instintiva, e colabora para o bem-estar do homem. Sua falta pode provocar frustrações, agressividade e até mesmo depressões. Seria justo e humano privar tanto os presidiários quanto suas parceiras de uma necessidade assim?

Além do mais, a construção do motel trará dignidade não só aos presidiários, mas, em especial, às suas esposas ou companheiras (que teoricamente nada têm a ver com os crimes de seus parceiros), pois elas não mais passarão pelo constrangimento de manter relações sexuais separadas dos demais detentos apenas por um lençol, conforme ocorre

atualmente. É certo que passar por tal situação é decisão delas, mas uma decisão motivada pela situação, pelo desejo de manter os vínculos familiares e pelo amor que as prende a esses homens.

Penso que os presidiários devam pagar por seus crimes conforme prevê a lei, que devam ter a liberdade e certos privilégios cerceados, mas considero que privá-los da satisfação da necessidade sexual é, acima de tudo, cruel. E achar que essa necessidade deva ser satisfeita diante de todos é desumano. Sendo assim, que se construam motéis em todos os presídios do Brasil!

Professora: Gessytha Azevedo do Nascimento

Escola: E. E. Craveiro Costa – Cruzeiro do Sul (AC)

#### **Codificação (S04)–Aterro regional, a cidadania em xeque**

Aluna: Dayani Lebedief Sakomoto Rabello

Com apenas 21 anos de existência e localizado no interior do Pará, Lidianópolis é o lugar onde vivo, onde desemprego, carência de infraestrutura, contínua taxa de redução demográfica... são apenas alguns dos variados problemas sociais, econômicos e estruturais que estão longe de serem solucionados. Entretanto, avizinha-se a discussão a respeito da implantação de um aterro sanitário privado regional, que, milagrosamente, traria avanços em diversos setores do município. A ideia parece muito boa, mas voltemos à concretude. Se o tratamento do lixo regional for privatizado, será que a autonomia municipal e os anseios da população serão respeitados? Analisar tal problemática é atividade a ser desenvolvida, pois as garantias de sucesso do projeto ainda são desconhecidas.

Um projeto promovido pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi) tem como princípio a escolha de uma cidade-sede onde será instalada uma empresa particular que recolherá, por cerca de 40 anos, todo o lixo dos 23 associados. Em razão de sua posição geográfica central, município de Lidianópolis foi citado como ponto estratégico de instalação.

A administração municipal sinalizou a preferência com bons olhos, ensejando discussões entre a população sobre a referida possibilidade.

Por um lado, a veneração do prefeito e de alguns vereadores pelo projeto, pela geração dos cem empregos, demonstra os anseios por melhorias econômicas e sociais no município. Por outro, o aterro sanitário regional pode abalar as estruturas da economia de base (agricultura), cujo poder municipal não possui agência de fiscalização sobre esse setor, o que prejudica ainda mais a defesa da privatização do projeto. Além disso, a falta de acompanhamento do contrato com a empresa vencedora da licitação – responsável pela operação do aterro – poderá refletir de maneira significativa na vida dos lidianopolitanos.

Saliento que terceirizar a destinação do lixo regional é usar um mecanismo já existente em outros setores, como a privatização de parte das rodovias do Estado do Paraná. Naquele caso, alegou-se maior celeridade do serviço e menores ônus ao Estado. O usuário, portanto, pagaria uma pequena tarifa e utilizaria rodovias de qualidade. Mas o que tivemos? Tarifas exorbitantes, desprezo por inovações no trato com as rodovias e inexistente transparência sobre as ações das concessionárias. Não se alcançou o que foi buscado. Por que seria diferente no tratamento do lixo? Sustento que se determinado serviço estiver sob tutela da administração pública, tem-se a garantia de que o cidadão possui pleno controle e influência nas atividades desenvolvidas através do exercício da cidadania.

Consoante ao exposto, creio que não basta criar uma “metrópole do lixo” para solucionar a questão. Os municípios precisam cumprir suas funções, promovendo o progresso de forma consciente e sustentável. O poder local almeja melhorias com a geração dos 100 empregos, mas a empresa não os garante, podendo livremente buscar mão de obra em outras localidades. Clarifica-se que o poder público local deve permanecer diretamente responsável pelo destino do lixo produzido por seus cidadãos.

Portanto, nosso município não será beneficiado com a aprovação do projeto. Não há garantias legítimas de vantagens, cujos riscos de contaminação superam os benefícios econômicos. Concluo que privatizar a destinação do lixo é diminuir a participação do cidadão em uma matéria essencial com ao questão sanitária, pois, na atual realidade brasileira, o pleno exercício da cidadania resta como, se não o único, o melhor mecanismo de controle das políticas públicas, não podendo ser violado.

Professor: Joaquim Correa Gomes

Escola: C. E.E.F.M.P. Dom Pedro I- Lidianópolis (PR)

## **Codificação (CO02)–De segunda cidade mais violenta do mundo a lugar tranquilo para de viver**

Aluno: David Junior de Oliveira Goes

Valparaíso de Goiás, considerada a Pérola do Entorno, é a cidade que escolhi para viver. Ela fica bem próxima à capital federal e vem se destacando como uma das cidades de maior crescimento populacional nos últimos anos.

Em matéria divulgada no dia 29 de maio de 2011 no Fantástico, da Rede Globo, minha cidade foi apresentada ao país inteiro como o segundo lugar mais violento e perigoso do mundo, perdendo apenas para Honduras. Essa estatística baseou-se no número de mortos a cada 100 habitantes. Valparaíso de Goiás foi apresentada com possuidora de 76% de vítimas fatais em atentados violentos.

De fato, a cidade sofre com os problemas da violência crescente; porém, a repercussão dessa matéria causou muita polêmica em nossa região. De um lado, as pessoas que passaram a acreditar tanto no que foi veiculado que quiseram vender suas casas e ir embora da cidade e, de outro, as que reconhecem os problemas de segurança da nossa localidade, mas não concordam que Valparaíso mereça esse título tão cruel.

A reportagem apresentou dados estatísticos da violência de quatro cidades vizinhas: Novo Gama, Luziânia, Ocidental e Águas Lindas, e somou todos os dados colocando-os como ocorridos somente em Valparaíso de Goiás.

Houve um erro na hora do levantamento das informações por parte da equipe da reportagem, o que contribuiu para denegrir o nome da minha cidade de maneira totalmente injusta.

O lado positivo dessa divulgação foi o fato de ter dado visibilidade para Valparaíso, atraindo olhares críticos que buscavam soluções para esse problema. Recebemos o apoio da Força Nacional, do Estado de Goiás, que foi obrigado a investir em segurança, as pessoas passaram a reivindicar mais iluminação e outras melhorias que reduzissem ou amenizassem esse problema.

Com a adoção dessas medidas, muita coisa mudou. Hoje a cidade é praticamente outra. Ainda temos muitos fatores que representam risco para a população, causando insegurança e medo, como o tráfico de drogas, que ainda é intenso, mas o título de segunda cidade mais violenta do mundo nós nunca merecemos. Não é justo carregarmos esse legado estereotipado, que só nos prejudica.

Minha cidade é um lugar bastante agradável para viver. Cidade pequena, sem muitos luxos, mas com um povo alegre e aconchegante. Temos pracinhas, um lindo shopping, escolas boas, lojas renomadas e muito mais. Aqui pé um lugar onde as pessoas são felizes, apesar de todos os problemas que enfrentam.

Acredito que há males que vêm para o bem. Minha cidade foi apresentada de maneira negativa, mas esse fato abriu os olhos da população para a necessidade de desfazer essa imagem ruim, e isso vem sendo gradativamente. Agora é preciso que haja uma matéria do Fantástico falando sobre o erro de ter atribuído a violência de quatro municípios a uma só e mostrar o quanto minha cidade é maravilhosa e merece ser bem vista nacionalmente.

Investimentos na segurança pública e na qualidade de vida da população são essenciais e nunca devem deixar de serem feitos pelas autoridades. Cabe ao povo cobrar melhor seus direitos e buscar soluções coletivamente para a resolução dos problemas.

O fato é que a Pérola do Entorno precisa brilhar e irradiar sua beleza a todos os que a visitarem. Que nunca mais sofra o constrangimento de ser taxada com uma característica negativa e que represente sempre alegria a todos os que têm o prazer de morar neste paraíso.

Professora: Raquel Lima Alves

Escola: C. E. Céu Azul–Valparaíso de Goiás (GO)



## **Codificação (SE08)–Macacos me mordam, nossa riqueza está em risco!**

Aluno: João Victor Borges Oliveira

Vivo em uma cidade do norte de Minas Gerais, cujo nome é o mesmo de uma planta do sertão: Janaúba. Situada em uma região do Semiárido, que contradiz o desenvolvimento e a prosperidade devido à falta de investimentos e recursos, Janaúba tem um diferencial: a principal fonte de renda não sai das indústrias ou de importantes fábricas, como nas grandes metrópoles. A riqueza da minha cidade sai da terra e do homem do campo que acorda cedo para trabalhar nas plantações de banana, fazendo dela uma das principais produtoras de frutas no Brasil, responsável por mais de 58.000 toneladas (Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –Seapa).

A banana se tornou ouro, riqueza e trabalho para praticamente toda a população que vive em Janaúba. Seu plantio gera mais de 60.000 postos de trabalho, no norte de Minas, de acordo com a Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (Abanorte).

No entanto, os rumos dessa prosperidade podem estar com os dias contados. No início do ano de 2014 o governo brasileiro anunciou a abertura do mercado de importação de bananas, vindas do Equador, com a justificativa de ter cumprido os requisitos fitossanitários exigidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Contudo, a produção do Equador é muito diferente da do Brasil. “No Equador, a incidência de pragas é tão forte que semanalmente se faz aplicação de agrotóxico”, diz Pierre Vilela, coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Comparando o uso de agrotóxico nos dois países, a proporção brasileira é de aplicações de oito vezes no ano; no Equador, mais de sessenta vezes, o que representa danos para a saúde dos consumidores de todo o mundo. Sem contar com os riscos de proliferação de pragas que podem contaminar as plantações, isso porque no Equador o número de fungos, pragas e bactérias é maior do que encontrado em nossas terras. Um grande exemplo disso é a proliferação da praga “sigatoka negra”, que geraria intervenção direta na capacidade produtiva dos bananais de Janaúba, minando a sua produção.

Outro fator é que o preço da banana equatoriana é menor, o que viria interferir na economia local, gerando baixa venda do produto janaubense e desemprego na cidade e região.

Muitas pessoas defendem a entrada do produto equatoriano no país. Dizem que um novo concorrente de peso como o Equador poderá fazer ressurgir um mercado que está estagnado, monopolizado, impulsionando novos investimentos.

Como janubense, me preocupo com a situação socioeconômica da minha cidade e acredito que nem sempre a concorrência leva a investimentos, pois se nossa produção não tivesse êxito não seria considerada como umas das melhores bananas do mundo. Na verdade, não há necessidade de importar, de acordo com Dirceu Colares, presidente da Confederação Nacional dos Bananicultores (Conaban): “Somos autossuficientes na produção da banana. Para se ter ideia, a banana é a única fruta produzida em todos os Estados do país. Não precisamos importá-la. Ao contrário, exportamos 5% da produção”. Importar banana do Equador é o mesmo que a Suíça importar chocolate de outro país, ou seja, um verdadeiro erro.

O que deve ser feito é abolir a importação de banana e buscar produções menos competitivas e com menos riscos para o mercado interno brasileiro. Vários manifestos e audiências públicas com a presença de políticos e membros importantes do setor foram feitos em Janaúba e em todo o país. Com isso, foi criado um grupo de trabalho através da Secretaria de Defesa Agropecuária, composto por especialistas ligados a órgãos da área agrícola do Brasil e do Estado de Minas Gerais, para discutir, analisar e opinar sobre a entrada do fruto oriundo do Equador. A boa notícia é que enquanto não forem concluídos os trabalhos previstos pelo grupo a importação de banana estará suspensa.

Mas não podemos nos intimidar enquanto não tivermos uma posição firme e favorável do governo em relação à importação de bananas do Equador, pois não é apenas a banana que “está em jogo”, mas sim a principal fonte de riqueza e de trabalho de onde eu vivo.

Professora: Zulma Ferreira de Souza

Escola: E. E. Maurício Augusto de Azevedo – Janaúba (MG)

## **Codificação (N02)–Lixo ou benefício? Acorda, Marituba!**

Aluno: Wicles de Souza Freitas

Moro em Marituba, cidade localizada na região Metropolitana de Belém, às margens da Rodovia BR-316. Foi criada como uma pequena vila operária em virtude da implantação da Estrada de Ferro Belém- Bragança. Já o nome da cidade, de origem indígena, surgiu da junção dos vocábulos “Umari” e “Tuba”.

Foi elevada à categoria de município em setembro de 1994 e aqui estava a chance de Marituba deixar de ser uma pacata cidade, de grandes e belos igarapés, para rumar ao desenvolvimento. No entanto, hoje, com quase vinte anos de emancipada, a cidade, que antes era bela e bucólica, perdeu sua graça, para se tornar palco de crimes, violência, insegurança e políticos desonestos, que lutavam avidamente pelo poder. Além disso, não possui saneamento básico, nem políticas públicas para o adequado descarte e tratamento do lixo, e, como se não bastasse, há fortes indícios de que o velho lixão do Aurá, após seu fechamento, será transferido para cá.

Desde 2011, quando o ex-prefeito da cidade aceitou a construção de um aterro sanitário para a Região Metropolitana de Belém aqui em Marituba, essa discussão se arrasta; entretanto, em nenhum momento a população foi consultada para saber se queriam ou não a construção desse aterro na cidade; pelo contrário, foi surpreendida quando alguns poucos líderes de comunidade foram convidados, pela empresa contratada, Revita, a participarem de audiências públicas que discutiriam os impactos ambientais dessa construção na região.

Eu, como morador dessa cidade, sou totalmente contrário a isso. Penso que Marituba já possui problemas suficientes para poder receber mais um. Alguns poucos moradores que estão sabendo desse fato iludem-se em pensar que um empreendimento como esse trará benefícios para o município, como geração de emprego e melhorias para a cidade. É bom lembrar que de promessa a população está cheia!

Quem pensa que Marituba vai ganhar com esse empreendimento não leva em consideração os vários problemas ambientais que a cidade vem sofrendo desde a construção da Alça Viária, que assoreou vários rios e igarapés; não sabe que há fortes indícios de que o Lixão de Aurá tenha contaminado os lençóis freáticos do bairro do Pato Macho, e, agora, com

esse projeto, que carece de informações importantíssimas, há o risco de piorar ainda mais essa situação.

Segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PA, José Carlos Lima, a área onde está prevista a construção do aterro é cheia de nascentes e córregos pertencentes à bacia do Uriboca, que a mata vizinha é alagadiça na maré alta, formando um sistema único de fauna e flora ainda preservados; além disso, o projeto não detalha como será feito o tratamento do chorume antes de ser despejado no igarapé que faz parte da bacia hidrográfica de Uriboca. Como se vê, o local escolhido é totalmente inadequado, e, além do que já foi exposto, ainda existe o prejuízo que essa construção trará para a flora e a fauna da região.

Outro fator que reforça minha posição é que, legalmente, nenhum aterro sanitário pode ser construído a menos de 20 quilômetros de um aeroporto, e, como poucos sabem, o local previsto para a construção situa-se em Área de Segurança Aeroportuária da base aérea da capital paraense, colocando em risco essa atividade pelo potencial do empreendimento em atrair aves.

Como se não bastasse tudo isso, o projeto carece de informações sobre o arranjo econômico: ninguém sabe ao certo se a construção desse aterro terá viabilidade econômica e mais, quem pagará a conta e quem lucrará? É importante a população entender quem realmente irá ganhar, quem está por trás de tudo isso e com que interesses. Com certeza não só porque ama Marituba!

Por isso, volto a afirmar: não queremos um lixão para contaminar nossas vidas, já vivemos em uma situação precária, com péssima qualidade de vida. De maneira nenhuma esse empreendimento vai ser bom para a cidade. Precisamos defender, antes de tudo, o meio ambiente e preservar nossas poucas riquezas naturais.

Marituba não quer mais lixo, quer qualidade de vida e sua dignidade de volta.

Professora: Silene Nascimento Faro

Escola: E. E. E. M. Professor José Edmundo Queiroz – Marituba (PA)

## **Codificação (S05) –Progresso e meio ambiente. Como equilibrar essa equação?**

Aluno: Jeferson Gibrair Junior Madella

Hoje, boa parte das matas e florestas nativas de nosso país já foram devastadas, principalmente para a exploração de madeira e para dar lugar a plantações e pastagens. Em Coronel Martins, pequeno município do oeste catarinense, não foi diferente.

De acordo com dados da Secretaria Municipal da Agricultura, cerca de 90% da mata nativa do município foi devastada pelos colonizadores e grileiros de madeira entre as décadas de 1970 e 1990. Após esse período, por volta dos anos 2000, intensificou-se significativamente o uso de maquinários agrícolas como tratores de esteira, retroescavadeiras e dragas, entre outros.

Com essas máquinas, também se ampliou muito o número de destoques, aterros, drenagens de banhados, cortes de morros e alterações do curso de sangas, de pequenos córregos e riachos. Tudo em nome do progresso. A prova de que ele ocorreu são os dados da economia nacional e local.

Ainda de acordo com dados da Secretaria de Agricultura local, a economia coronel-mar-tinenense depende quase totalmente da agricultura. Das propriedades agrícolas existentes neste município –aproximadamente 500 –, a maior fonte de renda dos agricultores é a bovinocultura, e em 350 delas a produção leiteira predomina, existindo também alguns poucos suinocultores e avicultores, além de produtores de grãos, cuja produção já foi mais significativa.

A devastação ocorrida no passado e que continua ocorrendo em nossos dias favoreceu muitos setores da economia, especialmente o agrícola, pois este conta agora com terrenos mais favoráveis para a plantação.

Porém, esse progresso acabou custando caro para o meio ambiente, e nesse município não foi diferente.

Das matas e florestas nativas pouco restou. As araucárias, por exemplo, não somente nesta região, mas em todos os locais onde eram encontradas, sofreram uma redução drástica e estão a poucos passos da extinção, pois um levantamento feito pela União

Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), em 2013, indica que a espécie já perdeu 97% de sua área original.

É indiscutível que o desmatamento é um problema enfrentado por praticamente todo o Brasil. Segundo IBGE, o país já perdeu cerca de 40% de toda a sua vegetação nativa, e isso corresponde à soma dos territórios das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul brasileiras.

Precisaremos mudar a letra do Hino Nacional? Deixaremos que ele perca seu sentido? Queremos deixar de ter orgulho de cantar “Gigante pela própria natureza”, “Nossos bosques têm mais vida”?

Medidas mais drásticas e rígidas precisam ser tomadas para que os recursos naturais não sejam extintos e o caos, instaurado. É urgente se pensar a sustentabilidade e agir para que ela ocorra.

Sabemos que mudanças são necessárias, e que elas sejam no sentido de mudar o mundo, salvar nosso planeta. Cabe a cada um de nós fazer a nossa parte. Que tal começarmos pelo lugar onde vivemos?

Professora: Thais Aparecida Burato

Escola: E. E. B. Professora Olga Nunes de Abreu – Coronel Martins (SC)

### **Codificação (NE08)–O protagonista da destruição**

Aluno: Josivaldo José Lima da Silva

A Lei da Política Nacional de Resíduos, nº 12.305, sancionada em 2010, chegou ao prazo final no dia 2 de agosto de 2014 para que as prefeituras se adequassem, criando aterros sanitários em substituição aos lixões a céu aberto. Porém, ela não foi cumprida por pelo menos 65% dos municípios brasileiros, e também Surubim. O não cumprimento da lei levou deputados e senadores a provarem um artigo da Medida Provisória (MP) 651/14, que prorroga o prazo até 2018. Entretanto, tal prorrogação corre o risco de ser vetada pela presidente do Brasil. Governo federal e catadores de lixo defendem a aplicação da lei o mais rápido possível; municípios pedem tempo, além de apoio técnico e financeiro. É preciso que a

população tome conhecimento desse debate e não deixe a responsabilidade apenas nas mãos do governo, mas busque fazer parte dessa luta que envolve a todos.

Criado há catorze anos em Surubim, a poucos quilômetros da cidade, no Sítio Casés, a situação do lixão é precária: aves aproveitam os restos que rejeitamos e, em meio a isso, pessoas em busca de sustento, exercendo a reciclagem, pois acreditam em uma mudança vindoura em que a relação homem-natureza se tornará saudável. Além disso, temos os altos prejuízos ambientais no solo por conta do chorume e as altas queimadas liberando a fumaça tóxica, prejudicando ainda mais o planeta, sem falar do lixo hospitalar descartado indevidamente, pondo em risco a saúde dos catadores e pessoas próximas. “Deveriam implantar um grande depósito em meio ao lixão com máquinas que trabalhem para selecionar o tipo de resíduo; isso facilitaria a coleta seletiva”, nas palavras de uma catadora do lixão. Mas, nesse cenário degradante, entre os amontoados, surge um sinal de vida: os girassóis. A grande flor amarela mostra que a vida pode renascer onde parece impossível.

A responsabilidade de exercer a mudança deve ser conjunta. Às vezes, chego a me questionar se isso será possível em um mundo dominado pelo capitalismo. Grande parte da população surubinese e das demais regiões que ali faz o depósito dos resíduos ainda ignora a realidade. Tal ignorância em relação à coleta seletiva vem construindo um dos piores quadros já vistos. Nós colhemos o que plantamos. É uma pena que o principal grão que está sendo cultivado seja o lixo. Sei que não sou um especialista no caso, mas para ver com como lixo se torna uma arma destruidora não precisa de formação, basta observar a resposta dada pela natureza. Muitos não fazem caso de saber o destino do lixo, o que é feito dele, o que ele está causando etc. não adianta a população mundial focar nos bens de produção e consumo sem ter um lugar adequado para realizar reciclagem e logo após o aterro sanitário. Nós que produzimos lixo temos por obrigação elimina-lo corretamente –pelo menos é o que está na lei. Segundo algumas pesquisas, anualmente, no mundo, é produzido 30 bilhões de toneladas de lixo. Onde se depositar tamanha quantidade? Segundo o professor paulista Maurício Waldman, que possui pós-doutorado em geografia, não temos muito para tanto lixo e, se nosso hábitos consumistas não forem mudados, ocorrerá um grande colapso mundial. O professor afirma ainda que cerca de um milhão de catadores recicla 13% do lixo produzido no Brasil e mesmo assim existem pessoas que os discriminam. Observamos no dia a dia que a produção de bens está demasiadamente absurda. “Possuir” se tornou a meta de toda massa mundial. Em vez de serem providenciados aterros sanitários para que o lixo tenha o seu devido fim, vejo a cada dia o quadro sendo revestido, fazendo com que a natureza tenha os

seus dias contados. Até quando o meio ambiente suportará a irresponsabilidade dos que convivem e agem de qualquer maneira sobre ele?

É preciso pôr em prática o que já é lei, saindo da posição de acomodamento e parar de culpar uns aos outros. Não apenas Surubim precisa de consciência populacional como também os demais municípios afetados com tal problemática. É dever de cada um exercer a cidadania e estar ciente dos deveres no meio social. A vida nunca deixará de lutar pela sobrevivência. E você, o que está fazendo para que a vida vença e recupere o lugar que lhe foi tomado?

Professora: Maria Celenilda da Silva

Escola: E.R.E.M. Severino Farias– Surubim (PE)

### **Codificação (NE09)– O jardim da rua 16**

Aluno: Luiz Eduardo Lima de Aguiar

A jornada de trabalho inicia-se cedo, geralmente às 6 da manhã; porém, é nas madrugadas que elas atuam. Todos os dias, vagueiam em meio a guetos e ruas em busca de sustento para filhos, irmãos, pais. Vagueiam sem direção certa, sem nenhum destino em especial que não seja sobreviver. Esta é a sobrevivência de centenas de mulheres que se arriscam ao trabalhar no ramo da prostituição, na conhecida Rua 16 de Setembro, centro do município de Arapiraca.

Esse ofício perdura desde os tempos antigos. Não é à toa que recebe a alcunha de “a profissão mais antiga do mundo”. Há relatos de prostituição que remontam ao Egito antigo, onde era considerada sagrada devido à forte ligação entre espiritualidade e sexualidade. No entanto, o melhor sentimento que a maior parte das pessoas pode conhecer hoje nas “mulheres da vida” é pena.

Bem, a ocupação é legalizada no país? Aqui em Arapiraca não há uma só pessoa informada que não tenha noção da existência das chamadas “profissionais do sexo”. Há pouco tempo, uma prostituta não possuía direito a férias, salário mínimo, nem a tão sonhada aposentadoria. Infelizmente, essa realidade não atinge todas as cidades do país.



É assim que vivem essas rosas da Rua 16. Pela localização central, é de fácil acesso à maior parte dos moradores. Entretanto, a maioria evita o local. Por quê? Fiz essa pergunta à minha avó quando garoto, à qual ela apenas me respondeu: “É onde vivem bandidas”. Essa crença preconcebida pela maior parte da população parte do pressuposto de que toda prostituta é marginal, como se seu modo de vida fosse um crime capital.

Inúmeros moradores reclamam da proximidade de suas residências com o local, que também margeia uma avenida em que se situa três das principais escolas de Arapiraca. Pedem que alguma coisa seja feita, que elas sejam removidas, e de preferência (de acordo com alguns) para a prisão. Mas qual o motivo de tanta desaprovação popular? Os mais conservadores argumentam que, devido ao respeito “à moral e os bons costumes”, é impensável uma regulamentação. Se você, caro leitor, segue essa linha de pensamento, queira me desculpar, mas sustento que deveria parar de se preocupar com a vida alheia. O corpo, antes de tudo, é particular, privado, e, como uma posse, seu proprietário (a) deve ter o direito de fazer com ele o que bem entender e de fazer isso de maneira segura, garantida pelo Estado. Afinal, somos todos cidadãos, não? Não somos nós os filhos e filhas da pátria que deveriam ter segurança e liberdade, ambas garantidas pela Carta Magna? A desregulamentação do ofício apenas garante que seus aspectos corram riscos e perigos desnecessários, como assaltos e agressões, que, em sua maioria, passam impunes. Uma regularização garantiria direitos básicos a essas mulheres.

Não pense, no entanto, que essa questão não é já debatida no Congresso Nacional. Jean Wyllys, deputado federal por Rio de Janeiro, já propôs o Projeto de Lei nº 4.211/2012, referente a esse quesito. O PL Gabriela Leite, como é conhecido, busca regulamentação e legalização das casas de prostituição (ainda vistas como ilegais perante a lei, em contraposição à prostituição individual, regulamentada, apesar da desmoralização). Essa lei limitaria o ganho dos chamados cafetões (“chefes” das prostitutas), garantindo, assim, um ganho regular e consequente independência das profissionais.

Penso que uma regulamentação é necessária, não para elevar os índices de prostituição, mas para diminuir o número de vítimas que cresce dia após dia devido à falta de proteção de que as prostitutas da Rua 16, por exemplo, dispõem. Além disso, uma regularização poria fim às condições de vida precária do lugar, de forma que muitos moradores pudessem lucrar com a organização que viria a ser conquistada.

Quem sabe um dia as mulheres da vida possam se despir de vergonha e pesar. Quem sabe um dia as rosas da Rua 16 possam ser acolhidas sem medo dos espinhos. Quem sabe um dia haja a dignificação de algo que já é digno por natureza: o ser humano.

Professora: Hosana Cláudia Barbosa Borges

Escola: I. F. E. C. T. de Alagoas – Campus Arapiraca – Arapiraca (AL)

### **Codificação (NE10)– Mossoró: cenário da bala, palco da violência**

Aluno: Leonardo Serafim da Costa

O espetáculo Chuva de bala no país de Mossoró representa de forma teatral a violência imposta pelo bando de Lampião à cidade de Mossoró. Esse cenário “fictício” tornou-se uma realidade que tira o sossego dos habitantes da “Terra da Resistência”, pois a violência presente em nossa cidade nos faz recordar o tempo em que o cangaço aterrorizava estas bandas.

Na análise do contexto histórico da resistência de Mossoró ao bando de Lampião, foi a relevante participação dos cidadãos mossoroenses, que reagiram à investida dos cangaceiros, lutando na defesa do município, conseguindo expulsar na marra o temido Lampião. Observo, pois, que o tempo passou, mas a violência continua atuante no palco da cidade. A população se sente acuada, com medo de enfrentar a realidade com a qual convive.

O Mapa da Violência 2013, elaborado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, apontou Mossoró como a segunda cidade mais violenta do Estado do Rio Grande do Norte. Os casos de atrocidades relacionados à violência são temas frequentes nos meios de comunicação local. Os cidadãos se sentem inseguros em virtude da ocorrência de assaltos, balas perdidas, ou até mesmo pelo alto índice de mortes que são registradas pelos órgãos de segurança pública e pela mídia.

Nesse contexto, direitos básicos do cidadão como o de ir e vir, assegurados pela Constituição Federal de 1988, estão sendo violados. Andar nas ruas, sentar nas calçadas ou em espaços públicos, carregar consigo objetos de valor, estacionar veículos em ruas pouco movimentadas são atividades cotidianas que estão se tornando um desafio para nós, mossoroenses, que outrora vivíamos outra realidade num ambiente de tranquilidade.

A sensação que se evidencia nos dias atuais é de total insegurança e atinge as pessoas independentemente de classe social. Enquanto essa situação não é amenizada, a população vem se protegendo como pode, num verdadeiro cárcere privado.

Segundo Ivenio Hermes, consultor de segurança da OAB-RN Mossoró e especialista em políticas e gestão em segurança pública do Rio Grande do Norte, a violência está associada diretamente ao crescimento urbano desordenado. Ele ressalta que há uma deficiência do sistema de segurança pública. Para o especialista, a solução seria maior investimento na infraestrutura da segurança pública, que acompanhe o crescimento urbano. Em minha opinião, medidas dessa natureza são determinantes para a solução do problema, pois, prestação de serviços eficientes na manutenção da ordem social garante segurança de qualidade e resolve o problema da população, que clama pelo fim da violência.

É possível dar um basta em tudo isso investindo em políticas sérias, com soluções a curto e a longos prazos. No primeiro caso, seria necessário maior investimento do poder público na liberação de verbas suficientes para área da segurança pública. A longo prazo, sugiro a efetivação de ações sociopolíticas para o enfrentamento da violência e das drogas, a exemplo do programa “Crack, é possível vencer” do governo federal, criado com o objetivo de prevenir o uso de drogas no país, e maior integração entre Estado e sociedade, maiores investimentos em setores básicos de suma importância para o desenvolvimento humano, como no sistema educacional, na área da cultura, no esporte, no lazer, entre outros.

A nossa cidade é conhecida como “Terra da Resistência” por conseguir expulsar, sem a ajuda das forças militares, o rei do cangaço e seu bando numa vitória histórica. Nesse sentido, é importante questionar: onde está o espírito de resistência de nossos “heróis do passado”? Está guardado apenas nas lembranças revividas nos eventos alusivos a esse feito histórico?

Portanto, cabe a nós, mossoroenses, reacendermos a chama da bravura e irmos à luta, participando ativamente de mobilizações sociais, exigindo dos governantes o compromisso para solucionar o problema da violência que aterroriza não apenas o nosso município, mas todo o país.

Professor: Cléomam de Freitas Dantas da Costa

Escola: E. E. Jeronimo Rosado – Mossoró (RN)

### **Codificação (CO03)– As janelas espiam e as bocas se calam**

Aluna: Gleyciene Oliveira Silva

Os cidadãos inhumenses foram abalados recentemente pelo que aconteceu com uma certa moça de cabelos vermelhos. Tyciara Ferreira sofreu agressão verbal por causa de sua opção sexual e foi espancada por aquele que usa farda e coturno. Esse episódio nos lembra que algumas pessoas ainda pensam que é preciso reprimir a expressão homossexual, mas é urgente mudar esse discurso ou estaremos reproduzindo o que Hitler fez durante muitos anos.

Tudo começou após um dos jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014. Várias pessoas entraram no estabelecimento e começaram uma briga. O policial chegou ao local cuspidando ofensas à dona e à sua companheira. Além da agressão verbal, Tyciara sofreu agressão física, sem motivos, e seu bar foi fechado. Assim, abalada, ela postou em uma rede social toda a sua indignação: “Eu só posso concluir que nem que passe um bilhão de anos os homossexuais pararão de ser perseguidos”.

Não nada contra a opção sexual de cada indivíduo. O policial precipitou-se, abusou de autoridade para agredir uma trabalhadora que não tinha se envolvido na briga. E os participantes da confusão? Esses não sofreram nenhuma punição. Será que um dia essa cidade interiorana, à margem da Estrada Real, poderá seguir o modelo alemão (da Alemanha atual) de tolerar a homossexualidade, ensinando respeito às crianças desde cedo? Ou será que “os campos de concentração”, que já foram de Hitler, hoje estão debaixo de nossos olhos inhumenses?

“A minha formação cristã me ensina que o ato homossexual é errado, que é pecado”, disse o deputado e pastor Marco Feliciano. Eu sei que existem homossexuais que assumem sua posição de forma destemida. Todavia, vejo que são declarações com o apoio de Feliciano que dão impulso e justificativa para a crescente onda de agressões físicas, que podem até mesmo levar à morte. Vejo também que aqui, assim como na Rússia, onde os homossexuais têm a falsa liberdade, pessoas como Tyciara são isoladas socialmente e podem chegar a ser castigadas. Inhumas parece espelhar-se naquele contexto, pois o bar que foi fechado era frequentado quase que exclusivamente pelo grupo GLS. Não parece segregação?

As autoridades deveriam repensar o fechamento do estabelecimento, lembrando que uma homossexual também tem família, contas a pagar e muitos projetos de trabalho que foram interrompidos, já que a moça, segundo sua afirmação no desabafo que fez na rede, investiu 13.000 reais no local e acreditou que teria retorno desse dinheiro com os lucros que seriam obtidos.

Para agravar ainda mais a situação, ainda em Inhumas, um jovem de 18 anos, João Antônio Donati, que era homossexual, foi assassinado brutalmente e seu corpo foi encontrado em um terreno baldio com diversos hematomas e a boca cheia de papéis. Isso não nos lembra a música Cálice, de Chico Buarque? Talvez, milhares de pessoas que enfrentam uma realidade parecida com a de Tyciara Ferreira e de João Antônio Donati estejam bebendo do mesmo cálice “de vinho tinto de sangue”. A moça dos cabelos vermelhos, como diz a música, dormiu calada e acordou calada, no sofrimento do silêncio, enquanto Antônio João dormiu calado e nunca mais acordará.

Acredito que é necessário que desde a infância seja repassado que todo ser humano deve ser respeitado, para que, quando adulto, suas mãos não sejam erguidas, senão para ajudar o próximo. Entristece-me saber que Inhumas, mesmo longe, parece o modelo russo de ser. É que a Rússia, assim como outros lugares ainda intolerantes, situa-se no planeta Terra, e o planeta Terra também é o lugar onde eu vivo.

Professora: Liliane de Paula Munhoz

Escola: I. F. E. C. T. de Goiás – Campus Inhumas – Inhumas (GO)

### **Codificação (SE09)– Agrotóxico: vilão ou solução?**

Aluna: Débora Simonetti Martinelli

O Espírito Santo é conhecido por ter uma grande participação na produção agrícola do Brasil, e no lugar onde moro, Boa Esperança não é diferente. Ao longo dos cinquenta anos de emancipação política completados este ano, a agricultura sempre foi e continua sendo a base da economia. As principais culturas produzidas são: banana, cacau,

pimenta-do-reino, mandioca, mamão, coco, maracujá, milho, feijão e o café, sendo este o principal, movimentando cerca de 43% da economia.

Com o aumento das pragas e doenças, que estão cada vez mais resistentes a qualquer tipo de substância orgânica, a forma mais viável encontrada pelos agricultores para combatê-las é fazer a aplicação de inúmeros produtos químicos, que são conhecidos como agrotóxicos. Quanto à utilização de produtos químicos, a população está divergente: uma parte alega que o consumo de alimentos tratados com agrotóxicos pode trazer malefícios para a saúde e causar vários danos ao meio ambiente; já os produtores rurais afirmam que sem o uso desses produtos é quase impossível obter-se uma produção significativa nas suas lavouras, não gerando uma boa renda para eles, em sua maioria, são pequenos agricultores.

A Lei nº 7.802, de julho de 1989, que regulamenta o uso de agrotóxico, dispõe sobre o produto, a experimentação, produção, embalagem, rotulagem, armazenamento e comercialização. As orientações devem ser cumpridas para não provocar problemas ao meio ambiente e ao ser humano.

Existem entidades públicas responsáveis pela orientação ao agricultor, como Incaper, Secretaria Municipal da Agricultura e agrônomos autônomos que auxiliam o produtor rural a efetuar a aplicação dos agrotóxicos de forma adequada sem prejudicar o meio ambiente e o homem, e dão dicas referentes ao descarte das embalagens através da logística reversa; orientam a dosagem correta a ser aplicada e informações que dizem respeito à utilização de equipamentos de proteção para que os produtos não atinjam diretamente o corpo.

De acordo com a revista Mundo Moderno, “se as normas de aplicação forem seguidas à risca, esses produtos, apesar de altamente venenosos, deixam na comida apenas resíduos químicos considerados ‘toxicologicamente aceitáveis’, ou seja, não são nocivos à saúde”, e podem ser eliminados na lavagem correta dos alimentos.

Segundo o engenheiro agrônomo Edson Mauro Perdonati, a utilização dos produtos de forma adequada pode trazer vários benefícios para os consumidores de alimentos tratados com agrotóxicos, como a variedade de alimentos com certificado de qualidade e preços mais acessíveis, e também para o produtor rural, como fácil manejo, aumento de produtividade e mão de obra facilitada.

Sou plenamente favorável ao uso dos agrotóxicos de forma correta, pelo simples fato de eles serem grandes aliados para a produção agrícola. É devido a eles que temos hoje

uma vasta quantidade de frutas, verduras ou qualquer outro tipo de alimento. Apesar disso, não se ingere todos os dias de uma só vez produtos com grandes índices de agrotóxicos. Nos meus 16 anos de idade, vivendo em Boa Esperança, nunca vi um cidadão que teve ou tenha tido algum indício de câncer ou doenças graves causadas pelo consumo de resíduos de agrotóxicos (isso quando utilizado de forma correta). O perigo mesmo é para os produtores, que têm contato direto todos os dias, mas, tomando as precauções necessárias, o risco é mínimo.

Existem vários outros tipos de substâncias tóxicas que nocivas à saúde e a que o homem está exposto e consumindo em grandes quantidades, como cigarro, álcool e, nas grandes cidades, o alto índice de CO<sup>2</sup> encontrado na atmosfera.

Acredito que na maioria das vezes consideram-se os produtores rurais com os maiores culpados pelos problemas causados pelos agrotóxicos, mas as empresas e indústrias fabricantes também são responsáveis e devem fazer melhor a parceria com o homem do campo, possibilitando melhores orientações quanto à fabricação, à aplicação e ao descarte das embalagens, proporcionando assim mais tranquilidade para aqueles que consideram os agrotóxicos um verdadeiro vilão da saúde humana.

Professora: Claudiane Bis

Escola: E. E. E. F. M. Sobradinho – Boa Esperança (ES)

### **Codificação (NE11)– Polo industrial: o dilema entre a vida e a economia**

Aluno: Dênesson Pastor Lima

Situada a 49 quilômetros da capital do Estado, Camaçari se faz diferente das demais cidades brasileiras por deter o maior Polo Industrial Integrado da América Latina. As belíssimas e pitorescas praias que aqui se encontram acrescentam aos mais de 275.000 habitantes o prazer e a honra de residirem na “Cidade Industrial”, como é conhecida.

O aquecido mercado industrial camaçariense tem sido, desde o início da década de 1970 – período de instauração do Polo Petroquímico no município -, o principal agente modificador dos índices econômicos e demográficos da cidade onde minam empregos.

Porém, assim como o capital e o número de habitantes são alavancados, cresce também o nível de doenças respiratórias, os malefícios provocados ao meio ambiente e a indignação dos moradores por causa de irritações nasais e mau cheiro, os quais são provocados pela poluição atmosférica proveniente do Polo Industrial.

Os que garantem não haver irregularidades na qualidade do ar do município asseguram que as circunstâncias atmosféricas da região do Polo Industrial têm apresentado boas condições. De acordo com a Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (Cetrel), único órgão responsável pelo controle do ar da cidade, a zona de influência do polo conta com uma rede de dez estações de monitoramento atmosférico, que realiza o ofício 24 horas por dia. O gerente dessa área da empresa, Eduardo Fontoura, afirma que mais de 95% do tempo o Índice de Qualidade do Ar (IQA) no polo indica condição “Boa”. Ainda segundo a instituição, são utilizados os melhores aparatos tecnológicos do ramo disponíveis no mundo.

No entanto, boa parte dos moradores questionam a veracidade dos dados obtidos pela Cetrel, visto que pessoas alegam sentir incômodos respiratórios e contrair problemas de saúde devido à emissão de poluentes. Um estudo realizado pelo engenheiro químico Diógenes Lyra revela que altos níveis de  $\text{SO}_2$  (dióxido de enxofre) – composto químico altamente nocivo à saúde humana – são lançados na atmosfera pelas plantas industriais do polo, transcendendo até mesmo as emissões de poluentes pelos veículos da região metropolitana de Salvador. Uma vez inalado, o gás não só pode causar dores de cabeça, náuseas, mas ainda , em caso de exposição prolongada, agravar doenças como asma brônquica e bronquite crônica.

Acredito que a população, além de sofrer com enfermidades e moléstias causados pelo despacho de rejeitos, não conta com informações transparentes e precisas, e os técnicos do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), sempre acionados para averiguar fortes odores circulantes em localidades do município, informam vagamente não saber a precedência do problema.

É indiscutível que megaplantas industriais, como o Polo de Camaçari, causem inevitáveis impactos ambientais. Contudo, a cidade cresce de uma política de desenvolvimento sustentável, posta em prática pelos órgãos competentes como Cetrel, Cofic e demais instituições, que vise minimizar significativamente os efeitos cataclísmicos das atividades industriais.

O que se tem observado, do ponto de vista sustentável, é que novas indústrias estão se instalando na cidade sem que haja um planejamento ideal efetivo. Ambientalistas defendem que, a princípio, deveriam realizar um levantamento epidemiológico para verificar se os rejeitos atmosféricos estão, de fato, lesando ou não a saúde das pessoas que moram na



cidade. Esse seria o primeiro de muitos passos em busca da atividade industrial sustentável ideal em Camaçari.

Com a chegada de novas empresas ao Complexo Industrial, a exemplo da Knauf, e a previsão da geração de mais de 17.000 empregos até 2015, penso que o crescimento industrial tem a obrigação de trazer consigo a responsabilidade socioambiental, haja vista que não podemos assentir que os valores financeiros se sobrepujam aos valores da vida. Portanto, cabe às entidades responsáveis em atuar em conjunto a fim de dispor à população informações concretas e, sobretudo, suscitar o debate entre governantes, empresários e comunidade, objetivando proporcionar progresso econômico sustentável e bem estar a todos os moradores da minha esplêndida Camaçari!

Professora: Josinete da Silva Evangelista

Escola: Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães– Camaçari (BA)

### **Codificação (S06)– Às margens do rio parati**

Aluno: Zimbábwe Osório Santos

Araquari tem mostrado um assustador desenvolvimento econômico, embora tenha sido há muito tempo esquecida por Santa Catarina, transformando um intocado recanto ambiental em um futuro parque industrial.

Araquari é maior que Joinville – cidade mais populosa de Santa Catarina –, em extensão territorial, tendo uma área de 383.993 quilômetros quadrados, ocupada em grande parte por mata atlântica, refúgio para a fauna e muitas comunidades indígenas da etnia tupi-guarani.

Pelo fato de ter iniciado o processo de industrialização recentemente, muitas indústrias têm se instalado no município devido à isenção de impostos concedida pelos últimos governos. As empresas de metalurgia empregam grande parte da população, mas a agricultura, igualmente, é um ponto forte, destacando-se pelas culturas de banana e maracujá. O comércio também constitui certa representatividade na economia municipal. Mesmo assim, Araquari ainda sofre com a pobreza e já teve o menor IDH de Santa Catarina – hoje ocupa a 95ª posição no ranking estadual.

A espiritualidade é um elemento inseparável da cultura do povo araquariense. A Igreja Santuário Senhor Bom Jesus de Araquari é considerada símbolo da cidade e palco de diversas celebrações, como a Festa do Maracujá, que faz alusão ao passado glorioso do cultivo da planta, pois Araquari já foi considerada capital nacional do maracujá. Outra festa que representa a cultura local é a do padroeiro da cidade, Nosso Senhor Bom Jesus de Araquari, na qual pessoas de toda região fazem grandes procissões para expressar sua fé.

Araquari é muito rica em aspectos ambientais; porém, o “progresso” ameaça tais riquezas, e poucos se importam com o impacto ambiental, talvez por falta de profissionais especializados nessa área ou pelo anseio do desenvolvimento acelerado.

Infelizmente, esse patrimônio tem sido negligenciado, as terras indígenas vêm sendo reduzidas e ocupadas com agricultura e construções industriais e, em meio a muitos protestos, o índio é criminalizado, em especial pela população rural, sendo taxado de preguiçoso e sujo. É lamentável observar que alguns moradores de Araquari desprezam suas raízes; porém, felizmente, há instituições que ainda se esforçam em introduzir os povos indígenas na comunidade sem corromper, é claro, sua cultura.

Não se pode descrever esta cidade sem citar o Instituto Federal Catarinense, antigo colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, uma das construções mais antigas da cidade. Fundado em 1954, o colégio presenciou e participou do desenvolvimento da comunidade. A instituição é responsável pela formação de profissionais das áreas de química, informática e, especialmente, agropecuária, que, além de levar tecnologia para o campo, auxilia no desenvolvimento agrário e industrial. Novos cursos estão sendo criados para amparar as indústrias de forma técnica bem como eticamente.

Por ser localizado próximo ao litoral, Araquari recebe muitos turistas, que têm como opção ir ao centro da cidade descansar e apreciar as construções antigas que dão ao local um “ar colonial”, ou o visitante pode ainda desfrutar do Rio Parati, que fica a poucos metros do centro. Independentemente a escolha, certamente o visitante contará com a hospitalidade do povo araquariense.

Enfim, Araquari tem um pouco de tudo: matas exuberantes contrastam com indústrias imponentes, a cidade pouco tem a ver com as aldeias, e quem vê as belas construções não imagina que a pobreza pode estar tão perto. Não se pode ignorar que o município tenha suas imperfeições, como em todos os lugares. Nós esperamos que as

autoridades atentem para esses problemas e criem estratégias e soluções que busquem conciliar a industrialização com os aspectos históricos e culturais que antecederam a existência de qualquer fábrica.

Passa o tempo que passar, para mim Araquari nunca perderá seu encanto; afinal, este é o lugar onde vivo.

Professora: Leila Mattos Sombrio

Escola: Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari– Araquari (SC)

### **Codificação (SE10) – Cana-de-açúcar: desenvolvimento ou retrocesso?**

Aluna: Jéssica Fernanda Prado Martins

Maracaí é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 13.000 habitantes. Apesar de ser conhecida com o "Terra do Menino da Tábua", a indústria açucareira é a responsável por movimentar grande parte do setor econômico municipal. Por esse motivo, a paisagem ao redor da cidade limita-se aos canaviais.

Dessa forma, a questão da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar é um tanto polêmica, pois sabemos que essa monocultura, assim como todas as outras, traz inúmeros prejuízos ao meio ambiente, como a redução dos minerais presentes no solo e a diminuição da biodiversidade.

Nossa preocupação cresceu a partir do momento em que questões sobre desenvolvimento sustentável passaram a ser divulgadas na mídia internacional, pois, apesar de conhecermos algumas propostas da Rio-92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, reunindo representantes de 178 países, não imaginávamos a real proporção do problema.

A monocultura da cana-de-açúcar, desde seu princípio, degrada o meio ambiente porque é necessário desmatar extensas áreas verdes, o que acaba destruindo a fauna e a flora nativas, uma vez que as plantas são queimadas e alguns animais procuram abrigo nos canaviais, como pássaros e diversos insetos, acabam morrendo por causa do fogo.

Além disso, as máquinas utilizadas para o plantio e colheita da cana queimam muito combustível, emitindo grande quantidade de gás carbônico (CO<sup>2</sup>) para a atmosfera, o que colabora para o agravamento do efeito estufa e, conseqüentemente, faz com que ocorra uma degradação ainda maior. Há também o fato de que, com a realização das queimadas, grande quantidade de fuligem cai sobre a toda a cidade, deixando-a com um aspecto visual muito ruim e incomodando muitos moradores, que reclamam da sujeira e dos problemas respiratórios causados pela poluição.

Entretanto, a Usina Raízen é responsável por garantir renda familiar mensal de grande parte da população local, o que torna indispensável na comunidade, pois, se ela não existisse, a taxa de desemprego atingiria seu ápice, resultando em uma crise econômica interna que, por sua vez, provocaria a migração da população para as cidades vizinhas, e Maracá acabaria se tornando uma cidade abandonada, tal qual ocorreu com o município de Ibirarema, que se localiza próximo à nossa cidade.

Enfim, mesmo considerando a importância da usina, acredito que devemos, paralelamente, adotar medidas que sejam práticas e eficazes, com a implantação da rotação das terras disponíveis e a redução das emissões dos gases de efeito estufa, que podem resolver ou, pelo menos reduzir, os problemas que nos atingem. Afinal, dependemos de um ambiente equilibrado para continuarmos usufruindo seus recursos naturais de maneira responsável, pois, como disse o filósofo e escritor José Ortega y Gasset: “Eu sou o que me cerca. Se eu não preservar o que me cerca, eu não me preservo”.

Professora: Simone Breskott Simogini

Escola: E. E. José Gonçalves de Mendonça – Maracá(SP)

### **Codificação (SE11)– Passado que não passou**

Aluno: Gabriel Schincariol Cavalcante

Virou museu, livro, festival. Só não virou passado. Barbacena, entre uma ladeira e outra de Minas, dificilmente é separada de seu passado como casa da loucura brasileira. Foi abrigo de vários hospitais psiquiátricos, como o famoso Colônia, palco de mais de 60.000

mortes numa época em que ser triste era ser louco. As fortes cenas de internos dormindo no chão, já que entre cama e concreto não havia diferença, indigentes num lugar que deveria ser o caminho para a recuperação e que foi, no melhor dos casos, o caminho mais curto para o fim de tantas vidas, são, agora, história, literatura, reflexão e debate na sociedade local. Porém, a cada quatro anos, temos uma dose de insanidade para nos lembrar de nossa dolorosa alcunha.

O jornalista Hiram Firmino comenta, no livro *Os porões da loucura*, sobre os alicerces dos centros psiquiátricos –plataformas de deputados, prefeitos, secretários e diretores. As diretrizes dos tratamentos em Barbacena eram formadas a partir de interesses econômicos e eleitorais, dificilmente tendo em vista o real avanço da saúde pública e da humanização dos pacientes. Milhares de corpos era vendidos para os cursos de medicina, já que cadáveres não faltavam nos hospícios, mas sim médico, apoio, investimento. Faltava boa vontade dos governantes. Homens, mulheres e crianças eram internados porque bebiam demais, namoravam demais, choravam demais, e as instituições aceitavam, porque políticos e diretores lucravam demais. E os barbacenenses, de berço ou de coração, não estamos muito longe dos protagonistas desse drama.

Num trecho do livro *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um morador em Barbacena se é biista ou bonifacista. Seria alheio ao enredo da loucura não fosse o fato de Viramundo ter sido internado como louco, não fosse o fato de que biista é quem vota na família Bias Fortes e bonifacista é quem vota na família Bonifácio Andrada. O ponto aqui é que as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada ainda são as duas grandes vertentes da política local. Não subo, porém, no palanque da oposição contra as duas famílias; o que exponho é que somos capazes de sair do script já tão bem conhecido de alternância do poder, em quem até as divergências começam a convergir.

Que a psiquiatria viveu maus momentos aqui não há dúvida, mas Barbacena não é só o porão da loucura brasileira. A cidade também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil, que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares. Não sou mineiro, mas sou filho adotivo de Barbacena –que de madrasta não tem nada. Não só o hospital Colônia, não só o holocausto brasileiro: Barbacena é seu povo e a história de cada um que aqui vive ou viveu, loucos ou sãos, esta é BQ, a Barbacena Querida. É por isso que o nosso dever é sermos lúcidos. O passado já mostrou que não existe riqueza neste mundo que pague o preço do descaso. É desse descaso que precisamos analisar, já que o que aconteceu

não foi só fruto de uma medicina precária, mas de uma política de má fé que temo perdurar até hoje por aqui.

Seja Andrada, Bias, ou Viramundo, o que Barbacena precisa é de um povo que, cansado da loucura a nós imposta, vote com a consciência dos que se recusam a aceitar a senilidade como cultura. Observemos o que Saramago expõe em seu romance *Ensaio sobre a lucidez*: a ideia de uma conscientização autônoma da população frente ao poder político. Uma comoção sem arma, sem luta, sem loucura. Uma comoção sã, de fazer urna a extensão da força de um povo guerreiro. E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena, cidade de subidas intermináveis e pessoas memoráveis. Sou filho da cidade das rosas, do céu mais bonito que já vi. Louco eu seria se não visse a beleza no “trem” de Minas, como no “meu” do meu berço paulista. Talvez sejamos todos um pouco loucos, mas é uma loucura de querer sorrir – a tristeza já morou por muito tempo em nossa cidade e está convidada a se retirar.

Professora: Margarida Maria Alacoque Chaves de Sousa

Escola: Escola Preparatória de Cadetes do Ar – Barbacena (MG)

### **Codificação (N03)– O festival dos lucros invisíveis**

Aluna: Eldia Rayne dos Santos Cardoso

Por via fluvial ou aérea, quem chega a Parintins é recebido por um seja bem-vindo em português, inglês e em sateré-mawé. O município é o segundo mais desenvolvido do Amazonas e foi eleito, pela Assembleia Legislativa do Estado, a Capital da Cultura e do Folclore. Todo mês de junho sedia uma das maiores manifestações folclóricas do norte do país, atraindo visitantes nacionais e internacionais e construindo a economia, teoricamente, baseada no turismo. Mas a realidade destoa dessa teoria quando olhamos pela ótica de que as vantagens de um festival de três dias são insignificantes perto das verdadeiras necessidades da população.

Só em 2014 o valor destinado pelo governo do Estado ao festival de Parintins foi de 13,5 milhões de reais, um investimento alto, que deveria refletir uma cidade capaz de dar conforto aos turistas e suprir as necessidades básicas do povo, mas as ruas são esburacadas, o

esgoto mau tratado e há falta de sinalização no trânsito. Para quem visita, uma péssima impressão e, para quem reside na cidade, uma questão: “Onde estão os benefícios e lucros gerados pelo festival?”.

Quem defende os altos investimentos no festival geralmente são os políticos, empresários da cadeia de turismo e os dirigentes das associações folclóricas. Esse grupo ressalta que a festa gera muitos empregos e aumenta a renda da população. Todavia, os trabalhos envolvendo mão de obra começam um mês antes da apresentação e os operários recebem apenas por esse tempo de serviço – no restante do ano ficam desempregados. O mesmo ocorre no comércio, muito mais dependente da renda da população local do que do turismo para se desenvolver.

A cidade sofre com racionamentos de água e, mais prejudicialmente, de energia elétrica. “Não tem como botar janta para os nossos filhos, porque peixe é cheio de espinha e eles podem morrer engasgados no escuro. O pessoal da Amazonas Energia vai à rádio dizer que é de uma hora e meia para cada bairro o racionamento, mas no meu bairro (Santa Rita de Cássia) desde às 15h30 até agora (20h20) estamos sem energia, cinco horas seguidas”, declara o aposentado Juvenal Elias da Costa ao jornal *Gazeta de Parintins*. Isso ocorre porque a usina só recebe geradores de energia de alta potência durante o período do festival – no restante do ano conta com um maquinário velho e incapaz de atender às demandas da população, deixando todos sem energia elétrica por horas, o que gera declarações como a de Gerson Almeida, presidente de um bairro da cidade: “Isso tem gerado prejuízos e revolta para os moradores. Pessoas que têm padaria, lancheteria, comércio, sorveteria, tá estragando tudo. Inclusive, tinha uma criança que precisava fazer uma inalação, mas estava sem energia na casa dela, parece que o pessoal da Amazonas Energia mandou uma equipe para ligar a energia pelo menos na casa da criança, porque precisa respirar”.

Dificuldades com a enchente do rio Amazonas são anuais. As águas invadem ruas, casas, atrapalham o deslocamento no trânsito e chagam a interromper as aulas das escolas. E, recentemente, em 1º de setembro de 2014, houve uma rebelião no único presídio da cidade, que tragicamente se localiza no centro e em frente a uma escola pública, um episódio que deixou dois detentos mortos e a certeza de que Parintins dos três dias de junho não é a mesma dos outros 362 dias do ano.

Todos os outros problemas teriam a fácil solução se houvesse investimentos e vontade política para fazê-lo. Por outro lado, o discurso de desenvolvimento por meio do turismo serve a justificativa para os altos gastos de dinheiro público e do setor privado, que

são também descontados dos impostos, numa festa grandiosa, milionária, mas com duração de apenas três dias.

A despeito dos problemas, Parintins continua a ostentar o lugar de “segundo município mais desenvolvido do Estado” e o título de “Capital da Cultura”. Nós, cidadãos mais críticos, não somos contra a festa, que precisa ser mantida como patrimônio cultural; no entanto, alimentar a falácia de uma cidade dependente somente do turismo para o seu desenvolvimento é restringir suas possibilidades de crescimento, seja no campo econômico, seja, principalmente, no social. O que se precisa, na prática, é de melhorias na qualidade de vida das pessoas, na infraestrutura urbana, no nível e nos conteúdos da educação básica e no acesso aos bens culturais, pois o festival, além de curto, é extremamente elitizado.

Enfim, se a solução das demandas sociais enfrentadas pela cidade parece difícil, uma proposta, no mínimo plausível, é repensar os investimentos feitos no festival folclórico e focar nas necessidades básicas dos parintinenses. Infraestrutura é tão importante quanto cultura, e o povo necessita ter uma vida digna em todos os segmentos sociais.

Professor: Alain Rocha Graça

Escola: E. E. Senador João Bosco – Paritintins (AM)

### **Codificação (N04)– Entre praças, saúde e educação**

Aluna: Bárbara Cristina Santos de Sousa

Desde a antiguidade, a priorização do lazer é prática comum. Os romanos, para entreter e massificar seu povo e fazê-lo esquecer os problemas sociais, adotaram a política do “Pão e Circo”, que consistia na distribuição de alimentos e diversão à plebe. Essa prática, infelizmente, se estendeu até os dias atuais e, no município onde moro, ela não é diferente.

Vitória do Xingu, intitulada pelo governo atual como a “Cidade da Energia”, por sediar a quarta maior hidrelétrica do mundo –Belo Monte –, vem, nos últimos anos, realizando, com muita frequência, a revitalização e a inauguração de bens públicos, com o objetivo de aplicar recursos das condicionantes recebidos da Norte Energia (empresa construtora da barragem) como forma de mitigação pelos impactos causados pela obra. Um desses patrimônios, por ser em maior número e grande visibilidade –as praças –, tem causado



polemica entre os moradores, levando a um grande questionamento: e as outras políticas públicas, como aquelas voltadas à saúde e educação, por exemplo, como ficam? Lazer é importante, mas não pode estar acima dessas duas bases.

O que me parece estar ocorrendo aqui é um retrato moderno e fiel da política secular do “Pão e Circo”, mais especificamente do circo. Que pena!

Reconheço o quanto é agradável em uma tarde bonita ir para as praças, conversar com os amigos, namorar (quem nunca...?), ter diversas opções de entretenimento. Essas opções de lazer são exaltadas pela maioria dos moradores que apoiam o projeto do governo, considerando-o “bom” para o povo. Mas, se parar para pensar, não é bem por aí. E quando o povo estiver doente, entre a vida e a morte, as praças vão curá-lo? E, na falta de remédios, as praças irão lhe dar os medicamentos? Vai lhe ensinar regras de ortografia? Certamente não.

É claro que nos últimos tempos a saúde e a educação avançaram, mas não me parece algo visto como “tão prioritário”, assim como as praças vêm recebendo tamanha prioridade por aqui. Para se ter uma ideia, em todas essas áreas de lazer há redes wi-fi abertas. Com acesso à internet, e isso, lamentavelmente, não tem nas nossas escolas e em outros órgãos públicos municipais. Curioso também é que na sede do município temos apenas quatro escolas para um número significativo de seis praças, e ainda há outras em projeto. É, lazer parece não ser problema para nós!

Os governos tendem ao erro e/ou esperteza de priorizar o lazer. Um exemplo vergonhoso disso é a grande polêmica levantada contra o governo da presidenta Dilma Rousseff por ter gasto milhões com Copa do Mundo de 2014 e deixado de lado a saúde e a educação, confirmando mais uma vez a prática da valorização do lazer. Mas a maioria das pessoas gosta disso, tanto é que lotaram os estádios de futebol e acabaram deixando em segundo plano a luta por outras políticas públicas voltadas à saúde, educação e à segurança. Aliás, isso não é surpreendente, já que essa política também se estende ao povo, sendo comum nas famílias, quando estas deixam de comprar um livro, pagar um curso, realizar passeios, ir a festas ou, ainda, comprar roupa de marca, quando, às vezes, mal dá conta de pagar. Essas atitudes, tanto do povo quanto dos governantes, são, ao meu ver, a razão para a miséria política e intelectual da nação brasileira e, conseqüentemente, da população vitoriense.

Assim, penso que seja necessário equilibrar os recursos destinados às políticas públicas e se dar prioridade à saúde e à educação, bases para o bom desempenho de uma sociedade, visto que é principalmente por meio desses pilares que, de fato, nós, como povo, vamos edificar o conhecimento necessário para chegar ao tão sonhado progresso que a

construção da hidrelétrica traria. Portanto, tenha dó! Precisamos mudar urgentemente essa prática mesquinha de priorizar o lazer. Entendam uma coisa: nossa prioridade por aqui é outra. Mais saúde e educação, e menos praças, por favor!

Professora: Ivanete da Silva Paixão

Escola: E. E. E. M. – Vitória do Xingu (PA)

### **Codificação (NE12)– Há uma praça no meio do caminho**

Aluna: Agna Ferreira Tavares Vieira

Com cerca de 2,5 milhões de habitantes, Fortaleza é a quinta maior capital do Brasil. Segundo o IBGE, há um grande número de brasileiros e estrangeiros interessados em se estabelecer aqui, na famosa Terra do Sol, pois consideram o bom clima, as belas praias e a hospitalidade do povo cearense, ao definirem suas moradias. É uma bela cidade, com vários pontos turísticos e em crescente desenvolvimento, mas, infelizmente, com área verde reduzida e poucas praças, e uma delas está causando muita polêmica.

A praça Portugal, localizada no bairro Aldeota e criada em 1947, já passou por muitas reformas, mas sempre teve presença marcante na vida dos fortalezenses, além de ser um símbolo concreto dos laços de Portugal com Ceará. Contudo, o Plano de Ação Imediata em Transporte e Trânsito de Fortaleza (Paitt) propõe a construção do binário Santos Dumond/Dom Luís e eventualmente a substituição da rotatória (da qual a praça faz parte) por um cruzamento r quatro pequenas praças. Essa intervenção está dividindo a opinião da população, de políticos e de especialistas em arquitetura, urbanismo e engenharia de tráfego.

De um lado, há os defensores da destruição da praça, pois ser benéfica tanto para a população quanto para as pessoas. “Vai melhorar os passeios, facilitar o caminho dos pedestres e integrar os modais – pedestre, ciclista, ônibus e veículos”, defende Roberto Cláudio, prefeito da cidade. “Isso não é uma praça, é uma rotatória”, acrescenta. Ainda expõe dois objetivos com o projeto: aumentar a fluidez das vias e reduzir os constantes acidentes na área. Para Luiz Alberto Saboia, coordenador do Paitt, a intenção da prefeitura é requalificar e aumentar a praça, não destruí-la: “A alteração do formato da praça implicará um aumento de mais de 30% em seu tamanho”.

Por outra ótica, os defensores da manutenção da praça apontam uma relação afetiva com ela, que é uma peça histórica de Fortaleza. A arquiteta Marcella Lima, em entrevista, afirma que a referência afetiva que todos têm por ela não pode ser preenchida,

deixando um “buraco” na memória da cidade. Uma rotatória ícone, tomada pela população da praça, pode ser destruída?

“Dizer que a praça não é uma praça é um insulto à nossa cidade e à inteligência das pessoas”, diz o empresário e ativista Bosco Couto em carta ao prefeito. “Dizer que não é uma praça por ser pouco frequentada [...] não é um argumento plausível, pois o fato é que as praças estão inseguras, abandonadas e mal iluminadas”.

De fato, há déficit em relação à passagem de pedestres; no entanto, deve haver um estudo mais cauteloso, pois a troca da rotatória por semáforos não terá efeitos no trânsito a longo prazo. A construção do binário já foi finalizada, um túnel foi construído na Avenida Santos Dumond, semáforos foram colocados, mas as vias permanecem congestionadas nos horários de pico, evidenciando que semáforos não são alternativas inteligentes para os congestionamentos. Luiz Nogueira, engenheiro civil, afirma: “Vejo diversas pessoas achando que o problema do trânsito [...] será resolvido com a retirada e substituição das rotatórias por semáforos. Não poderia haver maior engano”.

É imprescindível ressaltar a presença da praça na vida dos fortalezenses. Apesar do descaso evidente, vários grupos de jovens, desde os anos 1990, frequentam a praça, também eu, que passo por lá todas as manhãs e noites. Os protestos contra a intervenção, como a “Virada”, mostram que ela não é importante apenas para mim, mas para toda a população. Dizer que os mais de sessenta anos da praça e o tão conhecido “Natal de Luz”, que ocorre todo ano, não significaram nada, é como negar a nossa história.

Por todas as histórias que a envolvem, sou contra a destruição da praça, pois há várias alternativas, propostas por arquitetos, que evitam tal destruição, como a instalação de sinais antes da entrada dela, além de evitar o estacionamento próximo à rotatória. Ademais, é imprescindível que sejam construídos túneis sob a praça, para a passagem de carros ou de pedestres, como há no Arco do Triunfo, em Paris. É evidente que a Praça Portugal não tem tanto peso histórico quanto o Arco, mas como as nossas praças poderão ter a mesma importância desses monumentos mundiais se destruímos os poucos que restam?

Diz Castro Alves: “A praça é do povo como o céu é do condor”. Na democracia grega, o povo reunia-se na praça para decidir o futuro da cidade. Agora que o povo quer decidir o futuro da praça, não pode, pois houve uma votação fechada, feita por secretários e vereadores, em vez de uma decisão coletiva, popular e, acima de tudo, democrática.

Há uma praça no meio do caminho dos planos da prefeitura. Mas o poder municipal, em vez de tratar da questão democraticamente, renegou sua história como se ela fosse um mero empilhado de pedras.

Professora: Suziane Brasil Coelho

Escola: E. E. M. Governador Adauto Bezerra

### **Codificação (CO04)– Emancipação: decadência ou progresso?**

Aluna: Emanuela de Almeida Amorim

No Brasil, a modificação legislativa sobre a criação de municípios tem sido alvo de questionamentos em várias cidades do país. Na pequena cidade de Alto Paraguai, a 220 quilômetros da capital, Cuiabá (MT), não está sendo diferente. A polêmica veio à tona a partir do momento em que foi lançado o Projeto de Lei em outubro de 2013 que dava poder ao Estado para emancipar distritos. Segundo a Confederação Nacional, seriam criados 418 novos municípios, sendo 56 em Mato Grosso, incluindo o distrito de Lavouras de Capão Verde, pertencente à nossa cidade Alto Paraguai, onde resido. A questão agradou aos moradores do distrito, que se posicionaram a favor do projeto com esperança de melhorias de vida e autonomia, mas causou indignação nos moradores da sede. Iria valer a pena o desmembramento da nossa querida Alto Paraguai?

Significativa parte dos residentes do distrito de Capão Verde afirma que eles precisam possuir sua própria administração, que sua população enfrenta dificuldades para ter acesso a bancos, prefeitura e outros órgãos públicos, já que o distrito se encontra a 78 quilômetros da sede e grande parte dos moradores não têm acesso a automóveis. De acordo com o deputado estadual José Riva, um dos mentores do projeto, a criação de novos municípios aproxima o cidadão do poder público e proporciona maior acessibilidade para conquistar os objetivos da população. A maioria dos entrevistados de Capão Verde afirma com veemência que o distrito possui estrutura para o desmembramento, uma vez que no local já há posto de saúde, posto policial, escolas municipal e estadual, cooperativa, supermercado, laticínio e várias microempresas. Eles confirmam que a dependência entre distrito e município tem impedido o desenvolvimento local. Por outro lado, a maioria dos munícipes da sede não é favorável porque Alto Paraguai, após anos em decadência pela extinção da extração de minérios, agora está passando por um considerável desenvolvimento, com aumento populacional e crescimento da arrecadação de tributos, o que proporciona maior qualidade de vida aos seus moradores urbanos e rurais. De acordo com o atual prefeito, Adair José, o aumento populacional possibilitou o cumprimento do piso salarial da educação e melhoria de trabalho para funcionários da cidade e do distrito. Ele disse ainda que o município está

formando empresas, que contemplará áreas rurais, trazendo inúmeros benefícios para a população em geral. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Alto Paraguai, há cinco anos, era de 8.329 habitantes e hoje é composta por 10.446 pessoas, sendo 3.447 moradores rurais. Diante dessa informação, vários moradores da cidade disseram que a emancipação resultaria em diminuição da área territorial, redução do índice populacional, menor arrecadação tributária e outras dificuldades que trariam prejuízos para ambas as partes, já que tanto a cidade quanto o distrito teria seu território e sua população fragmentada, o que causaria um corte brusco no desenvolvimento de todo o município. Além dos moradores da sede, a própria presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, é contra as emancipações. Ela criou o veto 503/13, alegando que o surgimento de municípios geraria mais despesas aos cofres públicos; contudo os residentes de Capão Verde ainda acreditam e buscam pela desagregação municipal.

Diante de acirrada polêmica entre os moradores do distrito e os da sede, penso que a emancipação não seria uma boa opção para todo o município. Já somos uma pequena população e ainda vamos desagregar? Se isso ocorre, surgirão dois municípios tão pequenos que enfrentarão muito mais dificuldades do que enfrentamos no momento. Creio que, quanto menor for o índice populacional, menor serão as verbas federais e estaduais recebidas, menor será o número de eleitores, dos olhares externos, e tantas outras privações surgirão. Portanto, eu sou contra o desmembramento da cidade de Alto Paraguai do distrito de Capão Verde.

Enfim, penso que deveria haver consenso entre distrito e município, todos trabalhando em busca de um desenvolvimento mútuo, social e econômico, fortalecendo ainda mais esse povo rico em cultura, acolhedor e simples; enfim, verdadeiros cidadãos.

Professora: Suanir Pereira Fonseca Batista

Escola: E. E. Doutor Arnaldo Estêvão de Figueiredo – Alto Paraguai (MT)

### **Codificação (CO05)– Quilombola, sem quilombo, pode?**

Aluna: Kleysllany Mansano Godoy

Quilombos são originários da época da escravatura brasileira, lugares de refúgio dos escravos quando fugiam das senzalas onde eram muitas vezes violentados, tendo hoje o significado de terras que foram adquiridas por escravos libertos, entre outros. Problemas

como estes de terra em Mato Grosso do Sul sobressaem-se; principalmente as questões ligadas às comunidades indígenas e quilombolas.

Mediante a polêmica, uma das primeiras ações do Estado foi dar para a Colônia Negra Quilombola São Miguel, comunidade/quilombo do Estado, localizada no município de Maracaju, o título definitivo de propriedade da terra onde vive. O Estado iniciou oficialmente seus trabalhos nessa área em 27 de abril de 2009 e abriu procedimentos administrativos no Incra/Campo Grande em duas grandes comunidades bem conhecidas – Furnas do Dionísio, no município de Jaguari e Furnas de Boa Sorte, no município de Corguinho –, existindo ainda em todo território estadual comunidades que lutam pelo seu reconhecimento como donos da terra onde vivem.

Essa luta se deve à tentativa de regularizar as terras onde essas famílias construíram suas bases há muito tempo, constituindo suas descendências. Com receio, essas pessoas procuram a regularização, pois correm risco de sofrer um processo de desapropriação e conseqüentemente ser despejadas de suas moradias.

Mas esse procedimento de titulação é bastante burocrático e o próprio histórico de política agrária dificulta mais a situação. Pois essa sempre foi a base de uma elite econômica, na qual a dimensão do significado de terra tem muito valor, não deixando de ser uma disputa de ideias com argumentos de desenvolvimento.

Esses argumentos dizem que a terra sob o controle de empreendedores agrícolas trará muito mais lucros do que se estiver em mãos de comunidades quilombolas. Isso é resultado do pensamento ideológico introduzido nas pessoas de forma até mesmo ingênua, segundo o qual o lucro será mais rentável ao Estado se for direcionada à exportação e importação, diferentemente dos quilombos, que geram somente produtos para o próprio consumo.

Outro fator é que essa questão destaca uma discriminação que já foi comprovada estatisticamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual a etnia, a raça e a cor definem as posições sociais e econômicas. Essa visibilidade também proporcionaria a aceitação das condições culturais desse povo por grande parte da população, tratando da demarcação de terras de forma mais justa possível.

Além disso, a localização dessas comunidades é em grande maioria rural, não afetando a realidade local; pelo contrário, elas se dedicam à pequena agricultura de subsistência, melhorando assim a fertilidade do solo.

Para o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA) da Fundação Palmares, Alexandro Reis, “a situação é uma ação importante para a preservação

da memória e de modo de vida da comunidade, incluindo sua cultura e artesanato. Além disso, a titulação vai dar acesso a outras políticas nas áreas de cultura, economia criativa, saúde e moradia”.

Do meu ponto de vista, a demarcação deveria vir espontaneamente, como forma de pagamento pelo sofrimento que os antepassados desse povo viveram, em meados do século XIX, durante a escravidão no Brasil, e pelo tempo que residem na mesma região. Consequentemente, também é um direito esculpido na Constituição de 1988, que garante o direito de terras para os negros e a criação da Fundação Palmares, provando que o erro não está em leis, mas na dificuldade e negligência jurídica de ser cumprida.

Está claro que são proprietários por direito, não precisamos desse desgaste burocrático, apenas valorizando uma das bases da nossa cultura.

Professora: Thaís Conceição dos Santos Veiga

Escola: E. E. Vespasiano Martins – Campo Grande (MS)